

MARTIN ADAMEC

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE
NACIONAL E DA NAÇÃO ESLOVACA
Eslováquia: Um Estado sem Nação?**

Brasília
Março de 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE
NACIONAL E DA NAÇÃO ESLOVACA**
Eslováquia: Um Estado sem Nação?

Autor: Martin Adamec

Brasília
Março de 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

*Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de mestre do
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política do Instituto de Ciência Política da
Universidade de Brasília (IPOL/UnB).*

Orientador: Professor Paulo César Nascimento

Dedico este trabalho à Carina, que me aguenta e apóia por aqui e à minha família, que faz o mesmo não importando em que parte do mundo esteja.

Meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste trabalho, especialmente ao Professor Paulo César Nascimento, pelo apoio, pelos conselhos e principalmente pela paciência ao me orientar.

RESUMO

O presente trabalho analisa a formação e o desenvolvimento de uma nação eslovaca no decorrer de um período de mais de mil anos, buscando identificar continuidades e descontinuidades em sua estruturação. Para tal, elabora-se um esquema metodológico, pelo qual se busca identificar ao longo da evolução histórica do território eslovaco alguns dos elementos primordiais constitutivos de uma identidade nacional. Tendo em vista uma diferenciação entre a nação como identidade em comum (calcada em características em comum de seus membros) e como identidade coletiva (mobilização, identificação mais ativa), constata-se o papel crucial do “nacionalismo”, do processo de agitação nacional que visa inculcar a consciência nacional na população imputada da nação. Assim, podendo-se afirmar que a construção de uma nação plena (como identidade coletiva) é efetuada de modo instrumental, busca-se descobrir “por quem”, “por quê”, “para quem” e “a partir de que elementos” dada nação é formada. Neste sentido, ao menos no caso da nação eslovaca, podemos apontar uma peculiar persistência dos elementos constitutivos da identidade nacional (notadamente território, língua e cultura) e dos destinatários da mesma (noção de pertencimento com bases étnicas) desde seus primórdios até a atualidade. Enquanto isso, os principais ativistas nacionais, assim como seus propósitos, cambiam de acordo com as diferentes conjunturas históricas.

ABSTRACT

This paper analyses the formation and development of a Slovak nation during a thousand year`s period, seeking continuities and incontinuities in its structure. For this purpose, a specific methodological approach is created, through which we aim to identify some of the main elements that make a national identity throughout the historical development of Slovakia. Given the difference between a common identity (based on some common characteristics of its members) and a colective identity (characterized by its mobilization and a more active identification), a most important role is played by “nationalism”, understood as a process of national agitation, which aims at awakening the nacional conciousness in the population. Since the construction of a nation (as a colective identity) is made instrumentally, it is important to seek “who”, “why”, “for who” and “from what elements” a nation is formed. In the specific case of the slovak nation, we can ascertain a peculiar continuity in terms of some of the constitutive elements of ist identity (mainly territory, language and culture) and of the specific target population of the nation (ethnic belonging) throughout its historic development. Meanwhile, most of the nations prime agitators, as well as their purposes changed constantly.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: Noções Teóricas	7
1.1 Noção Objetiva	10
1.2 Noção Subjetiva	25
Capítulo 2: Origens da Nação	42
Capítulo 3: Movimento Nacional no Século XIX	78
3.1 Quem?	125
3.1.1 Segunda Geração	125
3.1.2 Terceira Geração	126
3.1.3 Neo-absolutismo e Memorando	126
3.1.4 Império Austro-Húngaro	126
3.1.5 Análise da composição do movimento nacional	127
3.2 Por Quê?	130
3.2.1 Segunda Geração	130
3.2.2 Terceira Geração	131
3.2.3 Neo-absolutismo e Memorando	132
3.2.4 Império Austro-Húngaro	133
3.2.5 Análise dos propósitos e meios do movimento nacional	135
3.3 A Partir de Que elementos?	137
3.4 Para Quem?	143

Considerações finais	145
Referências Bibliográficas	158

INTRODUÇÃO

Nacionalidade, identidade nacional, nacionalismo e, por fim a própria nação que deu origem a estes termos, são considerados fatores fundamentais na formação da sociedade contemporânea. O presente trabalho tratará de todos eles. Os movimentos criados em torno da idéia de nação tiveram relevância crucial no âmbito da derrocada final de um sistema ainda grandemente baseado em relações e estruturas feudais e na consolidação de uma sociedade (predominantemente) industrial a partir do século XIX. Neste âmbito, podemos caracterizar a nação e o nacionalismo como forças históricas de suma importância, surgidas em um contexto de desestruturação de relações (sejam políticas, econômicas ou sociais) antigas e de surgimento de novas, fundamentadas basicamente num ideário de cunho liberal. Ou seja, podemos inseri-las no processo de estruturação do Estado Moderno e de sua passagem, transição para o Estado Contemporâneo, sendo ora instrumentos da manutenção, ora da derrubada de dada ordem político-social específica.

A real importância do nacionalismo, contudo, não decorre meramente da aceitação – por parte significativa de seus propagadores e teóricos – da nação como elemento fundamental no desenvolvimento da sociedade contemporânea, mas também pela sua influência assustadoramente tangível na vida das populações que, de uma forma ou de outra, aglutinou. Assim, nos primórdios do século XX, Norman Angell pôde constatar que “(...) o nacionalismo político tem se tornado, para os europeus de nossa época, a coisa mais importante do mundo, mais importante que a civilização, a humanidade, a decência, a bondade e a piedade; mais importante que a própria vida.” (ANGELL *apud* SNYDER, 1964, p. 1). A forma pela qual os membros dos partidos operários abandonaram prontamente o ideal internacionalista da social-democracia para morrerem por suas nações nas frentes da 1ª Grande Guerra, o papel decisivo de movimentos extremistas de “defesa” da nação para a eclosão da 2ª Guerra Mundial e o fato de a idéia nacional estar no cerne de tantas expressões sócio-culturais, políticas e militares no decorrer do último século servem de testemunha a essa noção: impérios caíram e revoluções começaram sob sua bandeira, sendo que mesmo

regimes *a priori* imbuídos de um ideário internacionalista como os da União Soviética e da China se configuraram, no final das contas, como agressivamente nacionalistas.

Paralelamente às afirmações e reafirmações de sua notoriedade como fatores históricos, são recorrentes também as declarações sobre o iminente declínio do papel das nações e dos nacionalismos como determinantes da vida social. As principais vozes vinham, de início, da esquerda, sendo que o próprio Karl Marx, já na década de 40 do século XIX, dizia que:

“As separações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as condições de existência a ela correspondentes. A dominação do proletariado fará com que desapareçam ainda mais.” (MARX, 2002, p. 64).

Setenta e cinco anos depois, Stalin reafirmava: “Os tabiques nacionais, longe de fortalecer-se, desmoronam e caem por terra.” (STALIN, 1979, p. 31).

A última fornada de otimismo internacionalista (ou, ao menos, afirmação da extinção das nações) veio em conjunto com uma interessante noção de “fim da história” associada à queda dos regimes comunistas na Europa Oriental e na URSS. Condizente com a tendência globalizadora do último quarto de século, a vitória do liberalismo ocidental sobre seu último oponente de peso (sendo que o outro, o nazi-fascismo da 2ª Guerra, apesar da incômoda sobrevivência de alguns remanescentes extremistas, fora eliminado havia mais de meio século) entrevia um futuro utópico norteado pelos ideais ocidentais no âmbito de uma “aldeia global” que não tardaria a se tornar realidade. Dessa forma, o nacionalismo estaria relegado ao pó da história, já que Estados organizados em torno de nações únicas não seriam mais viáveis em um mundo cada vez mais interdependente, globalizado. Assim, na medida em que a própria identidade nacional se diluiria gradualmente devido aos avanços cada vez mais profundos de uma cultura e identidade homogeneizadora – global –, eventuais nichos de resistência seriam transpostos pela ação de uma série de instituições internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas ou do Fundo Monetário Internacional (SNYDER, 2000).

Seja da esquerda ou da direita, portanto, o nacionalismo tem assistido a recorrentes declarações de seu próprio fim e, apesar de tudo, sobreviveu e floresceu. Não é difícil

averiguar o real enraizamento das identidades nacionais e, inclusive, a sua crescente tomada de força e influência, frequentemente em oposição justamente ao citado movimento globalizante. Apesar de não podermos taxar todos os movimentos de defesa identitária de reação estritamente em termos de “identidades nacionais” em si, tratando-se por vezes mais de identidades culturais locais, movimentos claramente imbuídos de uma idéia nacional continuam exercendo influência crucial.

É neste meio de embates entre o global e o local que podemos inserir a nação eslovaca, ou melhor, sua atual expressão estatal, a República Eslovaca. Este peculiar país, mais ou menos do tamanho do estado de Sergipe, cujos habitantes somam atualmente menos de um terço da população da cidade de São Paulo¹ pode ser, de fato, considerado como um verdadeiro laboratório da questão nacional e da sobrevivência de uma nação. No decorrer de seu conturbado desenvolvimento histórico, a Eslováquia sofreu influências significativas de idéias e movimentos nacionais – tanto próprios da nação eslovaca ou de nações e nacionalismos distintos, especialmente vizinhos geográficos. Os primórdios de uma identificação eslovaca de cunho nacional são recorrentemente imputados a meados do século XVIII, sendo que desde então, o país passou por sete formações estatais distintas: Hungria (até 1867), Áustria-Hungria (1867 a 1918), República Tchecoslovaca (1918 a 1939; 1945 a 1948), República Eslovaca (1939 a 1945), República Socialista Tchecoslovaca (1948 a 1989), República Federativa Tcheco-Eslovaca (1989 a 1992) e, por fim, a República Eslovaca atual. Cada uma dessas associações estatais tinha, naturalmente, interesses, propósitos e bases ideológicas distintas, inclusive em relação à questão nacional. Na sua maioria, inclusive, eram abertamente (ou ao menos *a priori*) contrárias ao desenvolvimento autônomo de uma identidade nacional eslovaca (ou mesmo de qualquer identidade nacional, como no âmbito do regime comunista). Frente a essas condições continuamente adversas, é mais do que justo perguntar como (e se) a nação eslovaca sobreviveu.

Tendo em vista seu status oficial de Estado-nação e todas as prerrogativas e direitos daí decorrentes², assim como uma série de atividades sociais que, de uma forma ou de outra,

¹ Somando 5,5 milhões de habitantes, de acordo com o último censo (SLOVENSKÝ ARCHÍV SOCIÁLNYCH DÁT, www.sasd.konzum.sk)

² Entre eles, sua própria seleção de futebol. Como o frisa Hobsbawm, “(...) a comunidade abstrata de milhões aparece com mais realismo em um grupo de onze pessoas do mesmo país.” (HOBSBAWM, 2007, p. 95)

envolvem a questão nacional (além do próprio esporte, cultura, folclore, política, economia, entre outras) podemos aferir que a Eslováquia efetivamente continua sendo uma nação. Todavia, em que sentido ela é uma nação e de que forma os seus integrantes se identificam com ela? Seria a somente devido à omni-presente noção de pertencimento estatal que imputa a nacionalidade junto com a cidadania na certidão de nascimento ou no passaporte? Poderia ser pela repetição incessante de partidos políticos de orientação nacional e de grupos extremistas a necessidade de proteger e resguardar a nação? Ou mesmo pela inculcação no imaginário coletivo de uma série de elementos da cultura popular e do folclore, que fazem os eslovacos se identificarem pela preferência de determinada comida ou bebida? De fato, a nação eslovaca poderia existir relacionada a todos esses elementos, ou mesmo a nenhum deles. Responder a essa questão, relativa à forma pela qual a Eslováquia atual pode ser considerada uma nação é o propósito último do presente trabalho.

A escolha da Eslováquia como objeto de estudo se deveu a uma série de fatores, não necessariamente inter-relacionados e não obrigatoriamente na seguinte ordem de influência. Inicialmente, parto de uma inquietação pessoal, de um eslovaco em busca de sua identidade, tentando descobrir o que, além do artifício de um passaporte, faz um membro da nação eslovaca, se existe algo como essa nação e, se de fato existe, qual é o seu futuro no âmbito europeu e global. Do mesmo modo, tendo em vista o tratamento dado pela comunidade acadêmica eslovaca à questão da própria identidade nacional, creio existirem significativas lacunas a serem preenchidas. Os recentes estudos sobre a identidade e a nação têm se referido exclusivamente ao período pós-comunista, sem muita atenção despendida à efetiva evolução da idéia de nação em sua história. Nas raras ocasiões em que isto foi feito, ocorreu de forma pouco rigorosa e correta do ponto de vista conceitual, identificando uma nação eslovaca plenamente desenvolvida já no século IX, à época dos primeiros assentamentos de tribos eslavas na região do atual país (MARUŠIAK; FERENCOVÁ, 2005). No que tange à comunidade acadêmica brasileira, o pouco conhecimento sobre a Eslováquia no Brasil (não somente na academia) e a falta de colaboração e contatos com a comunidade eslovaca apenas desencorajam esse tipo de pesquisa. Contudo, independentemente do fato de a questão nacional ter contínua importância em âmbito global, em relação ao desenvolvimento histórico-político e de conjuntura atual, o Brasil e a Eslováquia apresentam inúmeras

semelhanças. O estudo específico da nação eslovaca se deve também a uma percepção de que, devido às inúmeras mudanças e transformações pelas quais o país passou para chegar a seu atual status de suposto Estado-Nação (transformações estas abrangendo os movimentos históricos mais significativos dos últimos dois séculos), configura-se como caso ideal para averiguar o real grau de mudança e adaptação de uma identidade nacional no âmbito de constantes e contínuas transformações contextuais gerais.

O trabalho em si será elaborado tendo em vista um enfoque histórico-analítico, considerado como o mais adequado ao tratarmos das origens e do desenvolvimento de uma nação. Assim, visa-se identificar os primórdios da nação eslovaca e caracterizar seu processo de desenvolvimento e as transformações a ele inerentes. Com base em uma série de documentos de época, crônicas e análises históricas, apresentam-se os principais acontecimentos e processos históricos que, de uma forma ou outra, tiveram influência no desenvolvimento nacional. A seleção destes acontecimentos e processos, assim como sua interpretação, se dará por intermédio de um esquema metodológico apresentado no capítulo 1, elaborado com base numa prévia discussão teórica acerca das principais correntes de estudos sobre a questão nacional.

Uma vez que se visa analisar as origens históricas da nação eslovaca, o enfoque temporal será relativamente restrito. Ao mesmo tempo que se apontarão apenas elementos relevantes à questão nacional, tratar-se-á, de um lado, do período de formação da etnia eslovaca a partir do século IX e, de outro, do que é tido como o mais crucial e ativo à construção de uma nação em si, o século XIX. Apesar de algumas poucas referências no decorrer do texto e, especialmente, na conclusão, o desenvolvimento nacional no decorrer do século XX não será abordado no presente trabalho, uma vez que se pretende identificar as bases identitárias da nação justamente nos períodos precedentes.

Assim, no capítulo 2, tem-se início a análise histórica em si, ao tratar especialmente do desenvolvimento entre os séculos IX e XIX, partindo dos primitivos assentamentos de tribos eslavas na região, passando pelos primeiros relatos acerca de uma etnia eslovaca específica, sua assimilação ao reino húngaro na Idade Média, até as primeiras formas de auto-identificação cultural eslovaca. Uma vez findada a digressão histórica (intermediada por considerações teóricas), efetua-se uma análise de seus principais elementos.

O capítulo 3 continua de onde parou o anterior, abrangendo o período do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Este período é considerado de fundamental importância para a criação de uma identidade nacional *per se*, no âmbito do desenvolvimento geral das nações européias e em resposta ao crescente nacionalismo húngaro em particular. Mais uma vez, após o relato histórico se seguirá um esforço analítico tendo em vista seus principais elementos.

Por fim, na conclusão, faz-se primeiramente um apanhado geral do que foi alvo das análises no decorrer dos capítulos precedentes, especialmente atentando uma relação com as abordagens teóricas apontadas no capítulo 1. Ao mesmo tempo, são tecidas algumas considerações gerais acerca da real utilidade da abordagem metodológica utilizada, assim como de suas capacidades explanatórias. No demais, apontam-se as implicações dos desenvolvimentos precedentes para a existência da nação eslovaca na atualidade.

CAPÍTULO 1: NOÇÕES TEÓRICAS

Ao olharmos para os últimos 200 anos de história da humanidade, podemos constatar que grande parte de seu desenrolar se deu pela influência direta ou indireta (quando não influência *per se*, então ao menos alguma forma de envolvimento geral, seja como sujeito ou objeto de determinado processo) da nação e do nacionalismo dela decorrente – ou *vice-versa*. De fato, a contínua relevância desses dois termos, assim como de outros deles derivados – como nacionalidade, identidade nacional, etc – pode ser averiguada não somente por sua difusão na linguagem e no sub-consciente comum, mas também pela sua onipresença no cenário político. Afinal, todos têm que ter uma nacionalidade, mesmo que apenas imputada por um determinado Estado-nação. Estado este que muitas vezes, apesar de participar de “relações internacionais” com outros agrupamentos estatais similares no âmbito mundial, é uma nação apenas na ficção, quando muito. De acordo com Hobsbawm (2004), podemos falar sobre um triunfante avanço do princípio da nacionalidade, pelo qual todos os Estados do planeta, pelo menos oficialmente, são “nações”; todos os movimentos de libertação tendem a ser movimentos de libertação nacional, sendo que o apelo por uma comunidade imaginária da nação parece ter vencido todos os desafios. Admitir este “triunfante avanço do princípio da nacionalidade” implica na aceção de que o mundo nem sempre foi assim, cheio de supostas nações, e de que a era das nações e do nacionalismo como os compreendemos (ou não compreendemos) atualmente é algo relativamente recente do ponto de vista histórico.

A palavra nação vem do latim *natio* – ser posto no mundo, nascer, nascimento – e passou por um longo processo de desenvolvimento semântico até adquirir seu significado (relativamente) moderno. De acordo com Leah Greenfeld (1991) esse processo de mudança ou “revolução” semântica não se deu meramente no mundo das idéias, mas também no âmbito social, sendo frequentemente precedido de mudanças nas condições estruturais. Dessa forma, o conceito “moderno” de nação resultaria de uma longa série de transformações que combinaram elementos estruturais e semânticos. Em cada estágio desse processo, o conceito – sempre dotado de uma determinada carga semântica prévia – evoluía a partir de seu uso em

um contexto de limitações estruturais específico. Assim, o significado mais aceito de dada palavra era aplicado a novas circunstâncias, a certas particularidades das quais correspondia. Gradualmente, os outros aspectos dessas circunstâncias – às quais o termo original não correspondia – também passaram a ser associados com o conceito original, criando um significado duplo. Com o passar do tempo, o significado original do termo foi sendo esquecido, dando lugar a outro que se consolidou como dominante – a palavra permanecia a mesma, mas um conceito deu lugar a outro. Esse processo de transformação semântica era constantemente direcionado por limitações estruturais que formavam novos conceitos (GREENFELD, 1991). Essa forma de dialética da evolução semântica foi usada por Greenfeld para explicar e analisar o desenvolvimento do termo nação desde seu uso para representar grupos de autoridade política e cultural em concílios de Igreja medievais até a noção de um povo identificado com uma elite soberana ou particular, tida como a definição de nação a partir de um contexto exclusivamente britânico (inglês) depois da Revolução Gloriosa de 1688.

Assim, podemos estabelecer a evolução do uso do termo nação da seguinte maneira, partindo dos já citados concílios medievais e das “nações” universitárias, onde a nação era meramente um conjunto de estrangeiros, unidos por uma origem geográfica comum, sem outras formas de ligação consciente ou imputada. Gradualmente a definição passou a referir-se a determinada elite social/política/cultural em dada região e, notadamente no caso inglês, com a instauração do parlamento como órgão representativo, crescia a identificação dessa elite com o povo em geral. Transplantado o conceito para contextos sociais e políticos diferentes, o que era um povo soberano passou a ser compreendido, justamente pela falta de um parlamento como instrumento possibilitador dessa soberania, como um povo particular, diferenciado de todos os outros por determinadas características (geralmente etno-linguísticas). Essa é a base para duas diferentes concepções de nação defendidas por Greenfeld, a nação “cívica”¹ e a nação “étnica”², que podem ser apreendidas – ao menos implicitamente – nos escritos dos principais teóricos da nação, assim como nos programas

¹ Por vezes, taxada também de “revolucionária”, baseada na idéia de nação como um conjunto de pessoas com determinados direitos, como um povo soberano.

² Nação como conjunto de pessoas que se diferenciam de outras por algum traço objetivo particular, geralmente associado à origem étnica e linguística.

dos movimentos nacionais europeus já a partir de meados do século XVIII e são usadas como instrumentos metodológicos pelos cientistas sociais de hoje.

É justamente a partir desse período que começa a surgir um interesse mais sistemático, proto-científico até, no fenômeno da nação e que até certo ponto condiz com (ou melhor, serviu de base para) as noções atuais no estudo do tema. Em trabalhos como o de Hroch (1971), ignora-se o desenvolvimento e o uso antigo e medieval da palavra nação – *natio* –, já que nestes períodos seu significado era interpretado de formas diferentes e não era objeto de pesquisa sistemática. Assim, as primeiras definições consideradas por ele surgem apenas no século XVIII, quando têm início os primeiros debates sobre a nação e o Estado (HROCH, 1971).

Ou seja, voltamos a frisar que o entendimento atual do conceito de nação é relativamente moderno, surgindo, ou melhor, começando a evoluir a partir de meados do século XVIII. Neste sentido, é interessante antever uma discussão sobre a real “modernidade” ou “antiguidade” da nação como grupo/coletividade. Aqui, a constatação acerca da modernidade do uso do conceito não impede, ao menos *a priori*, a compreensão da nação como sendo um agrupamento antigo e não como uma resultante apenas da revolução industrial e do processo de passagem para o mundo contemporâneo/capitalista. Passemos agora à evolução da compreensão do conceito de nação indicada anteriormente, partindo do século XVIII até chegar à atualidade.

No próprio século XVIII, ou seja, já nos primórdios do pensamento sobre a questão nacional, podemos apontar duas abordagens distintas do tema: 1 – nação como idéia, expressão de dada posição ou atitude de todo um grupo; e 2 – nação como dado natural, sujeita a descrições objetivas. Além destas duas, começaram a se estruturar outras formas de abordagem, fundamentalmente no que tange aos critérios de pertencimento a dada nação. Os autores centrados na Europa Ocidental, em sua maioria, afirmavam ser a nação um grupo de cidadãos de um Estado, ou grupo de súditos de dado monarca. Já os autores centrados na Europa Oriental, por sua vez, definiam a nação como um grupo formado de acordo com critérios de língua, cultura e costumes – noção esta posteriormente identificada com as idéias de Herder.

De modo geral, é possível constatar que as diferentes acepções de nação surgidas no século XVIII têm relação íntima com a desestruturação da ordem feudal e a gradual instauração da sociedade civil burguesa. Apesar da sobrevida, em algumas regiões, da já indicada noção de nação como sendo exclusiva das elites políticas, esse tipo de acepção logo confluuiu com a já citada idéia de nação como grupo de cidadãos de dado Estado soberano. De forma geral, as concepções de nação variavam de acordo com o contexto político geral de dado país. Um bom exemplo é o da Polônia, cujo status nacional não foi questionado mesmo com a perda de sua estatalidade para a Rússia e para a Alemanha no século XVIII (SMITH, 2004) – percebe se aqui a passagem de uma abordagem “estatal” para uma “ideal”, discutidas mais adiante.

A transição da noção de nação como pertencimento a dado Estado para esferas mais valorativas (nação como ideal) foi típica do período romântico. A nação não era mais algo real, dotado de relações objetivas, mas sim um ideal – não se buscava mais saber o que é uma nação, mas sim o que a nação pode e deve ser (românticos alemães como principais exemplos: Fichte, Schlegel, Lahn). Em oposição a essa noção, surgiu a definição “liberal”, que identificava a nação com base na conquista de direitos civis e do sentimento de pertença decorrente dessa conquista, ou como uma comunidade de consciência comum, criada a partir de um contexto geográfico específico, de uma língua e de uma origem em comum. Essas duas linhas interpretativas se diferenciaram notadamente na Alemanha de meados do século XIX e a partir de então passaram a se desenvolver separadamente. De forma geral, podemos distinguir duas noções de nação, implícitas na discussão precedente: objetiva e subjetiva.

1.1 – NOÇÃO OBJETIVA

Essa noção parte, literalmente, da atribuição de determinados critérios objetivos a partir dos quais podemos caracterizar uma nação. Esses critérios objetivos tomam uma miríade de formas, sendo os mais visados os de território, língua, etnia e cultura em comum, pertencimento a dado agrupamento estatal, entre vários outros. A combinação específica desses critérios muda de autor para autor. De qualquer forma, é possível distinguir dois grupos de autores tendo em vista justamente suas “preferências” por determinados critérios,

mais uma vez em termos de regiões geográficas na Europa. Enquanto na Europa Ocidental predominaram interpretações baseadas exclusivamente na noção de pertencimento a dado Estado (John Stuart Mill como exemplo mais notável³), na Europa Central e Oriental a nação era definida com base em combinações de elementos linguísticos, raciais, culturais e históricos e o status estatal não era imprescindível (notável estudo de Neumann⁴). É interessante citar o caso de Fr. Meinecke (MEINECKE *apud* HROCH, 1971), que desistiu de uma noção única de nação e desenvolveu uma abordagem ao combinar ambas as anteriores, recomendando mais o uso de determinados fatores objetivos característicos (língua, origem, cultura, território, ordem legal etc) para tal ou qual nação de acordo com a importância de cada um para sua existência. Assim, ele indica a existência de dois tipos nacionais principais: nação cultural (*Kulturnation*), uma comunidade cultural, com língua, folclore, religião etc em comum (ou seja, noção da Europa Oriental); e nação estatal (*Staatsnation*), surgindo a partir de sólidas instituições estatais (ou seja, noção da Europa Ocidental).

No período entre-guerras, de forma geral, as definições objetivas da nação partem da necessidade de diferenciação do conceito e de entender seu desenvolvimento, sendo muitas vezes inspiradas por noções marxistas. Essa inspiração é notável no trabalho de A. Barker, que vê a nação como uma base material com uma super-estrutura espiritual e no de J. Fels, que diferencia entre três fases de desenvolvimento de uma nação: 1 – nação como comunidade natural, caracterizada pelo espaço físico no qual vive e pela raça; 2 – nação como comunidade cultural, caracterizada por uma língua e cultura em comum; e 3 – nação como Estado nacional, no qual a consciência nacional se confunde com a estatal (FELS *apud* Hroch, 1986). Gradualmente, os teóricos passam a perceber que a identificação entre Estado e nação nem sempre é válida. Assim, B. Joseph identifica duas formas de existência nacional: *national group* (simples comunidade linguística, territorial e de tradições) e *nationality*

³ Influenciou de forma crucial o pensamento liberal sobre a nação no século XIX – apesar da afirmação de que uma parte da humanidade constitui uma nacionalidade quando está unida por simpatias em comum, que não existem entre ela e qualquer outras, sendo essas simpatias, esse sentimento de nacionalidade baseado em critérios como a identidade de raça ou descendência comum, uma comunidade de língua e religião, limites geográficos ou identidade de antecessores políticos e uma história nacional comum, Mill defende a união do estado com a nação e a independência dos Estados-nações, como pré-condições necessárias à existência de instituições livres; assim, fronteiras de governo devem coincidir com as fronteiras da nação (ELEY e SUNY, 1996).

⁴ Nação como grupo suficientemente grande de pessoas que, devido a avanços culturais peculiares nas áreas literária, científica, artística e política galgou uma estrutura social peculiar (HROCH, 1985)

(vontade de viver como nação), sendo que o desenvolvimento da *nationality* pode levar ao surgimento de uma formação política dotada de dados objetivos tida como nação (*nation*) em si (JOSEPH, *apud* SNYDER, 1964). Um dos autores de maior importância deste período é Carlton J. Hayes que, ao mesmo tempo que elabora uma diferenciação entre *nation* e *nationality* no sentido de *Staatnation* e *Kulturnation* de Meinecke, defende o nacionalismo (definido como uma fusão do patriotismo com uma consciência de nacionalidade; um produto da combinação de uma língua comum com uma comunidade de tradições históricas) como o fator fundamental a ser estudado (HAYES *apud* SNYDER, 1964). No caso, a nação em si é tida como categoria inútil devido ao seu uso abusivo, bastando para propósitos de pesquisa os termos *nationality* e *sub-nationality*.

Sem considerar os teóricos marxistas da questão nacional, que serão abordados mais adiante, um dos autores cujas teorias mais tiveram influência na vida real e prática da sociedade como um todo (no caso, sociedade em termos globais), sem se restringir a ambientes acadêmicos foi Adolf Hitler. Desconsiderando os reais méritos intelectuais de sua obra, assim como suas implicações morais, a obra de Hitler é um dos mais notáveis exemplos da teoria racial da nação, ou seja, de um sentimento de pertença, de uma identificação nacional a partir de um único critério objetivo. No caso, a nacionalidade não estaria, por exemplo, na língua que se fala, mas sim no sangue, na raça de dado indivíduo (HITLER, 2001). Ao mesmo tempo, a nação racista prescindia também do Estado, sendo este apenas um meio, cuja finalidade consiste na conservação e no progresso de uma coletividade sob o ponto de vista físico e espiritual. “Assim sendo, a condição essencial para a formação de uma humanidade superior não é o Estado, mas a raça” (HITLER, 2001, p. 246).

Depois da segunda guerra, apesar da gradual preponderância de abordagens de cunho subjetivo – por motivos que serão vistos mais adiante – noções objetivas continuaram tendo importância para as ciências sociais. Entre os estudos mais relevantes está o de Karl W. Deutsch, que define a nação no âmbito do processo de industrialização e crescente mobilidade social, como grupo de pessoas ligadas pela divisão do trabalho e partilha de bens e serviços. No caso, a nação é tida como uma “*community of complementary habits of communication*” (DEUTSCH *apud* HROCH, 1971), sendo justamente a comunicação indicada como determinante da formação de uma consciência nacional: o nacionalismo.

Assim sendo, quanto maior o nível de comunicação e a possibilidade de mobilidade social, maior a probabilidade de consolidação de uma nação moderna. De forma geral, difunde-se a idéia de nação como parte integrante das mudanças políticas e sociais na passagem da ordem feudal para a industrial.

Uma categoria à parte no âmbito das noções objetivas que caracterizam uma nação é reservada para os estudos marxistas. As interpretações marxistas da questão nacional podem ser divididas em dois períodos: antes e depois da década de 1920, sendo que no primeiro o desenvolvimento teórico é tido como análogo às correntes não marxistas.

Devido ao fato de que, na historiografia marxista, o tipo básico de grupo social estudado não é a nação, mas sim as classes sociais, não encontramos nos escritos de Marx e Engels nenhuma análise específica referente à questão nacional. Porém, é possível encontrar indícios suficientes para traçar ao menos uma “opinião” dos dois autores sobre a questão. No caso, ambos apontavam o surgimento de uma “grande nação” a partir do processo de desenvolvimento industrial, sendo que nações sem um determinado nível de desenvolvimento econômico-industrial não eram tidas como viáveis. Dessa forma, pode-se afirmar que o desenvolvimento capitalista não “despertava” todas as nações. No entanto, a partir do momento que o movimento nacional se transforma em um movimento de massas, os direitos da nação à existência não mais podem ser ignorados. Em alguns escritos de Engels, é notável a diferenciação entre o que ele taxa de *peoples*, ou nações pré-capitalistas e *nations*, como *peoples* que mantiveram sua autonomia e desenvolveram-se em nações capitalistas. Os *peoples* restantes, que não completaram a transição em nação, continuaram sua existência como *relicts of peoples* ou *nationalities* e, para Engels, não tinham perspectivas ou possibilidades de se tornarem nações (ENGELS *apud* HROCH, 1971). De forma geral, a questão nacional interessava a Marx e Engels somente até o ponto no qual todos os proletários tem de se confrontar com sua própria burguesia nacional (MARX, 2002). Neste âmbito, os interesses do povo não necessariamente seriam os interesses da nação, e o desenvolvimento socio-econômico levaria à superação das diferenças entre as nações. Assim, a resolução da questão nacional estaria incluída na transformação revolucionária da sociedade.

Não podemos deixar de notar que a “teoria” marxista da nação refletia fielmente noções similares no mesmo período. Estamos nos referindo aqui à teoria liberal da nação, em voga no decorrer do século XIX na Europa. No caso, um de seus principais preceitos aponta a necessidade de um tamanho mínimo de uma nação para garantir seu desenvolvimento econômico – se fosse menor, não teria justificativa histórica para existir. Nas palavras de List:

“(…) um território extenso e uma grande população, dotados de múltiplos recursos nacionais, são exigências essenciais da nacionalidade normal (...). Uma nação restrita em população ou território, especialmente se possuir uma língua distinta, pode apenas possuir uma literatura estropiada, e instituições estropiadas para promover sua arte e ciência. Um Estado pequeno não pode, em seu território, promover à perfeição os vários ramos de produção.” (LIST, Friedrich: *The National System of Political Economy*; *apud* HOBSBAWM, 2004, p. 42).

Disso decorre que o princípio da nacionalidade servia somente para nacionalidades de determinado tamanho – o que veio a ser conhecido como o “princípio do ponto crítico” (HOBSBAWM, 2004). Ou seja, a autodeterminação das nações era válida somente para aquelas consideradas “viáveis” – culturalmente e economicamente. De qualquer forma, a falta de uma teoria própria da questão nacional é uma das maiores críticas à obra de Marx até hoje. Porém, tendo em vista o contexto histórico e teórico no qual escreveu e o fato de considerar a nação como uma fase natural do capitalismo que seria superada pelo desenvolvimento econômico e pela ulterior revolução do proletariado, não nos pode surpreender a falta de consideração da nação como fator relevante em seus estudos.

Outro autor que seguiu praticamente à risca as opiniões de Marx e Engels, ou ao menos partia dos mesmos pressupostos, foi Karl Kautsky. Contudo, ele admitia a língua e o território como características da nação (mas não como fatores de sua formação), sendo que uma nação viável no período capitalista era somente aquela com sua própria burguesia, em vias de construção estatal (HOBSBAWM, 2004). Ou seja, a “discriminação” de nações pequenas⁵ típica da teoria liberal da nação permanecia firmemente incrustada no pensamento da questão nacional da época. De qualquer forma, a nação continuava sendo tratada como uma questão não exatamente relevante nos meios marxistas, situação esta que mudou somente no início do século XX. A partir desse momento a nação passa a ser vista como um

⁵ Não possuindo e buscando uma estruturação de classes plena e, portanto, sem a própria burguesia.

fator de importância significativa para os interesses proletários e merecedora de análises mais profundas.

O autor mais notável deste período foi V. I. Lenin, que também partia dos pressupostos de Marx e Engels da nação como fruto do desenvolvimento capitalista. A princípio, ele aceitava a caracterização pela língua e território de Kautsky, mas indicava o papel crucial do desenvolvimento da comunidade econômica, que obrigava os membros de várias classes à união no âmbito de uma nação. Em estudos posteriores, Lenin diferenciou duas fases do desenvolvimento da nação moderna: 1 – fim do feudalismo e do absolutismo e criação de uma sociedade democrática burguesa, na qual o movimento nacional se torna um movimento de massas, arrastando todas as classes à política. Neste âmbito, o desenvolvimento da nação seria um processo progressista; ao mesmo tempo que o desenvolvimento do mercado era tido como primordial ao movimento nacional, a questão da unidade linguística também era tida como crucial justamente para permitir as relações comerciais. E 2 – não mais luta a favor dos direitos democráticos e contra o feudalismo, mas luta entre capital internacional e proletariado. Nesta fase, a aliança entre burguesia nacional e proletariado é tida como perigosa, e reivindicações linguísticas são tidas como negativas ao desenvolvimento do movimento proletário (LENIN, 1956). Essa divisão foi usada como base para inúmeros estudos, inclusive não marxistas, sendo um dos mais relevantes a já citada análise de Hroch.

No mesmo período, deu-se uma das mais significativas e memoráveis polêmicas no âmbito do movimento comunista como um todo, referente não só à questão nacional, entre Stalin e Otto Bauer. Basicamente, toda a obra de Stalin está baseada na crítica e resposta às noções de Bauer da nação como uma comunidade de destinos transfigurada em uma comunidade de caráter. Porém, como nos aponta Hroch (1985) esta não é idéia exata ou completa de Bauer, que na realidade analisa o desenvolvimento da nação moderna, diferenciando cinco fases distintas onde a noção criticada por Stalin seria justamente a última (6ª), que seria a etapa socialista, na qual estariam inclusas (da qual participariam) todas as camadas sociais. De forma geral, podemos resumir as fases indicadas por Bauer da seguinte forma: 1 – comunidades tribais, baseadas na origem comum; 2 – comunidade cultural de cavaleiros feudais; 3 – comunidade cultural burguesa (séculos XV e XVI); 4 – comunidade

cultural de intelectuais no capitalismo precoce; 5 – comunidade cultural da nação no capitalismo moderno. Seria somente num sexto período que as nações alcançariam plenos direitos de autoafirmação e poderiam continuar sua diferenciação espiritual. Neste âmbito, Bauer afirma que é justamente pela ação do capitalismo que foi possível a difusão da educação e da cultura nacional, ampliando gradativamente o enfoque do pertencimento nacional. Mudanças econômicas levaram à modernização das escolas e à democratização da política, sendo que, de maneira geral, o desenvolvimento capitalista levou ao fortalecimento das relações comerciais em um dado território. A comunidade de destinos se configurou como a vivência do destino de dado indivíduo numa relação e influência contínua com outros. Assim, o resultado da vivência de dado processo histórico levaria à gradual formação da citada comunidade de caráter (BAUER *apud* HROCH, 1986, p. 36).

De qualquer forma, apesar de sua imprecisão no que tange ao estudo de Bauer, a importância de Stalin para a compreensão da questão nacional foi fundamental. A definição da nação como uma “comunidade estável de homens, formada historicamente, ligada por uma língua, um território, uma vida econômica e por elementos psicológicos que se expressam numa comunidade de cultura”, onde “só a existência de todos esses traços distintivos, em conjunto, constitui uma nação” (STALIN, 1979, p. 7) continua sendo aceita até os dias de hoje. A princípio, esse tipo de definição objetiva já era corrente à época de Stalin, assim como a atribuição de importância fundamental a fatores econômicos, e isso não somente nos meios marxistas. Trata-se, basicamente, de um resumo e refinamento das noções contemporâneas acerca da questão nacional. De acordo com Hroch (1986), as principais contribuições de Stalin à compreensão da questão nacional foram as seguintes: 1 – inspirou-se em Bauer no que tange à acepção histórica e dinâmica da nação, mas diminuiu e simplificou a periodização da nação em duas fases (inspirado em Lenin), as pré-capitalista e capitalista; 2 – entre as mudanças econômicas no âmbito do processo de passagem do feudalismo ao capitalismo, indicou a formação de um mercado nacional como fator fundamental; 3 – estabeleceu a noção, de acordo com a qual a criação da nação moderna é uma consequência direta da luta da burguesia pelo controle do mercado nacional (HROCH, 1986).

Ou seja, podemos constatar que o papel de Stalin foi mais o de um coletor, sintetizador de teorias sobre a questão nacional alheias e que, de fato, nos dizeres de Hobsbawm, seus méritos intelectuais foram medíocres (HOBSBAWM, 2004). Independentemente disso, a definição de Stalin passou a ser obrigatória e “autoritária” para todos os autores que partilhavam da ideologia e metodologia marxisto-leninista e, apesar de suas teorias terem sido gradualmente simplificadas e vulgarizadas, continuaram sendo citadas como base de toda e qualquer pesquisa sobre a questão nacional até a década de 70. Mesmo depois da 20ª Assembléia do Partido Comunista da União Soviética, sua teoria da nação continuou sendo taxada como um dos elementos positivos de seu legado teórico. Somente a partir do fim da década de 50 começaram a surgir vozes críticas à teoria de Stalin, defendendo especialmente um retorno às teses de Lenin. Porém, foi somente nos anos de 1966-68 que foi organizado um debate sobre a questão nacional, do qual participaram historiadores, filósofos e etnógrafos soviéticos. Aqui, a maior parte dos teóricos defendeu justamente a volta às teorias de Lenin (importância de relações políticas e do próprio Estado para a formação da nação; importância da consciência nacional, completamente ausente em Stalin), outra continuou a defender a permanência da noção stalinista, ao mesmo tempo que surgiam opiniões mais céticas, indicando a impossibilidade de elaborar uma definição da nação *per se*. Foi somente com o fim desse debate, em parte inconclusivo, que a teoria stalinista da nação deixou de ser “autoritária” a todos os pesquisadores da questão nacional ligados de uma forma ou outra à teoria e metodologia marxista (HROCH, 1971).

A partir desse momento de quebra, surgiram inúmeras obras de origem ou orientação marxista, estando entre as mais relevantes os já abundantemente citados estudos de Hroch e Hobsbawm, assim como os de Ernest Gellner e Benedict Anderson.

Miroslav Hroch define a nação como um determinado grupo social, caracterizado por uma série de relações objetivas (econômicas, territoriais, políticas, religiosas, culturais, linguísticas etc) decorrentes da resolução de antagonismos básicos entre o homem e a natureza em dado território, assim como do reflexo dessas relações na consciência dos indivíduos. De acordo com o autor, esse tipo de abordagem permite analisar a formação da nação ao longo de um contínuo temporal mais longo, no decorrer do qual ocorreram significativas mudanças sociais. Do mesmo modo, abre também a possibilidade de

intercambialidade das ditas relações, sendo que no caso de algumas nações, dada relação tem papel crucial enquanto que em outras, apenas complementar ou mesmo nenhum. Podemos falar ainda, de uma gradual difusão de dadas combinações de relações no âmbito da sociedade como um todo, partindo de um grupo específico que age como motor (ou principal agitador) no qual a combinação de relações consolidou-se de forma mais intensa. Ou seja, admite-se aqui a importância crucial da “agitação nacional”, da difusão de uma consciência nacional, ou seja, de um fator que pode ser identificado com a “vontade de ser uma nação” (HROCH, 1986). A importância dada a esse fator é maior do que o próprio Hroch parece querer admitir; porém, a maior contribuição dele ao estudo da questão nacional foi a criação de um quadro teórico específico à formação das chamadas nações “pequenas” (notadamente na Europa do Norte e Oriental), cujo processo de formação foi completamente distinto das nações “grandes”, como a França e a Inglaterra. Podemos encontrar aqui uma referência às diferenças entre nação baseada em noções de estatalidade e pertencimento a um povo soberano e nação em termos linguísticos, geralmente não possuidora de seu próprio Estado. Aqui entra mais uma vez a importância crucial da agitação nacional, fundamental para o desenvolvimento pleno de uma nação. Esse desenvolvimento passa por um processo dividido em três fases, tendo em vista justamente o nível de difusão da consciência nacional. Assim, teríamos a fase A (interesse esporádico e apenas intelectual, acadêmico na cultura, língua e folclore de dada nação pequena), B (surgimento de um grupo de agitação nacional com um programa nacional e reivindicações sociais, políticas e culturais) e C (massificação do movimento nacional) (HROCH, *apud* ELEY e SUNY, 1996). A forma pela qual se deu a passagem de uma dessas fases a outra, assim como sua velocidade, abrangência e efetivo êxito final em termos de constituição de uma nação plena dependiam de caso para caso, de movimento nacional para movimento nacional, notadamente das condições de desenvolvimento econômico e do nível educacional de determinada nação pequena.

Já Ernest Gellner parte de um premissa não totalmente dissimilar no que tange à agitação nacional, ao processo de conscientização visando a formação plena da nação. Esse processo, taxado de nacionalismo, é tido como um princípio político que defende a congruência da unidade política e nacional. Assim, o nacionalismo (como uma teoria de legitimidade política) reza que as fronteiras étnicas não deveriam passar através de fronteiras

políticas e, caso isso ocorra, que as fronteiras étnicas não deveriam separar as classes dominantes das dominadas (GELLNER, 1983, p. 1). Diferentes acepções e interpretações do fenômeno do nacionalismo serão discutidas mais adiante, sendo que, por ora, restringimo-nos à definição de Gellner, que a baseia em relação a dois elementos cruciais – Estado e nação. O Estado é visto de uma forma quase-Weberiana, existindo à medida que em seu âmago se desenvolve um certo tipo de divisão social do trabalho, separando as agências de manutenção da ordem do resto da vida social. Assim, o Estado como uma unidade de poder centralizado com uma divisão específica do trabalho social, como indicada acima, é essencial ao surgimento do nacionalismo. O “problema” do nacionalismo não surge onde não há o Estado, o que não implica em afirmar que o nacionalismo surge em todo e qualquer Estado (GELLNER, 1983, p. 5). Do mesmo modo que o Estado, a nação também é vista como um fenômeno relativamente moderno e, em última instância, contingencial – não se tratando, porém, da mesma contingência. Por mais moderna que seja, a idéia de nação se impregnou de tal forma no imaginário social que a perspectiva de um indivíduo sem nacionalidade, não pertencendo a determinada nação, vai contra as categorias sociais reconhecidas e acarreta no mínimo em um distanciamento do indivíduo (GELLNER, 1983).

Uma definição da nação *per se* é primeiramente tentada a partir de dois critérios tidos como básicos à caracterização de um grupo social suficientemente extenso – vontade e cultura. A vontade é identificada com formas de lealdade, soliedaridade e identificação, podendo, de fato, servir de base para a estruturação de uma nação, mas também para muitos outros tipos de comunidade. No que tange à cultura, por si só ela nunca convergiu com divisões políticas específicas, o que foi possível somente na contemporaneidade com a crescente difusão das chamadas “altas culturas” (sistemas de comunicação baseados na alfabetização e educação padronizadas). Não considerando esses dois critérios como adequados ou suficientes, Gellner afirma que a nação pode ser definida apenas nos termos de um contexto específico, da “era do nacionalismo”. Neste sentido, a nação seria criada pelo nacionalismo, a partir e no âmbito de condições sociais específicas – propícias justamente à difusão de uma “alta cultura” nos meios populares e não mais restrita às elites. Assim, a nação surgiria não apenas no contexto da revolução industrial, mas como uma função específica do desenvolvimento industrial e de suas necessidades econômicas. Em si, o

nacionalismo cumpre sua função de criar nações e impor uma “alta cultura” à sociedade por meio de tradições históricas e culturais escolhidas de forma seletiva ou mesmo inventadas, o que Gellner caracteriza como uma forma de embuste, ilusão e auto-ilusão nacionalista (GELLNER, 1983).

A produção e a invenção de tradições como instrumento ou meio do grupo nacional para comprovar a historicidade e justificar as reivindicações de existência da nação são também abordadas por Hobsbawm (2004). Ao contrário do que pensam Gellner e outros teóricos, essa invenção é tratada por Hobsbawm como algo natural e típico da formação nacional inserida no contexto da dupla revolução, não se estabelecendo nenhuma forma de julgamento de valor. De forma geral, Hobsbawm faz um interessante apanhado da evolução dos termos nação e nacionalismo, de seu uso por seus portadores e defensores desde o século XVIII – tanto elites, quanto massas populares. A nação em si é um “(...) fenômeno muito recente na história da humanidade e produto de conjunturas históricas particulares necessariamente regionais ou localizadas (...)” (HOBSBAWM, 2001, p.14). Disso podemos depreender que o fenômeno da nação, ao mesmo tempo que teve seu desenvolvimento primordial restrito por uma conjuntura histórica específica deu-se também num espaço geográfico limitado. Basicamente, em ambos os casos, tratamos da Europa continental de meados do século XVIII ao século XIX.

Apresentando várias formas usadas para definir a nação, Hobsbawm chega à conclusão de que tanto definições objetivas (que, apesar de conseguirem definir nações *a priori*, não condizem com a variedade de nações no mundo real), como subjetivas (pelas quais, no final das contas, seria suficiente para que um grupo de pessoas se considere como uma nação, para efetivamente a serem) não são plenamente apropriadas à conceituação plena de uma nação. De fato, o ideal seria conciliar ambos os tipos de definição. Por fim, contudo, aponta a impossibilidade de estabelecer uma definição *a priori*, constatando apenas que, para efeitos de estudo, trata-se de um grupo suficientemente grande de pessoas que se vêem como uma nação – não somente do ponto de vista dos líderes de movimentos nacionais e intelectuais em geral, mas principalmente na visão das pessoas comuns (HOBSBAWM, 2004, p. 18). De forma geral, líderes de movimentos nacionais e ativistas não têm problemas para definir a nação. Ou seja, aqui podemos perceber uma diferença entre a nação real (que só

pode ser identificada *a posteriori*) e a nação como vista pelo nacionalismo. Nesse sentido, como já foi frisado, Hobsbawm relata a evolução desse conceito de nação como usado pelos movimentos nacionais em seus determinados contextos históricos.

Basicamente, podemos resumir as posições de Hobsbawm – fortemente influenciadas por Hroch e Gellner – nos seguintes pontos:

- O nacionalismo é definido com base em Gellner, como “princípio que defende a congruência da unidade política e nacional” (GELLNER, 1983, p.1); ao mesmo tempo, a nação seria vista como o repositório maior de lealdade e devoção em detrimento de quaisquer outras identidades por parte de seus membros.
- A nação é vista como um fenômeno moderno, associado ao surgimento da estrutura do Estado-Nação. Atenção especial é dada aos elementos de construção, invenção, à “engenharia social” da identidade nacional e à constatação de Renan de que “o erro histórico é parte da formação de uma nação” (RENAN, *apud* ELEY e SUNY, 1996).
- Além do contexto histórico de formação do Estado moderno, fundamental importância é atribuída à conjuntura no que tange ao desenvolvimento tecnológico e social.
- Estudo da nação não somente a partir de seus idealizadores e líderes dos movimentos nacionais, mas sim “por baixo”, tendo em visto a população em geral. Esta, por mais leal que seja à idéia nacional, nunca refletirá plenamente os discursos nacionalistas ou mesmo afirmações sobre a “opinião pública” em artigos de jornal, sendo que a própria identidade nacional nem sempre será sua identidade primordial.
- Noção de que diferentes grupos sociais e regionais desenvolvem uma “consciência nacional” de forma desigual; neste caso, independentemente de qual for o grupo “motor” da difusão dessa consciência, as massas populares serão sempre as últimas a serem conquistadas. No caso, baseia-se em Hroch, sendo elementar a distinção entre as 3 fases do desenvolvimento nacional (HOBSBAWM, 2004).

Por sua vez, Benedict Anderson parte do pressuposto de que as nações e o nacionalismo, apesar de seu fim ter sido profetizado inúmeras vezes, não perderam nada de sua influência e universalidade como valores políticos. Contudo, ao mesmo tempo que assevera a contínua relevância do fenômeno nacional, ele admite e frisa as dificuldades em

defini-lo e analisá-lo, principalmente no âmbito da teoria marxista – a nação é, de fato, tida como uma anomalia. Nação, nacionalidade e nacionalismo são tidos como artefatos culturais de um tipo peculiar, sendo que para compreendê-los, temos que analisar seu surgimento do ponto de vista histórico e suas mudanças de significado com o passar do tempo. A criação desses “artefatos culturais peculiares” se deu a partir do cruzamento de uma miríade de elementos e fatores históricos distintos. Todavia, uma vez trazidos à vida, tornaram-se modulares e passíveis de transplantação a outros contextos (ANDERSON, 1983).

No que tange à definição de nação em si, primeiramente Anderson discute alguns paradoxos referentes a essa definição, notadamente: a modernidade objetiva da nação do ponto de vista do historiador em contraposição à sua antiguidade subjetiva na visão dos nacionalistas; a universalidade da nação como aglutinador de todos os indivíduos (todos têm uma nacionalidade) em contraposição à necessária particularidade de cada um dos grupos nacionais; o poder, a relevância política do nacionalismo em oposição à sua pobreza e incoerência filosófica (ANDERSON, 1983, p. 5). De forma geral, a nação é vista aqui como uma comunidade política imaginada – imaginada como inerentemente limitada e soberana. No caso, a nação seria uma comunidade imaginada pelo fato de seus integrantes serem demasiadamente numerosos para efetivamente conhecerem pessoalmente uns aos outros, ao mesmo tempo que cada um deles mantém uma imagem do pertencimento de todos a essa comunidade em sua mente. A nação é imaginada como limitada por ter, apesar de poder abranger um número imenso de pessoas, fronteiras finitas e bem definidas (apesar de relativamente elásticas) além das quais estendem-se outras nações com essa mesma característica – portanto, nenhuma nação se imagina sobreposta à humanidade como um todo, por exemplo. A soberania atribuída à nação é, por sua vez, vista como uma garantia de liberdade individual e coletiva, decorrente das mudanças sociais da passagem a partir da sociedade feudal e, notadamente, dos reinos dinásticos marcados por uma legitimação hierárquica específica. Por fim, a nação se imagina como uma “comunidade” porque, independentemente das reais relações de poder no seu âmago, vê-se como um agrupamento horizontal, baseado no companheirismo e na fraternidade de seus membros. Em si, a força da idéia de nação e do nacionalismo provêm do que Anderson chama de suas raízes culturais, do modo pelo qual substituiu, de certo modo, formas antigas de pertencimento e imaginação

coletiva – especialmente as comunidades religiosas e os reinos dinásticos (ANDERSON, 1983).

Como já foi indicado anteriormente, dentre as abordagens teóricas da nação tratadas até o presente momento (e, como veremos, também dentre aquelas que ainda serão tratadas mais adiante) a marxista foi a que mais teve relevância para a “vida real” e para a prática política – junto com a teoria liberal do século XIX e a teoria racista que levou à eclosão da 2ª Guerra Mundial. De forma geral, essas três abordagens têm em comum (além de uma preferência conceitual por critérios objetivos para classificar a nação) um embasamento centrado em discursos da prática política, de certa forma até do senso comum, visando fins políticos específicos. Este senso comum difere, em sua essência, de abordagens mais analíticas, científicas e (até onde isso é realmente possível) isentas de valores – status que a teoria marxista (ao menos no século XX) alcançou definitivamente só com a derrubada da conceituação “autoritária” de Stalin no final da década de 60. Neste âmbito, torna-se interessante notar que o termo nação, assim como a grande maioria dos conceitos nas ciências sociais que passaram por um longo período de desenvolvimento semântico, pode ser usado em dois contextos essencialmente diversos: na prática social (termo usado no cotidiano, partindo do “senso comum” e sem muito rigor quanto ao seu real significado, o qual, inclusive, é por vezes obscurecido por seus usuários dependendo dos fins de seu discurso; neste âmbito, podemos citar notadamente o discurso político, que se apropria dos conceitos de identidade e nação ao passo que os reifica) e na prática analítica (ou seja, o uso eminentemente “científico” e teórico, com uma conceituação rigorosa e disciplinada dos termos). Ou seja, neste sentido é essencial sabermos identificar e distinguir a nação *a priori* dos discursos políticos, como algo geralmente trazido à vida – reificado – pelos próprios discursos nacionalistas, de uma definição teórica com bases empíricas que sirva justamente para desmistificar dado discurso.

Dito isto, podemos realmente constatar que, devido à sua origem na “prática filosófica” do marxismo em geral, sob possível influência de suas bases liberais e, notadamente, defendendo interesses decorrentes da Revolução de 1917, a teoria marxista da nação do início do século XX teve relevância crucial para a prática social e política, com as quais mantinha uma relação de reciprocidade. Assim, até o final da 2ª Guerra Mundial, ao

mesmo tempo que a teoria stalinista influenciava as atitudes frente à questão nacional da União Soviética, o contexto político e social específico deste país moldava esta teoria à sua imagem. Com a já citada difusão e vulgarização dessa teoria e à medida que ganhava um teor cada vez mais normativo, o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência de luta anti-imperialista nos países coloniais. Nesse âmbito, de um lado os teóricos e propagadores da doutrina marxista viam a questão nacional nos países coloniais como algo a ser explorado – tudo o que atrapalhasse os imperialistas metropolitanos deveria ser bem vindo aos trabalhadores – e, de outro, os próprios revolucionários antiimperialistas dos países coloniais, além de suas próprias preferências, estavam voltados à independência de seus próprios países e nada mais. De forma geral, “(...) de 1930 a 1970 o discurso dominante da emancipação nacional refletia as teorias das esquerdas e, em particular, os desenvolvimentos no marxismo do Comintern” (HOBBSAWM, 2004, p. 178).

Deixando de lado – ao menos por enquanto – a prática política e social, e antes de passar às definições subjetivas da nação, torna-se necessário tecer algumas considerações acerca dos últimos autores abordados, notadamente os mais recentes da corrente marxista. No caso, apesar de classificarmos suas teorias entre as definições objetivas de nação, o fizemos exclusivamente tendo em vista suas origens metodológicas, quando não por pura comodidade prática. O fato é que tanto Hroch, como Gellner, Hobsbawm e Anderson, ao mesmo tempo que partem de premissas metodológicas marxistas e relatam dadas condições objetivas como cruciais à formação nacional, dão ênfase significativa também em elementos subjetivos – consciência nacional, nacionalismo etc – os quais são, de fato, tidos como essenciais. Assim, por enquanto, poderíamos enquadrá-los em uma espécie de limiar entre definições com bases objetivas e subjetivas, sendo que uma classificação mais adequada será abordada mais adiante. Não se trata de uma característica própria e exclusiva destes quatro autores, mas de grande parte dos estudos acerca da questão nacional surgidos desde a década de 60. Mas, por ora, voltemos às noções subjetivas da formação nacional.

1.2 – NOÇÃO SUBJETIVA

Esta noção foi difundida principalmente entre as chamadas nacionalidades pequenas (em especial na Europa do Norte, Central e Oriental) nas quais a agitação nacional, que visava “despertar” as massas para dada identificação de cunho nacional, e a vontade de se viver em uma coletividade nacional eram tidas como fundamentais.

Um dos autores mais influentes – no que tange à questão nacional – do século XIX, que pode ser incorporado a essa corrente, foi Ernest Renan. Apesar de afirmar a existência de grupos particulares de seres humanos desde tempos imemoriais e encontrar elementos nacionais ainda no Império Romano (senso de pertencimento à *Pax Romana*), ele constata a relativa modernidade da nação. Esta estaria ligada a uma determinada estrutura estatal, não existente em Roma e possível somente a partir da desestruturação feudal causada pelas invasões bárbaras. Assim, as origens das modernas nações remontariam aos princípios da fragmentação feudal, onde os conquistadores bárbaros se mesclaram com os diferentes povos conquistados, impondo-lhes formas de organização hierárquica e dando margem ao surgimento de nações em potencial – dependendo, obviamente, do contexto geo-político de dado povo (por exemplo, união dinástica formando a grande nação francesa, em oposição à fragmentação da Hungria em inúmeras nações menores). É neste âmbito que é frisada a importância do esquecimento e do erro histórico para a criação de uma nação, sendo esta definida como um grupo de pessoas com várias características em comum e que esqueceram várias coisas: “*It is good for everyone to know how to forget*” (RENAN, *apud* ELEY e SUNY, 1996, p. 46).

Outro elemento importante (para não dizer interessante) da obra de Renan é o estabelecimento de relações entre a nação e suas possíveis origens raciais, que podem ser compreendidas como uma crítica às crescentes tendências racistas de meados do século XIX e contrapostas à teoria racial da nação como defendida por Hitler. Renan afirma que, para o historiador, a raça é algo criado e recriado, não podendo ser aplicado politicamente.

“The fact of race, which was originally crucial, thus becomes increasingly less important. Human history is essentially different from zoology, and race is not everything, as it is among the rodents or the felines, and one does not have the right to go through the world fingering

people's skulls and taking them by the throat, saying: You are of our blood, you belong to us!" (RENAN, *apud* ELEY e SUNY, 1996, p. 47).

Além da raça, ele apresenta vários outros critérios, geralmente identificados com a unidade nacional, como língua, religião, comunhão econômica e fatores geográficos, sendo que nenhum deles é visto por Renan como imprescindível – todos incentivam e convidam as pessoas a se unirem formando uma nação, mas por si só não as forçam para tal.

"Man is everything in the formation of this sacred thing called the people. Nothing material suffices for it. A nation is a spiritual principle, the outcome of profound complications of history, it is a spiritual family, not a group determined by the shape of the earth." (RENAN, *apud* ELEY e SUNY, 1996, p. 49).

A nação, tida como “alma” ou princípio espiritual, é composta de dois elementos: a memória em comum (passado) e a aceitação da vida em comum (presente). Neste sentido, a “glória passada” (não somente alegrias passadas, mas principalmente sofrimento em comum) é vista como uma espécie de capital social para a construção da nação. Ao mesmo tempo que contém elementos passados e presentes, a nação tem de contar com um determinado elemento futuro, um plano em comum para ela e seus integrantes. Assim, a nação se constitui como uma solidariedade em grande escala, constituída pelo sentimento de sacrifícios passados e futuros que se está disposto a fazer; pressupõe um passado, mas expressa-se no presente, pelo consenso, pela vontade explícita de manter uma comunidade (noção fundamental de nação como plebiscito diário). Já que depende da vontade humana para existir, a nação não é algo eterno – teve um começo e terá um fim⁶. De qualquer forma, a nação é vista por Renan como um fenômeno positivo, imprescindível para o resguardo da liberdade, tanto coletiva, como individual.

A obra de Renan foi a que teve maior influência nos teóricos da nação do pós-guerra, quando a noção subjetiva ganhou espaço e notoriedade, para não dizer predominância, mas não podemos ignorar outros autores atuantes até então. Assim, podemos citar M. Lazarus, que baseia a nação na opinião subjetiva daqueles que a compõem sobre si mesmos, e G. Rumelin, que afirma que: “(...) os membros da minha nação são aqueles que eu mesmo

⁶ Neste âmbito, é interessante a “previsão” de Renan da criação de uma confederação européia como um dos estágios da extinção nacional.

considero como tais” (RUMELIN *apud* HROCH, 1971, p. 12). A noção subjetiva da nação foi ganhando ênfase já no período entre-guerras, tendo em vista a crescente importância atribuída ao papel do nacionalismo. Mais uma vez, é necessário frisar que, quando uma determinada nação não conseguia alcançar o tamanho mínimo necessário à sua viabilidade aos olhos da comunidade internacional e pecava também pela falta de critérios objetivos que a definiriam de forma histórica, apelava para uma identificação nacional de forma subjetiva, baseada na propagação dessa identificação, da idéia de nação constituída pelo nacionalismo – assim, a nação pode ser efetivamente constituída a partir das atividades de uma minoria de entusiastas.

Como já foi frisado, as noções subjetivas da nação ganharam força singular somente depois da 2ª Guerra Mundial, devido a fatores que são geralmente taxados de “humanitários”, em oposição à nação *a priori* do discurso racista dos ideólogos nazistas. Ao asseverarmos que a nação é uma criação exclusiva do nacionalismo, podemos também admitir que, do mesmo modo que se pode educar alguém ao nacionalismo e ao próprio sentimento de pertença e à defesa de sua nação, pode-se “curar” a mesma pessoa dessa “patologia”. É somente com base em uma noção subjetiva de nação que se pode responsabilizar alguém pelos crimes cometidos em nome dessa nação – cometeu-os porque quis, e não porque seu pertencimento e sua identificação nacional foram dadas *a priori*, naturalmente e sem ele ter tido outra opção. Nestes termos, autores como Kohn, Carr e Lemberg retrataram a importância crucial justamente do nacionalismo, sendo que a nação em si é tida como um conceito duvidoso, nebuloso e praticamente indefinível – um objeto do nacionalismo, onde as formas deste objeto podem mudar de acordo com dado contexto (formação estatal, grupo linguístico ou definido de qualquer outra forma). De forma geral, a conceituação de Kohn é a mais ilustrativa, sendo o nacionalismo tido primordialmente como um estado de espírito, um ato de consciência, a auto-identificação do indivíduo com uma coletividade específica, a qual detém sua lealdade suprema. (KOHN, 1962). Assim, a ideologia, o sistema de valores, as normas e a imaginação coletiva são fatores primordiais e fundamentais, ao passo que os elementos objetivos se configuram somente como fatores auxiliares, secundários, pelos quais a ideologia se orienta (no caso, formando vários tipos e formas de nacionalismo). No caso, a

existência das relações objetivas não é negada, mas essas relações passam a ter relevância somente a partir do momento em que a ideologia lhes dá direção.

Entre teóricos mais contemporâneos, que podem ser classificados como partindo de pressupostos subjetivos para caracterizar uma nação, a mais notável é a já citada Liah Greenfeld (1991). O nacionalismo é visto por ela como um conjunto de idéias e sentimentos que formam determinada identidade nacional que, por sua vez, é vista como uma “identidade fundamental” no mundo moderno, à qual os membros da nação devotam um grau máximo de lealdade. No que tange a seus membros, a fonte de suas identidades individuais nacionais está localizada em um determinado “povo”, visto como o portador da soberania, base da solidariedade coletiva e objeto central de lealdade. Esse povo pode ser caracterizado e definido de várias formas, mas é sempre visto por seus integrantes como homogêneo e não dividido por quesitos de classes, status etc. A única pré-condição, sem a qual não podemos falar de identidade nacional, é a presença de uma idéia específica e peculiar, uma idéia de nação. Ou seja, mais uma vez a nação pode ser caracterizada e definida pelo nacionalismo (ou, no caso, ao contrário), cuja principal característica é justamente uma determinada idéia de pertencimento à nação. Como já foi apontado anteriormente, Greenfeld traça uma evolução semântica do termo “nação” até a sua forma “atual” e definidora, como um determinado grupo, uma comunidade soberana, análoga às primeiras formas de democracia liberal na Europa Ocidental. Do mesmo modo que outros autores da “corrente” subjetiva, aponta a existência e necessidade de algum elemento objetivo comum (língua, território, estatalidade, tradições, cultura etc) como base à instituição do nacionalismo e da nação – apesar de não necessariamente se relacionar com qualquer um dos fatores objetivos, geralmente se relaciona com ao menos algum deles. Ao mesmo tempo, em termos de pertencimento subjetivo a dada nação por parte de seus integrantes, ela diferencia duas formas de nacionalismo. No caso, a já citada identificação “liberal-democrática” com um povo soberano seria a vertente “cívica”, enquanto uma identificação com base em diferenças objetivas como etnia e língua é taxada de “étnica” – esta surge pela “transplantação” do nacionalismo cívico (originário da Inglaterra) a países sem a nascente tradição democrática de soberania popular. Assim, a diferenciação entre essas duas formas de nacionalismo se deve a diferenças de desenvolvimento em dado país no que tange a três grupos de fatores:

estrutural (inconsistência de status de determinadas classes), cultural (tradições antigas, definidoras da identidade, oprimidas por uma cultura dominante) e psicológica (ressentimento e transvalorização de valores) (GREENFELD, 1991).

É interessante notar que é justamente com os citados Kohn, Carr e Lemberg (e, de certa forma, Hayes) que se inicia um período de maior interesse eminentemente acadêmico na questão nacional, caracterizado por abordagens que se dizem mais “científicas” e isentas de valores. Ou seja, nos termos já indicados do contexto de uso do termo nação, podemos averiguar seu deslocamento do senso comum, da prática social/política, à prática analítica/científica. É curioso que essa transição se dá pela atribuição de ênfase cada vez maior em critérios subjetivos para se caracterizar o objeto de pesquisa em questão. Isso, porém, não implica que quanto mais “subjetiva” dada abordagem, mais científica ela se torna e nem que esse tipo de abordagem se configura como a única agraciada com o dom da cientificidade. Ou seja, de forma alguma estamos falando de dois extremos, como no esquema a seguir: (noções objetivas = prática política = senso comum) X (noções subjetivas = prática analítica = ciência). No máximo podemos afirmar a equivalência dos dois últimos elementos de cada “equação”, admitindo que uma origem de utilização na prática política de dado conceito é imprópria para fins de análise científica e vice-versa.

Mas mesmo aqui enfrentamos problemas cruciais. De fato a passagem da linguagem da prática social e política à linguagem da prática científica pode ser inserida no contexto da especialização do vocabulário, indispensável à estruturação e consolidação de qualquer ciência – seja esta exata ou social (SARTORI, 1981). Porém no contexto social dos últimos dois ou três séculos, é praticamente impossível a existência de um ou outro desses extremos, de casos puros de utilização científica ou “comum” de determinados termos, principalmente no âmbito das ciências sociais. O que se pode averiguar, na realidade, é uma contínua mistura e confluência de ambas as formas de discurso, de uma influência recíproca entre eles. Ou seja, ao passo que alguns dos primeiros estudiosos da questão nacional eram ao mesmo tempo nacionalistas, imbuídos de um discurso político normativo em relação à nação em si, outros, mesmo que inconscientemente, acataram alguns de seus pressupostos apesar de uma declarada abordagem *a priori* isenta de valores e interesses. Essa confluência pode ser percebida, por exemplo, na excessiva politização do conceito de nação no decorrer de seu

desenvolvimento até a atualidade, ou ao menos em sua identificação com alguma forma estatal real ou potencial – isto se levarmos em conta a definição weberiana de política, como a direção do Estado ou qualquer influência exercida neste sentido (WEBER, 2005). Assim, para uma parcela substantiva dos teóricos que abordaram a temática da identidade nacional, o nacionalismo (como movimento de defesa e propagação da nação) seria geralmente identificado por seus fins e meios políticos – conquista de um Estado ou, no mínimo, alguma forma de auto-governo. Assim, John Stuart Mill defendia o fim último da nação como a criação de um Estado-nação para assegurar a liberdade das instituições, Lord Acton tratou a nação e as nacionalidades estritamente em termos de pertencimento a tal ou qual estrutura estatal e Lenin, partindo das idéias de Marx, tratava a nação como inevitável na sociedade burguesa, ou seja, como um elemento natural na evolução do capitalismo, caracterizado pelo poder político decorrente das relações de classe burguesas (SNYDER, 1964, p. 11). Em tempos mais atuais, Gellner definiu o nacionalismo como um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deva ser congruente (GELLNER, 1981, p. 1), noção defendida também por Hobsbawm (2004, p. 18), Breuilly (BREUILLY *apud* HOBSBAWM, 2004, p. 24) e tantos outros. Do mesmo modo, autores de correntes multiculturalistas atuais compartilham noções de qualificação política da nação – para Castells “o nacionalismo aparenta ser uma grande força subjacente à constituição de quase-Estados, isto é, entidades políticas de soberania compartilhada (...)” (CASTELLS, 2002, p. 49) e para Nielsen a nação tem que ter necessariamente aspirações políticas, tem de visar alguma forma de auto-governo (NIELSEN, 1997, p. 45). Ou seja, podemos constatar que desde os primeiros estudos da questão nacional, até a atualidade, o conceito tem sido identificado com alguma forma de meios e fins políticos, geralmente visando um status estatal ou quase-estatal. De fato, isso pode ser verdadeiro para os movimentos nacionais surgidos a partir do século XIX, no qual os fins políticos-estatais dos nacionalismos eram efetivamente primordiais, sendo também compreensível a já citada confusão de termos políticos e teórico-analíticos numa época ainda basicamente “pré-científica”.

Toda essa digressão teve por intuito frisar a constatação de que definir adequadamente uma nação tem se mostrado uma tarefa assaz complexa. Apesar de já em meados do século XIX Seton-Watson ter afirmado a impossibilidade de se efetuar uma

definição científica adequada de nação (ANDERSON, 1983) e, desde então, inúmeros outros autores não terem se cansado de destacar seu caráter extremamente complexo e vago, podendo ser caracterizada de formas diversas em contextos diferentes, vimos que tentativas de conceituar o fenômeno foram, de fato, abundantes. A classificação dessas tentativas em termos de tal ou qual fator primordial têm se mostrado igualmente problemática – vimos que a diferenciação no que tange à forma de discurso (prática política / prática analítica) tem se mostrado praticamente irrealizável devido à sua frequente e inevitável mistura e influência recíproca. Crítica similar pode ser feita à abordagem usada por nós até o presente momento, diferenciando entre noções objetivas e subjetivas da nação. Por mais didática, elucidativa e útil que tenha sido, percebe-se nas últimas páginas a efetiva combinação, confluência das duas noções em vários dos teóricos citados, principalmente a partir das décadas de 60 e 70 do século passado. Por mais que a coexistência de fatores objetivos e subjetivos dentro de uma nação tenha sido apontada já nos estudos de Renan, uma real combinação dos dois e a constatação de que são igualmente importantes para a formação nacional veio somente com os primeiros estudos tidos como “científicos” da questão nacional, justamente na década de 60 (Kohn, Hayes, Deutsch etc). Dessa forma, grande parte dos autores classificados como pertencentes à corrente subjetiva, assim como os pós-stalinistas, *a priori*, da corrente objetiva, não podem ser, de fato, plenamente compreendidos nos termos de uma ou outra noção apenas.

Uma classificação distinta é proposta por Anthony D. Smith (2004) e já foi brevemente apontada anteriormente. Em vez da ênfase em elementos objetivos ou subjetivos que formam uma nação e o sentimento de pertencimento a ela referente, ou na diferenciação entre formas e modos de discurso, ele trata da contraposição entre acepções “modernas” e “antigas” da nação. Neste âmbito, os estudiosos e estudos da nação são classificados de acordo com, por assim dizer, a idade que atribuem às nações. De um lado teríamos os teóricos “modernistas”, que consideram as nações como fenômenos eminentemente modernos, geralmente resultantes diretos do processo de transição da ordem feudal para a industrial/capitalista e produtos da formação e consolidação do Estado contemporâneo (de forma geral, apesar de não categórica, podemos aqui enquadrar boa parte dos teóricos abordados até o presente momento, notadamente os teóricos marxistas e os cronologicamente

mais recentes). De outro, os teóricos “primordialistas”, que definem as nações como estruturas, grupos humanos naturais e orgânicos, tão velhos quanto a humanidade, em conjunto com a qual evoluíram (apesar de parecer, a princípio, uma aceção antiquada mais propícia a fundamentalismos históricos e nacionalistas aos moldes de Herder, Hitler e Gobineau do que abordagens científicas, podemos aqui enquadrar uma série antropólogos e sociólogos de meados do século XX até o presente, como Van Den Berghe, Geertz etc). Uma espécie de meio termo entre essas duas é formada pelos teóricos “perennialistas” que, de um lado, não inserem as nações em um contexto exclusivamente moderno, mas, ao mesmo tempo, não as têm como coletividades imemoriais. No caso, pode-se tratar sim, de estruturas relativamente antigas, mas sempre inseridas num contexto social e político específico (entre os autores abordados, seus principais representantes são Ernest Renan, Liah Greenfeld e, de certa forma – e única e exclusivamente por tratar de comunidades proto-nacionais – Hobsbawm e Anderson). É curioso notar que Smith parece criar essa classificação para, em seguida, posicionar-se além da mesma, em cima de uma espécie de muro teórico-metodológico. Para ele, as nações são tanto antigas (do ponto de vista sociológico, como remanescentes, descendentes naturais e diretos do que ele denomina de *ethnies*) como modernas (do ponto de vista da história ocidental e da “dupla revolução”⁷, fundamental ao desenvolvimento do nacionalismo, graças ao qual as *ethnies* se consolidaram como nações modernas).

De certa forma, podemos concordar com Benedict Anderson, quando este afirma que o nacionalismo e as nações não foram, devido à sua complexidade e elusividade, estudadas de forma adequada e que, justamente por isso não produziram seus próprios teóricos brilhantes e característicos da estirpe de um Hobbes, Tocqueville, Weber ou Marx (ANDERSON, 1983). Pelo que vimos até o presente momento, porém, podemos constatar que as tentativas de análise da questão nacional foram abundantes. É óbvio que se compararmos a produção – em termos quantitativos e qualitativos – acerca da questão nacional com estudos mais “populares” sobre outros “-ismos” (marxismo, liberalismo, capitalismo etc) de fato constatamos uma disparidade relativamente grande. De qualquer forma, por mais que os estudos da nação não se comparem aos livros de auto-ajuda em

⁷ Na concepção de Hobsbawm (2007), o conjunto das revoluções Francesa e Industrial.

termos de quantidade e aos já citados marxismo, liberalismo ou capitalismo em termos de “profundidade” de análise, acredito que a miríade de autores abordados até o presente momento – representando apenas uma fração daqueles que escreveram sobre o tema – já é suficiente para formular algumas generalizações bem fundamentadas sobre a questão nacional. Mas tendo em vista que, mesmo entre as teorias apresentadas, já vimos alguns problemas em termos de classificação e organização, quais autores e obras selecionar? Dentre uma variedade de abordagens, acatar as premissas metodológicas de uma não implica automaticamente recusar as de outra, ao mesmo tempo que afirmar que algumas abordagens estão, de uma forma ou de outra, erradas, não implica dizer que existe entre elas uma que seja totalmente certa – e muito menos que essa abordagem “totalmente certa” seja encontrada por meio do presente trabalho. O que se almeja nas próximas páginas é fazer uma contribuição teórica que proporcione uma melhor compreensão da questão nacional no decorrer de seu desenvolvimento e aos olhos das ciências sociais na atualidade – partindo justamente das abordagens teóricas discutidas até o momento.

Antes de mais nada, a nação é uma coletividade, um determinado grupo de indivíduos, uma “comunidade imaginada” nas palavras de Anderson – mas somente até o ponto em que este termo designa uma comunidade cujos integrantes não se conhecem pessoalmente mas mesmo assim partilham de uma série de valores em comum, necessários à existência da comunidade em si (no caso, não consideramos interpretações alternativas dadas a esse conceito, que identificam o “imaginado” com o irreal e inexistente). Essa comunidade se define como tal justamente a partir de determinados traços e valores em comum que formam uma espécie de identificação, identidade. No caso, essa identidade se refere, primordialmente, a uma lealdade suprema devotada à idéia de nação, como dada por Greenfeld.

Ao mesmo tempo que a identidade é uma forma de auto-identificação individual, uma consciência de pertencimento a dado grupo por parte do indivíduo é também um meio de mobilização desse indivíduo. Ou seja, ao passo que podemos compreender a identidade como uma resultante natural do convívio social e como condicionadora das relações sociais no âmbito desse convívio, temos de estar atentos também ao seu uso instrumental de mobilização e manipulação. Dessa forma, podemos diferenciar duas formas, dois tipos de

identidade: a identidade em comum – referente à forma “resultante natural do convívio social” –, e a identidade coletiva – referente à “mobilização”. Para ser considerada uma identidade coletiva e não uma simples identidade em comum (na qual um dado número de indivíduos apresenta alguma característica em comum, segundo a qual podem ser encaixadas numa só categoria, também conhecida como identidade comum categórica) torna-se necessário um certo sentimento de solidariedade entre seus membros. De acordo com C. Couch (COUCH *apud* MARUŠIAK e FERENCOVÁ, 2005), são necessárias quatro condições para que indivíduos pertencentes a uma mesma categoria desenvolvam e efetivamente percebam e aceitem uma relação de solidariedade na forma de laços coletivos. É possível constatar a existência de fortes laços de solidariedade (fortes o suficiente para podermos taxar a identidade de coletiva) numa situação na qual dois ou mais indivíduos:

- a) Aceitam ou constroem um passado comum, que é um passado de vivência igual⁸ – de resposta, reação igual frente a dada situação;
- b) Fazem projetos de um futuro em comum⁹;
- c) Caracterizam categoricamente a si mesmos como portadores de dada identidade coletiva que os diferencia de outros indivíduos ou coletividades;
- d) Criam entre si relações igualitárias; ou seja, destaca-se a presença de regras “justas” e relações de igualdade largamente aceitas.

Cada uma dessas dimensões de laços solidários pode mudar de acordo com sua intensidade e abrangência. Ainda de acordo com Couch (COUCH *apud* MARUŠIAK e FERENCOVÁ, 2005), nem sempre a presença de todas essas dimensões é estritamente necessária para caracterizar uma identidade coletiva, porém, geralmente uma coletividade na qual se percebem fortes laços de solidariedade apresenta todas elas. Todas essas dimensões que formam o laço de solidariedade da identidade coletiva podem ser consideradas como um processo praticamente infinito. Ou seja, não se trata de um momento único no qual se afirmam e formam as dimensões da solidariedade, mas de um processo de manutenção dessas

⁸ Qualquer tipo de passado comum não é suficiente, sendo necessária também uma vivência igual; por exemplo, escravo e escravista, prisioneiro e guarda tem um passado comum, mas não um passado de vivência igual.

⁹ Não somente para um futuro próximo, mas planos a longo prazo. Ou seja, indivíduos pertencentes a dada categoria devem se sentir responsáveis pelo futuro em comum, ter um projeto para esse futuro e entender este como uma obra conjunta.

dimensões e, conseqüentemente, da identidade em si. Assim, a identidade não é algo estático e imutável, mas compõe um processo no qual renova, nega, reinventa e aprimora a si mesma.

Tendo em vista mais esse interlúdio teórico, podemos constatar que a identidade nacional, como qualquer outra forma de identidade, pode ser compreendida de duas formas distintas – como identidade em comum e como identidade coletiva. Nesse sentido, uma identidade em comum, baseada em determinadas características atribuídas a seus portadores se desenvolveria em uma identidade coletiva pela gradual criação de laços de solidariedade e sentimentos, consciência de pertencimento. A teoria apresentada deixa clara uma idéia de gradação, da possibilidade e eventualidade de passagem de uma identidade em comum a uma identidade coletiva por meio da intensificação das relações de solidariedade no seu âmago. Assim, poderíamos falar de um processo de evolução (ou involução) de uma forma de comunidade a outra. Aplicando esse processo à problemática nacional, podemos falar de um desenvolvimento de nações latentes, nações em potencial ou etnias (proto-nações de Hobsbawm, *ethnies* de Smith etc), dotadas de determinadas características como língua, origem étnica e religião que formam suas identidades em comum, em nações plenas (ou nações modernas, consolidadas), nas quais essas mesmas características formam a base de um sentimento de pertencimento e solidariedade, ou seja, uma identidade coletiva em si. Dessa forma, podemos constatar que o fator primordial para a constituição de uma nação plena/moderna *per se* é psicológico, é a vontade, a consciência de pertencimento a dada coletividade e da comunhão de destinos com seus outros integrantes. Do mesmo modo, os elementos que formam a identidade da comunidade originária, proto-nacional, também são de fundamental importância, já que é em cima deles que o fator psicológico age e constitui a identidade coletiva. Dentre eles, destacamos os elementos econômicos, territoriais, políticos, religiosos, culturais e linguísticos, tidos por Hroch (1971) como fundamentais ao estabelecimento das relações objetivas formadoras de uma nação. Ao mesmo tempo, mitos, símbolos, valores e memórias em comum, normalmente encontradas nas esferas cultural e religiosa, formam elementos indispensáveis de continuidade entre uma forma e outra de identidade (SMITH, 2004).

A difusão (e construção) desse sentimento de solidariedade geralmente se dá por meio do que Hroch (1971) taxou de “agitação nacional”¹⁰. É por meio dessa agitação que determinados setores “nacionalmente ativos” da nação latente propagam suas concepções, expectativas e reivindicações e visam alcançar a população como um todo – ou ao menos sua grande parte e convertê-la à idéia nacional. Os motivos pelos quais determinados grupos em uma nação latente se tornam nacionalmente ativos podem ser dos mais variados, mas podemos resumi-los nos três fatores apresentados por Greenfeld (1991) – estruturais, culturais e psicológicos. É interessante notar que não necessariamente a agitação nacional e a eventual consolidação de uma nação plena implicam no surgimento e no uso do nacionalismo quando este é usado de forma negativa, pejorativa.

Neste âmbito, podemos distinguir entre três acepções principais de nacionalismo: 1 – nacionalismo entendido como uma virtude, como um direito natural de cada nação de sobrepor seus próprios interesses aos de outras nações; 2 – nacionalismo visto como uma vertente lastimável e desprezível da consciência nacional, sinônimo do egoísmo nacional, abrangendo tudo de negativo/pejorativo que vem com o movimento nacional (em casos extremos, qualquer forma de consciência nacional é taxada de nacionalismo negativo); e 3 – nacionalismo como termo técnico, neutro em termos de valores, mas assumindo várias faces distintas. No processo de agitação nacional, primordialmente para alcançar sua massificação, uma ou outra forma de nacionalismo se torna necessária, mas de forma alguma existe pré-disposição ou necessidade de ser um nacionalismo agressivo e *chauvinista*, como na acepção “negativa” ou uma vertente permissível aos direitos de outras nações como na “positiva”.

Ou seja, podemos constatar que a nação não é aqui tida como um fenômeno único e imutável, mas que faz parte de um processo de desenvolvimento da consciência e dos sentimentos de pertença no âmbito de determinado grupo social, formado a partir de certas características e relações objetivas ou subjetivas. Desse modo, um fator fundamental é a agitação nacional e, eventualmente, o nacionalismo, que difundem e consolidam a consciência e a identidade nacional em si. Tendo em vista a anterior distinção entre noções objetivas e subjetivas, a abordagem aqui proposta acata ambas como igualmente cruciais à

¹⁰ A agitação nacional como atividade de conscientização foi parte integrante de todo e qualquer movimento nacional e tomou várias formas. Porém essas várias formas obtiveram graus diferentes de êxito nos diferentes contextos.

formação nacional. Assim, elementos objetivos como língua, etnia, religião e território em comum, entre outros, formariam as bases da nação latente, potencial e serviriam de substrato sobre o qual atuaria um fator psicológico – a agitação – que formaria uma nação plena, caracterizada pela vontade e consciência nacional. Ou seja, ao mesmo tempo que seria produto das relações e pré-condições objetivas, materiais, a nação seria também uma resultante da vontade de seus integrantes de pertencerem a ela. Ainda no que tange às divisões anteriores, essa forma de conceituação se enquadraria na noção de Anthony D. Smith, sendo a nação um fenômeno antigo do ponto de vista sociológico (nação latente como grupo original, *ethnie*) e moderno do ponto de vista histórico (passagem de uma forma de nação a outra durante a dupla revolução).

Para possibilitar a transformação de uma nação latente em uma nação plena, são necessárias condições sociais, políticas e econômicas específicas. Nesse sentido, pressupõe-se uma organização configurada de forma a garantir, ao menos formalmente, uma identificação cada vez maior da população, do povo em geral, com os destinos da nação em si. Ou seja, garantir uma certa “soberania” do povo, um sentimento de responsabilidade e possibilidade de influenciar a vida, o projeto nacional – por outro lado, a opressão e a falta de soberania podem ter os mesmos efeitos. Teoricamente, este tipo de identificação foi possível somente a partir do momento que a sociedade civil começou a tomar forma e consciência de si mesma, a grosso modo a partir dos escritos e teorias formulados pelos primeiros autores contratualistas. Assim, a noção de uma sociedade autônoma, apta a celebrar um contrato com o Estado (qualquer que seja sua forma), seria uma das maneiras de transformação de uma identidade latente num sentimento nacional em si. Porém, nos primórdios do contratualismo, seja com Hobbes ou Locke, a sociedade civil não passava de uma ficção jurídica. Nesse sentido, uma sociedade apta a se identificar com o futuro da nação como fato real passou a se desenvolver apenas com a maior difusão das idéias do liberalismo econômico que, ao dar independência à economia, fez o mesmo pela sociedade (SARTORI, 1981). Porém, isso não implica dizer que uma nação é possível somente em conjunção com um determinado Estado (apesar de este ser o caso mais típico nos primórdios do nacionalismo nos séculos XVII a XIX com a formação do Estado-Nação), somente que a

formação de uma nação em si está associada ao processo de tomada de poder pela sociedade civil e sua crescente influência sobre o aparelho estatal.

De certa forma, podemos generalizar e afirmar que a nação plena pôde surgir apenas em sociedades com um certo grau de democratização (ao menos formal) do exercício da soberania, que possibilitou a identificação da população integrante da nação latente com os seus destinos ou justamente a falta dessa democratização e/ou a contínua opressão de dada população. Ou seja, podemos constatar que um grupo possuidor de uma identidade em comum, baseada em critérios supostamente objetivos (sejam estes a língua, a etnia, uma noção de territorialidade, religião ou o quer que seja) passa a ser considerada uma nação plena somente a partir do momento em que os seus integrantes se imbuem de uma certa “idéia de nação” o que, por sua vez, é possível somente a partir de uma conjuntura social e tecnológica específica, presente entre os séculos XVIII e XIX na Europa, da qual se difunde gradualmente ao resto do mundo. Portanto, as nações plenas seriam equivalentes às nações como vistas pelos “modernistas” de Smith (2004), surgidas justamente em função da transição social/política/econômica nos séculos XVIII e XIX. Porém, em oposição a isso, as nações latentes podem ser identificadas em vários períodos históricos anteriores, inclusive como afirma Renan (RENAN *apud* ELEY e SUNY, 1996) no Império Romano, e a própria possibilidade de identificação em massa de uma população com a idéia nacional foi apontada por Greenfeld já na Inglaterra depois da Revolução Gloriosa (Greenfeld, 1991). Dessa forma, ao analisarmos o fenômeno nacional, não podemos nos restringir ao estudo das nações ditas modernas, de fato possíveis somente com a dupla revolução, mas abranger também as suas origens nas nações latentes que as precederam.

A partir do momento que admitimos a importância fundamental da agitação nacional e, conseqüentemente, da instrumentalização – e, por que não, construção – de uma identidade nacional por suas ações, constatamos que entre os pontos fundamentais a serem analisados estão aqueles referentes às causas, origens, formas e fins dessa instrumentalização. Assim, as questões sobre quem, para quem, a partir de que elementos, por quê e para que fins se cria/assimila uma identidade nacional tornam-se cruciais. Segue uma pequena listagem dessas questões com algumas hipóteses de trabalho acerca de suas respostas.

- a. Quem? Geralmente elites intelectuais, políticas ou empresariais; podem existir casos nos quais o movimento por uma identidade nacional supostamente surja a partir das bases de dada sociedade, mas creio que a noção de auto-organização das massas está sujeita a vários empecilhos, e sempre poderemos identificar um ou outro grupo ou indivíduo que detém poder de influência decisivo sobre a massa em questão;
- b. Para quem? A princípio, a identidade nacional volta-se à população como um todo, mas dadas identidades podem ter populações-alvo específicas (camponeses, burguesia etc) e, de início, não abrangerem a população em geral;
- c. A partir de quais elementos? Geralmente, elementos econômicos, sociais, culturais, históricos, geográficos ou etno-linguísticos em comum, ao mesmo tempo que tradições, mitos e valores, sejam eles reais e pré-existentes ou construídos – inventados, nas palavras de Hobsbawm (2004) – especificamente para os fins da identidade nacional;
- d. Para que fins? Supostamente, para a sobrevivência e prosperidade da nação, mas os motivos podem ser os mais variados. Geralmente decorrem de uma inconsistência de status de dada elite ou massa popular, de sua vontade de influir decisivamente na vida da sociedade a qual não se concretiza por empecilhos específicos na estrutura de poder conjuntural. Ao mesmo tempo, podemos diferenciar uma outra forma, na qual o próprio aparelho estatal percebe a existência de dada inconsistência e passa a se legitimar frente à sociedade de uma forma nova, como portador da idéia nacional (no caso, podemos falar sobre uma junção entre patriotismo com nacionalismo). Neste âmbito, podemos nos referir também aos estudos de Manuel Castells (2002), que apresenta uma divisão entre três formas de identidade coletiva, entre três motivos essenciais para a organização e conseqüente criação de uma identidade. Trata-se de 1 – identidades legitimadoras (com o intuito de, literalmente, legitimar a estrutura de dada organização por meio da difusão e solidificação de dada identidade para a manutenção do poder e do *status quo*); 2 – identidade de resistência (uma forma de identidades entrincheiradas, como forma de oposição ao dito *status quo*); e 3 –

identidades de projeto (similares às de resistência, decorrentes da insatisfação com a organização vigente de dado grupo ou estrutura social e convencida em mudá-la). No âmbito do presente estudo, creio ser suficiente dividir a identidade nacional, em termos de suas origens e fins, em duas categorias: reativa (baseada na identidade de resistência) e legitimadora. A omissão da identidade de projeto se deve à sua prática dissolução no âmbito das outras duas, já que, ao admitirmos a definição de uma identidade coletiva mobilizadora, uma mínima noção de projeto futuro (envolvendo uma reformulação, revolução estrutural na sociedade como um todo) já está implícita.

Ou seja, no presente trabalho, a nação é tida como um grupo específico de pessoas, uma coletividade baseada em uma série de relações e características objetivas ou subjetivas que juntas formam a identidade nacional desse grupo. Como qualquer outra forma de identidade, a nacional pode ser compreendida em duas acepções diferentes – identidade em comum e identidade coletiva. Dessa forma, teríamos também dois tipos de nações, cada qual baseada numa das diferentes acepções de identidade – nação latente (ou etnia) e nação plena, respectivamente. A diferença entre esses dois tipos está nos seus diferentes graus de conscientização e mobilização dos sentimentos de lealdade: a nação latente é apenas um grupo cujos integrantes têm algumas características em comum, ao passo que uma nação plena pressupõe uma identificação mais ativa por parte de seus integrantes. Assim, podemos posicionar os dois tipos de nação em extremos distintos, sendo que a passagem de um ao outro só é possível por meio de uma certa forma de agitação nacional e de uma gradual mobilização e identificação dos integrantes do grupo com dada identidade nacional – que por sua vez necessita de um contexto político, social, econômico e tecnológico específico, típico da Europa dos séculos XVIII a XIX. A consolidação da nação plena não implica na perda de importância das relações e características objetivas da nação latente e muito menos do processo de mobilização e agitação. Como parte de um processo, a identidade nacional tem de ser continuamente renovada e adaptada às mutáveis condições sociais – nesse sentido, a nação seria realmente um plebiscito diário como afirmou Renan (RENAN *apud* ELEY e SUNY, 1996). Assim, para estudarmos uma nação de forma adequada, não podemos nos

concentrar em apenas uma de suas duas formas (ou seja, na nação “moderna”, surgida, por exemplo, no século XIX ou no grupo étnico que lhe deu origem) mas em ambas, assim como no processo de agitação e conscientização nacional que mediou a transição de uma a outra. Neste âmbito, torna-se relevante averiguar o modo pelo qual se forma, consolida e propaga a identidade nacional em cada uma dessas três fases – ou seja, tenta-se responder quem, para quem, a partir de que elementos e por quê se cria ou se adapta uma identidade nacional. É necessário frisar também que, vista dessa forma, a consolidação de uma nação plena não necessariamente equivale à constituição de um Estado. Por mais que os processos e elementos constitutivos de um Estado (contemporâneo) sejam análogos (quando não os mesmos) àqueles que formam uma nação e, de fato, um dos meios auxiliares e fins últimos do movimento nacional para sua consolidação como nação plena pode ser a busca pela estatalidade, essas duas entidades não podem ser equiparadas.

CAPÍTULO 2: ORIGENS DA NAÇÃO

Tendo em vista o esquema teórico proposto, começaremos por buscar os primórdios da nação eslovaca à época da primeira estruturação de sua identidade étnica/nacional latente. No caso, buscaremos gradualmente as respostas às quatro questões propostas no capítulo anterior, a fim de averiguarmos a efetiva evolução da identificação nacional eslovaca.

Ao tratarmos da história da Eslováquia, é mais eficiente começar a análise pelo estudo da história do atual território eslovaco, ou seja, da história de sua ocupação. De acordo com pesquisas arqueológicas, existem provas de povoamento desse território já há 100 mil anos, sendo que o *homo sapiens* atual o habita há cerca de 30 mil anos, assentado com uma cultura agrária há 5 mil anos. Por outro lado, o povoamento eslavo da região não tem mais de 15 séculos e não podemos falar de uma etnia eminentemente eslovaca até o século X depois de Cristo (ŠKVARNA, 2005).

Assim sendo, podemos constatar que essa região da Europa Central fora habitada desde tempos imemoriais. Culturas e povos pré-históricos e históricos (Celtas, Germanos, Romanos etc) deixaram marcas de sua presença. As populações migravam, misturavam-se, guerreavam e se assimilavam mutuamente. O território eslovaco atual foi comprovadamente uma encruzilhada de migrações, desde antes dos chamados *Volkenwanderungen* do século VI, continuando como palco de encontros e confrontações étnicas desde então. Por lá passaram tártaros, turcos, alemães, valáquios, migrações dentro da Hungria e mesmo imigrantes para o além mar (KOVÁČ, 1998). Todas essas migrações formam um processo contínuo e constroem a história do atual território eslovaco.

Se partirmos de um enfoque puramente estatal, podemos construir a história eslovaca com base em seu pertencimento a dois estados: a Hungria e a Tchecoslováquia. Porém, isso não seria suficiente, já que a história do país não se exaure apenas na junção das histórias dos respectivos estados como um todo. Do mesmo modo, não podemos buscar a história da Eslováquia como uma história apenas da minoria eslovaca, de uma dissidência húngara ou

tcheca, sem levar em conta a totalidade política das organizações estatais aos quais essa minoria pertenceu. Ou seja, buscamos aqui uma espécie de equilíbrio.

Os primeiros eslavos chegaram à parte ocidental dos Cárpatos e às margens do rio Danúbio (tidas como fronteiras históricas do país) no final do século V, no âmbito de migrações em toda a Eurásia, conhecidas, neste período, como *Volkenwanderungen*. Vieram provavelmente das atuais Ucrânia e Polônia, e sua chegada coincidiu com uma série de migrações germânicas – ou seja, os eslavos passaram a colonizar uma região parcamene povoada, mas não totalmente vazia. De qualquer modo, já durante o século VI, tornaram-se a etnia dominante na região, acabando com 5 séculos de primazia germânica e consolidando-se por aqui até os dias atuais (DVOŘÁK, 2005).

Os eslavos praticavam uma agricultura extensiva, necessitando de vastas áreas de plantação. Tendo em vista essa característica, é possível constatar que a colonização era relativamente esparsa, tendo o caráter de pequenas vilas cercadas de extensas terras cultivadas. Seu nível cultural, se comparado com o dos ocupantes anteriores do território – Celtas, Germanos e principalmente Romanos – era muito baixo¹. Assim como em outras partes da Europa, aqui também pode ser percebido o efeito retardador das migrações do período sobre o nível cultural dos povos. De qualquer forma, já no decorrer do século VII podemos notar um rápido desenvolvimento de técnicas agrícolas e artesanais, assim como uma ativa troca de mercadorias inclusive com terras relativamente distantes, como o Império Bizantino, a França Merovíngia e com o norte da Europa (DVOŘÁK, 2005).

A partir de meados do século VI, os eslavos assentados na região foram continuamente assediados por tribos Ávaras. As recorrentes invasões e a devastação de vilas² obrigaram a população a um crescente nível de organização e defesa. Assim, surge a primeira

¹ De acordo com a bizantina Crônica de Procópio, os eslavos: “(...) tem um só deus, o criador do relâmpago, o qual consideram como o único senhor de todas as coisas, trazendo a ele touros como sacrifício, entre outros rituais sagrados. Adoram rios, espíritos das florestas e outras divindades, dão lhes sacrifícios, pelos quais prevém o futuro. Moram em choupanas pobres, separados uns dos outros, mudando de casa frequentemente. Lutam contra os inimigos a pé, com lanças e escudos nas mãos, mas sem nenhum tipo de armadura. Alguns não tem nem camisa, nem capa, alguns só usam um tipo de calça larga com uma faixa larga nas costas. Todos falam uma só língua, não artificial, bárbara. Não se diferenciam nem pela aparência. Diferenciam se de outros povos pelo tamanho e força descomunal, suas peles e cabelos não são nem claros, nem completamente escuros, mas mais castanhos. O seu modo de vida é rude, sem conforto.” (*apud* KOVÁČ, 1998, p.22)

² Neste âmbito, é representativa a descrição da Crônica de Nestor: “Esses Ávaros lutavam contra os eslavos e aterrorizavam suas mulheres. Se um Ávaro queria viajar, não deixava sua carroça ser puxada por cavalos ou bois, mas obrigava quatro ou cinco mulheres eslavas a puxá-la.” (*apud* KOVÁČ, 1998, p.23)

associação tribal eslava conhecida, que abrangia tanto partes do território ocidental da Eslováquia, como da Morávia, Hungria e Áustria – o Reino de Samo³. Contudo, este reino durou pouco tempo, até a morte do próprio Samo, após a qual se dissolveu (DVOŘÁK, 2005). Não se tem notícias acuradas sobre o desenvolvimento nos séculos VII e VIII, mas é provável que a região continuou evoluindo na direção de uma melhor e maior organização das tribos contra invasores externos. O desenvolvimento social foi mais rápido e profundo na parte sudoeste da atual Eslováquia, principalmente graças à intervenção de Carlos Magno, que derrotou definitivamente os Ávaros no século VIII (ŠPIESZ, 1992).

É só no século IX que se consolida uma outra grande organização política supra-tribal, crucial aos desenvolvimentos posteriores dos eslavos em geral e dos eslovacos em particular, conhecida como Grande Morávia. Esta, surgindo a partir da união de dois principados existentes anteriormente na região – Nitra⁴ e Morávia – tornou uma organização estatal de grande relevo, sendo sua existência caracterizada por contínuos conflitos com o reino dos francos. Os dois governantes mais importantes – seja do ponto de vista histórico real, seja na visão mitológica para fins do movimento nacional, criada séculos depois – desse reino foram Rastislav (846-870) e Svatopluk I (871-894). A Grande Morávia manteve sua integridade e independência somente até a morte de Svatopluk, em 894, após a qual o reino foi dividido entre seus filhos e fragmentou-se cada vez mais (DVOŘÁK, 2005).

Apesar de relativamente curta (menos de um século), a existência da Grande Morávia, teve importância crucial para o posterior desenvolvimento histórico dos eslovacos. Foi justamente neste período que o cristianismo foi difundido na região, difusão esta com um importante pano de fundo político. O cristianismo chegava aos eslavos do oeste, trazido por missionários francos, integrando as ambições expansivas desse Império na Europa Central.

³ Samo era um comerciante franco, que “(...) trouxe consigo inúmeros mercadores e foi fazer comércio com os eslavos. Os eslavos estavam começando a se rebelar contra os Ávaros e seu rei Kagan. Quando os eslavos finalmente atacaram os ávaros com seu exército, Samo os ajudou a lutar. E aqui ele demonstrou tamanha capacidade, que inspirou de forma espetacular os exércitos e inúmeros ávaros foram mortos pelas espadas eslavas. Os eslavos, percebendo seu valor, o elegeram rei, e ele governou por 35 anos (...).” (*apud* KOVÁČ, 1998, p.24)

⁴ Estendeu-se por grande parte da atual Eslováquia, com seus respectivos centros em vilas fortificadas com castelos. Foi justamente no castelo de Nitra que foi construída a primeira igreja cristã conhecida em território eslavo, santificada em 823. Isso é uma prova da expansão do cristianismo na região, principalmente por missões vindas do Império Franco. Em meados do século VIII, o número de missionários cresceu exponencialmente, vindos principalmente da Irlanda, Escócia, França e Itália.

Rastislav, na tentativa de frear os avanços francos e resguardar o território e identidade da Grande Morávia, enviou uma missão ao Imperador bizantino Michal III com a solicitação de envio de missionários cristãos que falassem a língua eslava. O imperador foi solícito ao pedido e, no ano de 863 enviou à Grande Morávia os irmãos Constantino e Metod. Na obra “A vida de Constantino e Metod” esse episódio é descrito da seguinte forma:

“Rastislav, governante da Morávia, como que inspirado por Deus em si, reuniu se com seus semelhantes e enviou ao Imperador uma missiva que dizia: Apesar de meu povo ter se afastado do paganismo e viver conforme as leis cristãs, não temos um professor tal, que nos ensinaria a fé verdadeira na nossa própria língua, para que outros países, vendo isso, quisessem ser como nós. Portanto, Imperador, envie nos um bispo e professor assim, porque é conhecido de todos que a partir de Vós somente coisas boas saem para todos os lados. Conclamando seu conselho, o Imperador chamou Constantino, o filósofo e mostrou-lhe essa missiva. E disse lhe: Sei, filósofo (porque é assim que chamavam Constantino em casa), que estás cansado, mas tens que ir, já que essas coisas não há outro que conseguiria fazer. Hei de lhe dar inúmeros presentes, então vá, leve seu irmão Metod, já que ambos são de Sólon, onde falam a mais pura língua eslava” (*apud* PAULINY, 1983, p. 16).

De forma geral, as atividades dos dois irmãos na Grande Morávia tem sido identificadas exclusivamente com sua missão cristianizadora. Porém, essa foi, de fato, apenas secundária, já que o cristianismo tem se difundido na região há pelo menos um século (missões “italianas” e bávaras). O fim essencial, como pedido por Rastislav, foi o estabelecimento de uma legislação civil, o que foi almejado pela elaboração de alguns e tradução de outros textos jurídicos. Em conjunto com a cristianização e a educação de clérigos locais, essa ação legislativa teve importância crucial para assegurar a contínua independência política do reino. Para permitir/facilitar tal empreitada, Constantino desenvolveu um alfabeto próprio à antiga língua eslava (de origem Macedônia, justamente da região de Sólon), por meio do qual a codificou – essa nova escrita ficou conhecida como “hlaholika”⁵. Assim, várias obras tanto litúrgicas (tradução da Bíblia etc) como seculares (legislativas, administrativas) foram logo elaboradas usando a dita escrita (PAULINY, 1983). Deste modo, o antigo eslavo ganhou um grande impulso e sua utilização em sermões fora permitida pela bula papal *Industriae tuae*, de 880. Contudo, devido a contendas de fundo

⁵ É interessante notar que foi com base na hlaholika que um aluno de Metod posteriormente criou a escrita cirílica.

político⁶ e religioso⁷ e, após a morte de Metod, em 885, o novo papa Estevão V proibiu o uso da dita língua. Esse ato teve importância fundamental no posterior desenvolvimento da região, implicando na formação dos eslavos da Europa Central num ambiente cultural eminentemente latino, sob influência de Roma e no gradual desaparecimento da escrita “hlaholika” da região.

Foi neste contexto específico, notadamente a partir da missão cristianizadora de Bizâncio, que se formaram as bases do que posteriormente seria a língua eslovaca. A consolidação de uma organização socio-política quase feudal na Grande Morávia e a própria mudança de estilo de vida causada pelo assentamento das tribos nessa região deram margem ao surgimento de várias palavras e construções linguísticas novas, posteriormente presentes nos vários dialetos e, inclusive, importados e assimilados a outras línguas da região. Do mesmo modo, expressões referentes a ritos e tradições que se perpetuariam no imaginário eslovaco no decorrer de seu desenvolvimento tiveram origem neste período. Assim, vários ritos foram gradualmente adaptados à difusão do cristianismo, embora tivessem origens pagãs. Apesar de evidências sobre atividades missionárias anteriores, foi somente com a vinda dos dois irmãos de Bizâncio que se deu margem a uma maior evolução linguística. Dessa forma, além das já citadas expressões referentes às situações político-sociais, as mais antigas construções linguísticas eslovacas estão ligadas aos principais ritos e orações cristãs (batismo, pai-nosso, confissão). Além da adaptação do vocabulário “pagão” às necessidades religiosas e da criação de novas palavras e expressões eminentemente cristãs, era comum a tradução literal e assimilação de palavras provenientes do latim e do alemão (PAULINY, 1983). Apesar dessas bases linguísticas terem refletido na futura constituição dos dialetos eslovacos, é preciso frisar que a língua em questão ainda era o antigo eslavo.

Após a desestruturação da Grande Morávia, tribos magiares ameaçavam constantemente a região com sucessivas incursões, até serem finalmente derrotadas no rio Lech em 955 pelos exércitos bávaros (ŠKVARNA, 2005). A partir de então foram forçados a assentar-se no vale do Danúbio e começaram a organizar um Estado sob a dinastia de seu

⁶ Com a criação da diocese da Panônia e da Morávia, sob o bispado de Metod, a influência do Império Franco e da diocese bávara decaiu significativamente (DVOŘÁK, 2005).

⁷ Enquanto os clérigos francos, apoiados por Roma, pregavam que o Espírito Santo provinha do Pai e do Filho, na visão dos clérigos da liturgia eslava ensinavam que ele provinha apenas do Pai (PAULINY, 1983).

líder, Arpád. Apesar dos frequentes conflitos acarretando uma série reivindicações territoriais, logo os eslavos viventes da região passaram a orbitar em torno do nascente Estado Húngaro, ao qual foram, por fim, assimilados. Esse processo de assimilação da população eslava (mais especificamente, dos futuros eslovacos) não está muito bem documentado, dando margem a inúmeras lendas e mitos, gerando polêmica entre entusiastas nacionais húngaros e eslovacos desde o século XVIII⁸. Provavelmente, o que se deu foi uma mistura de assimilação agressiva e acordos, resultando numa contínua simbiose entre os dois povos. Fato é que foi justamente a partir da incorporação ao Estado Húngaro que podemos falar do surgimento de uma etnia eslovaca *per se*. A denominação “eslovaco” começa a aparecer em crônicas e documentos somente a partir do século XIII, mas podemos constatar que foi justamente neste período que as tribos eslavas se dividiram em eslavos do sul, do leste e do oeste; e os “remanescentes do povo de Svatopluk” passaram a se diferenciar de outras tribos do oeste, como tchecos e poloneses. Mesmo existindo diferenças linguísticas significativas entre os eslavos que viviam na região eslovaca neste período, a colonização compacta em um território relativamente fechado provaram ser fatores unificadores mais fortes que essas diferenças. As diferenças linguísticas e culturais entre eslovacos, alemães e húngaros eram auto-evidentes e, nos lugares onde essas diferenças não eram muito claras, existiam as fronteiras estatais (por mais porosas que fossem). No latim oficial da Hungria, a denominação para os eslavos assentados no norte da Hungria era *Slavus* ou *Sclavus* (KOVÁČ, 1998); tendo em vista que existiam denominações específicas para outras etnias eslavas (p.ex. *Bohemus*, *Polonus*, *Croatus*, entre outros) pode-se constatar que o termo *Slavus* usado nas crônicas medievais equivale à moderna denominação de eslovaco. Este termo era mais utilizado pelos próprios eslovacos ao entrarem em contato com etnias distintas, principalmente alemães e húngaros.

Assim, é justamente neste contexto que é possível identificar os princípios de uma identidade nacional eslovaca em comum, ou seja, de uma nação latente eslovaca em potencial. Originalmente identificados com uma grande e omni-abrangente comunidade

⁸ Enquanto a parte húngara afirmava sua preponderância militar e a efetiva assimilação dos eslovacos à força (de acordo com uma das lendas, Svatopluk I teria sido forçado a trocar o seu reino por um cavalo branco), os eslovacos retrucam que seus antepassados receberam os magiares como visitantes e celebraram um acordo de convivência mútua (KOVÁČ, 1998).

eslava, os eslovacos passaram a se diferenciar, dando margem ao surgimento de uma identidade própria e distinta do restante da comunidade graças a uma série de fatores conjunturais. Como vimos, a religião politeísta original dos eslavos foi gradualmente substituída pelo cristianismo. Foi notadamente a difusão do cristianismo que propiciou também a diferenciação linguística no âmago da comunidade eslava original. Assim, apesar de a codificação da língua efetuada pelos irmãos Constantino e Metod ser, a princípio, um elemento unificador e consolidador de uma identificação eslava na Grande Morávia (do mesmo modo que a religião cristã pregada por seu intermédio), a pressão vinda de Roma (como porta-voz dos interesses francos e em oposição aos bizantinos) limitou sua influência às tribos eslavas orientais, mantendo as ocidentais sobre domínio latino. Ou seja, a primeira “separação” no âmbito da comunidade eslava se deu entre as tribos que acataram a escrita “hlaholika” e a influência religiosa bizantina e aquelas que permaneceram sobre a égide da civilização latina de Roma. É justamente no âmbito deste segundo grupo que podemos inserir os eslovacos. Porém, ainda se tratava de uma coletividade por demais extensa. Nestes termos, um grupo eminentemente eslovaco poderia ser caracterizado a partir de elementos referentes ao território e ao pertencimento estatal. Em termos de território, tratava-se de uma região com fronteiras naturais relativamente óbvias, dentro das quais uma ocupação compacta separava os eslovacos de outras etnias eslavas.

Este fator geográfico foi somente reforçado pelo pertencimento dos eslovacos a um Estado específico, a Hungria. Em seu âmago viviam outras etnias eslavas, com as quais não eram confundidas, já que os eslovacos eram a única “tribo” eslava que ocupava a região norte da Hungria. Ou seja, é possível, de fato, afirmar que a nação latente eslovaca passou a se formar originalmente a partir de elementos territoriais e políticos (na forma de pertencimento a dado Estado). A questão linguística não se mostrava como primordial, já que mesmo no âmbito do território em questão, vários dialetos (por vezes incompreensíveis entre si) eram utilizados, sendo que a identificação de um ou outro sacerdote com a antiga língua eslava não configurava um elemento unificador. Do mesmo modo, não podemos apontar uma identificação com bases religiosas, já que a religião católica romana se difundiu na região da Europa Central como um todo e não foi exclusiva a um determinado grupo. A única peculiaridade em termos de religião pode ser asseverada pela organização hierárquica da

própria Igreja, onde grande parte do território eslovaco (ao menos durante determinado período) formava uma só diocese – equivalente ao antigo Principado de Nitra. É também necessário frisar que a diferenciação da etnia eslovaca nos moldes apresentados não ocorreu da noite para o dia – não se tratou de um acontecimento único e imediato. O processo de criação da identidade em comum, de fato, ganhou ênfase a partir do século X, mas a sua consolidação se deu apenas gradualmente.

O primeiro rei da Hungria foi Estevão I, que, graças aos seus esforços cristianizadores, foi canonizado como santo ainda em meados do século XI (ŠKVARNA, 2005). A coroa de Santo Estevão viria a se tornar o símbolo maior do reino Húngaro. Todo o caráter místico envolvendo as comemorações do dia de Santo Estevão foram fortes fatores de união e identidade das várias etnias do reino. Isso mudou somente em meados do século XVIII com o nascente movimento nacional húngaro. Seus líderes proclamaram Santo Estevão como sendo exclusivamente húngaro–magiar, transformando as tradições e ritos a ele ligados em expressões da nação magiar e sua supremacia no reino. De qualquer forma, Estevão I conseguiu consolidar um Estado feudal centralizado, organizado e administrado de forma unitária. Neste sentido, desde seus primórdios, a Hungria formou-se como um Estado multi-étnico (incorporando tanto etnias já estabelecidas, como os eslovacos e, mais tarde, croatas, como tribos migrantes que lá chegaram depois dos magiares) sobre o qual, graças à dinastia de Arpád e à sua centralidade e prerrogativas no reino, a etnia magiar tinha certa preponderância. O reino foi concebido como um Estado europeu cristão (inclusive à base de conversão forçada de populações pagãs ou ortodoxas), no qual a língua administrativa, intelectual e litúrgica era o latim. Outrossim, formava a fronteira oriental da civilização latino-católica da Europa medieval.

Devido à sua anterior organização política e administrativa relativamente avançadas (ao menos em comparação com a estrutura das tribos magiares) no âmbito da Grande Morávia, o então Principado de Nitra, representativo do território eslovaco como um todo, deteve nos primórdios da Hungria uma grande autonomia e autarquia frente ao monarca, retendo o direito à própria corte e cunhagem de moeda. Esses privilégios foram revogados apenas em 1141 pelo rei Koloman (ŠPIESZ, 1992). Do ponto de vista geo-político, o Principado de Nitra exercia o papel de uma região “pára-choque” da Hungria, impedindo

avanços de poloneses, tchecos e de russos. Com sua extinção no século XII foram detidas todas as formas e possibilidades de desenvolvimento estatal autônomo e independente da etnia eslovaca, agora integrada completamente ao Estado Húngaro em consolidação. Até 1918, o desenvolvimento cultural, social e econômico da região era condicionado e ia de mãos dadas com aquele visto na Hungria como um todo.

Tendo em vista a terminologia administrativa feudal húngara deste período, é possível constatar a real influência dos futuros eslovacos na estruturação do reino, ao menos em termos linguísticos. É interessante notar que, entre os séculos XI e XIII é significativa a quantidade de altos dignatários de nome eslavo no reino, o que frisa mais ainda sua importância inicial (PAULINY, 1983). De qualquer forma não se configurou no atual território nenhum centro político, cultural ou econômico eminentemente eslovaco. A Eslováquia foi dividida em (inicialmente) 18 comarcas, que passaram a se desenvolver como unidades relativamente autônomas uma das outras. Assim, os elementos constitutivos de uma identificação em comum, apesar de presentes, desenvolveram-se de forma desigual nas diferentes comarcas – acarretando, a longo prazo, diferenças e inequidades na difusão de uma consciência nacional.

O reino húngaro e a etnia eslovaca em si continuaram a se desenvolver sem maiores interrupções até as primeiras incursões tártaras, entre os anos de 1241 – 42⁹. Até este ponto, consolidou-se a situação interna do reino, das organizações e da hierarquia religiosa, ao mesmo tempo que aumentava a população. Deram-se também mudanças significativas na composição social. O número de migrantes de outras regiões (principalmente alemães) aumentou significativamente, graças a políticas de incentivo – concessão de direitos comerciais, primordialmente – por parte dos monarcas húngaros. Dessa forma, apesar de a maior parte da população continuar dependendo exclusivamente da agricultura, foi graças à difusão de novos conhecimentos e técnicas decorrente dessas migrações que se desenvolveram vários ramos econômicos. Especialmente a mineração (até o descobrimento

⁹ Estas faziam parte das invasões Mongóis à Europa Oriental (lideradas pelos netos de Genghis Khan, Batu e Kadan) que causaram a destruição dos estados rutenos (notadamente Kiev) e na fragmentação da Polônia, além de estragos feitos na própria Hungria. Vários historiadores húngaros (principalmente do século XIX) afirmam que a resistência aos Mongóis na Hungria salvou a Europa Ocidental destes invasores – em oposição a grande parte da historiografia ocidental, que desconsidera totalmente os méritos húngaros, atribuindo a final derrota dos invasores à morte de seu líder e a conflitos internos (KOVÁČ, 1998).

da América a parte eslovaca da Hungria era responsável pela maior parte do ouro extraído na Europa¹⁰), as manufaturas artesanais e o comércio. Com isso, cresceram também as cidades e aumentou a urbanização¹¹. De qualquer forma, foi justamente em meio a estas mundaças e a relativo progresso econômico-social que se deu a dita invasão tártara à Hungria¹². Impedida de plantar, foi justamente a população dos campos (ou seja, a maioria) que mais sofreu com as invasões, enquanto os habitantes das cidades muradas e protegidas por castelos saíram praticamente ilesos dos conflitos. Neste sentido, uma das principais implicações das invasões tártaras foi a construção de vários fortes e castelos tanto nas fronteiras, como no interior do reino no decorrer dos séculos XIII e XIV (KOVÁČ, 1998).

Com as sucessivas invasões tártaras e depois de várias derrotas em pequenos conflitos com reinos vizinhos, é possível perceber um gradual desgaste e enfraquecimento do poder real – de fato, típico no final do período medieval na Europa como um todo. No caso húngaro, esse desgaste foi agravado pela proclamação da “Bula de Ouro” pelo rei André II ainda em 1222 (HAJKO, 1987). Por meio deste edito estabeleceram-se os direitos da nobreza húngara, inclusive o de desobediência e resistência ao rei, nos casos de este agir contra a lei (*ius resistendi*) e a sua isenção (juntamente com o clero) de todos os impostos. Do mesmo modo, os nobres não podiam mais ser forçados a enviar tropas ou mesmo financiar guerras fora do reino. Ou seja, é dessa forma que passam a se impor os interesses da grande nobreza, aumentando seus domínios e terras à revelia dos monarcas (inclusive graças às cessões de terra em troca da dita construção de castelos e fortes).

Dentre os nobres que mais se aproveitaram dessa situação, o mais notável foi Matúš Čák Trenčiansky. No começo do século XIV já controlava a maior parte do território da atual Eslováquia, sendo sua figura louvada pela historiografia romântica do século XIX como a de um governante verdadeiramente eslovaco. Seus domínios, de fato, abrangiam a maior parte

¹⁰ Em torno de 2500 kg por ano em meados do século XIV (ŠPIESZ, 1992).

¹¹ Em meados do século XIII, a Eslováquia já tinha mais de 30 cidades com privilégios reais (ŠKVARNA, 2005).

¹² O fraco exército do rei Béla IV foi prontamente dizimado e os invasores penetraram no coração do reino. Um cronista da época caracterizou a invasão da seguinte forma: “Os tártaros invadiram a Hungria com meio milhão de homens armados. O rei Béla travou uma batalha com eles perto do rio Slaná, mas foi derrotado. Quase todos os homens do exército das terras húngaras pereceram. O próprio rei Béla fugiu para o mar, onde os tártaros o perseguiram impiedosamente. Os tártaros permaneceram nas terras húngaras por três anos. E porque os húngaros não podiam plantar neste tempo, muitas mais pessoas morreram quando os tártaros finalmente partiram, do que morreram por suas espadas.” (PAULINY, 1983).

do território então ocupado pela etnia eslovaca. Contudo, independentemente de outros fatores, como sua origem magiar, seu governo foi mais um típico exemplo da fragmentação do poder real frente aos avanços da nobreza, do que alguma forma de movimento instigado por sentimentos de identidade nacional. Isso até porque em 1321, com sua morte, os domínios voltaram ao controle do poder real (ŠPIESZ, 1992).

Poder este que, no meio tempo, passou por uma importante transição, passando à dinastia de Anjou com o rei Carlos Roberto e, posteriormente, seu filho Luís I. Ambos ficaram conhecidos pelos vários tratados e acordos que celebraram com estados vizinhos (estabilizando a situação internacional do reino) assim como pelos incentivos dados ao desenvolvimento comercial em geral e às cidades mineradoras em particular¹³. Ao mesmo tempo que se consolidavam as relações e o sistema feudal, acarretando um significativo desenvolvimento também cultural (criação de novas instituições clericais, irradiadoras da instrução e literatura), formavam-se especialmente duas classes, relevantes à constituição da nação latente eslovaca: a burguesia¹⁴ e a pequena nobreza rural – ambas começando a usar a língua eslovaca para fins legais e administrativos. Em oposição, a grande nobreza era literalmente cosmopolita, desenvolvendo gradualmente uma certa identificação com bases no pertencimento estatal, ao passo que surgiam os primeiros indícios de um “patriotismo feudal” eminentemente húngaro.

Por mais que uma presença multi-étnica em dada localidade não implique necessariamente na eclosão de conflitos, estes invariavelmente surgem quando as distinções étnicas se refletem em diferenças de status social e de direitos. Uma série de conflitos neste sentido pode ser averiguada em algumas cidades eslovacas, especialmente entre os já citados migrantes alemães, que gozavam de amplos benefícios reais concernentes fundamentalmente ao comércio e à representação nos conselhos municipais, e os burgueses/cidadinos eslovacos. Um documento interessante que indica a presença desse tipo de desavença é declaração real *Privilegium pro Slavis*, do ano de 1381 (ŠVARNA, 2005), pela qual o rei Luís I assegurava

¹³ O acordo mais importante (e mais propício a ser explorado pela posteridade) se deu entre Carlos Roberto com o rei tcheco João de Luxemburgo e o rei polonês Kazimiro em 1335, no castelo de Visegrado.

¹⁴ Obviamente, não se tratou aqui ainda de uma burguesia industrial, definida como a classe que detêm os meios de produção e vive da mais valia produzida pelo trabalho assalariado no âmbito de um sistema capitalista. No caso, seria a burguesia em seu sentido histórico original, de habitantes dos burgos medievais. No caso, optamos por manter o termo apesar de, por vezes, a denominação “citadino” possa parecer mais adequada.

um representação paritária aos eslovacos no conselho da cidade de Žilina. Ao mesmo tempo que a reivindicação de direitos políticos e econômicos neste sentido pode marcar um certo caráter de consciência de diferenças e particularidades étnicas, trata-se mais de uma resolução de desavenças administrativas e econômicas entre elites cidadinas, por enquanto sem nenhum efeito ou possibilidade de conscientização nacional. Todavia, cartas de privilégios reais similares foram gradualmente promulgadas em várias outras cidades eslovacas, principalmente na região Ocidental.

Paralelamente a esse desenvolvimento burguês, formava-se nas vilas uma pequena nobreza rural eslovaca – principalmente devido a benesses e concessões de terra reais, quando mesmo os nobres de origem “estrangeira” logo se assimilavam aos costumes locais. Neste sentido, além do latim, passaram a utilizar com frequência cada vez maior o eslovaco (dialetos) como língua administrativa não oficial, a fim de facilitar a comunicação entre si e com os seus súditos. É interessante notar que neste período, a língua eslovaca continuou se desenvolvendo e se difundindo (mesmo com significativas variações) principalmente graças aos chamados *Igrices*, uma espécie de bardos eslavos, cuja tradição remonta ainda à Grande Morávia. Foram eles que apresentavam os “mistérios” religiosos nas línguas locais ao povo, até serem proibidos pela Igreja no século XV. Como se tratava de apresentações justamente em língua popular, não se tem registros de obras escritas em eslovaco, pressupondo-se sua transmissão apenas oral (PAULINY, 1983).

Com a morte de Luís I e após mais um interlúdio de conflitos entre a alta nobreza e os pretendentes ao trono, Sigismundo de Luxemburgo, Imperador do Sacro Império Romano, sagrou-se também rei da Hungria¹⁵. O ponto marcante de seu reinado, de crucial importância também para o desenvolvimento nacional eslovaco, foi a “revolução” husita¹⁶, que ocorreu nas terras tchecas justamente neste período. A revolução em si e as agitações que causou tiveram efeitos tanto negativos, como positivos para a etnia eslovaca. De um lado, devido às

¹⁵ Apesar de ter penhorado 13 cidades reais do norte da Eslováquia, que ficaram sobre a tutela da Polônia até 1770, para financiar guerras internas e externas (ŠKVARNA, 2005).

¹⁶ Os husitas foram seguidores do professor Jan Hus, reitor da Universidade de Praga, cujos sermões são tidos como precursores da Reforma Protestante, ao passo que criticava abertamente a Igreja Católica. Após ser julgado sob a acusação de heresia, não se retratou de suas opiniões e foi queimado em Praga no ano de 1415 (ŠPIESZ, 1992)

frequentes incursões husitas, à pilhagem de várias cidades¹⁷ e às atividades “guerrilheiras” de seus remanescentes após a derrota do movimento, o desenvolvimento econômico da região sofreu uma série de reveses, entrando em crise por um período significativo de tempo. Entretanto, o movimento husita *per se* repercutiu de forma significativa entre as camadas intelectuais do período, ao mesmo tempo que os citados “guerrilheiros” remanescentes em território eslovaco (notadamente, o ex-comandante husita Jan Jiskra que, com seu exército de mercenários, ocupou a Eslováquia até 1452 (HAJKO, 1987), proporcionaram as bases para um futuro e crucial desenvolvimento social e cultural da nação eslovaca, assim como para o relacionamento desta com as terras tchecas. Foi somente com a influência husita que o nível de instrução no reino passou a se elevar, notadamente com a disseminação da literatura e escrita tchecas entre a população. Esse tipo de intercâmbio cultural e linguístico teve início já em períodos anteriores, quando estudantes eslovacos da Universidade de Praga traziam obras literárias tchecas à terra natal, sendo propiciada também pelas intensas relações econômicas, militares e culturais existentes entre a Eslováquia Ocidental e a Morávia. De fato, porém, foi somente com a presença husita que seu uso se difundiu no território eslovaco como um todo. Não se tratou de uma assimilação forçada ou mesmo passiva pela população, mas sim de uma apropriação voluntária, decorrente de necessidades políticas, econômicas e administrativas não surpassáveis pelo uso de qualquer dialeto eslovaco da época (especialmente as já citadas burguesia e nobreza rural, que passaram a utilizar o tcheco como língua cotidiana, inclusive em sua forma escrita) (KOVÁČ, 1998).

Enquanto o tcheco passou a ser gradualmente utilizado como a forma escrita do eslovaco, o latim, mesmo servindo exclusivamente às necessidades econômicas dos senhores feudais e às eclesiásticas dos sacerdotes, era de fato conhecido e falado por pouquíssimos indivíduos dessas classes. De acordo com documentos de 1450: “(...) o governador geral Ján Hunyadi, o duque da Transilvânia Štefan Báthory e os grandes senhores (...) não sabiam escrever.” (PAULINY, 1983, p. 57). Do mesmo modo, eram recorrentes as reclamações reais a Roma, acerca da falta de instrução formal de boa parte dos sacerdotes atuantes na Hungria. Porém, essa falta de instrução das elites governantes húngaras não muda em nada a importância crucial do latim (principalmente em sua forma escrita) como língua literária e

¹⁷ Sob o pretexto de prevenir uma possível cruzada contra o movimento, financiada justamente pelas cidades eslovacas.

oficial da Hungria, não dando espaço (ainda) ao alemão e muito menos ao tcheco, magiar ou a qualquer dialeto eslovaco. Em especial, o latim se consolidava como uma espécie de modelo a ser seguido no gradual desenvolvimento de uma língua eslovaca *per se*.

Foi neste contexto que, em 1458, após a morte de Sigismundo, Matias Corvino sagrou-se rei da Hungria, acabando com as recorrentes e contínuas disputas de poder entre os nobres acerca do direito de sucessão – no caso, notadamente entre as dinastias Habsburgo e Jagel (ŠKVARNA 2005). Para tal, contou com o apoio da pequena nobreza, que obteve graças à cessão de privilégios administrativos e jurídicos, assim como à base de simples “presentes”, ao mesmo tempo que minava as prerrogativas da alta nobreza. Foi justamente durante seu reinado, em 1465, que foi fundada a primeira universidade da região eslovaca, a *Academia Istropolitana*¹⁸ em Bratislava. De notável importância é também a sua permissão e incentivo à migração e ao assentamento de colonos valáquios (provenientes da Romênia), principalmente nas regiões montanhosas da Eslováquia. Este povo, que vivia do pastoreio de ovelhas, logo se assimilaria aos eslovacos étnicos e suas típicas expressões culturais e sociais seriam consideradas como o suprassumo da identidade eslovaca pelas gerações de nacionalistas a partir do século XVIII. Porém, ao mesmo tempo que as atitudes e concessões reais tiveram impacto positivo na população (basicamente todos os setores, menos a grande nobreza) e auxiliaram no desenvolvimento interno do reino, sua política externa não se mostrou tão exitosa. Ao passo que se centrou em conquistas territoriais a oeste, ocupando a Silésia e a Boêmia (provavelmente na esperança de galgar ao trono do Sacro Império Romano) não deu importância aos crescentes avanços turco-otomanos ao sul, que se mostrariam fatais à Hungria.

A situação social em geral e o desenvolvimento da nação eslovaca em particular passaram por marcos significativos no início do século XVI. O primeiro (e talvez o mais importante em termos de suas consequências) foi a revolta camponesa de 1514, liderada por Juraj Dóža (ŠKVARNA, 2005). Esta se formou a partir de um exército camponês voluntário

¹⁸ Na verdade, fundada pelo papa Paulo II, a pedido do dito rei. Fora a única universidade na Hungria à sua época, apesar de não ser a primeira. Durante sua existência, a qualidade de ensino foi notável, contando com uma série de professores vindos da Áustria, Itália e outras partes da Europa. Extinta em 1490, após a morte de Matias. A denominação “*Istropolitana*” vem do nome grego da cidade de Bratislava – *Istropolis* (“Cidade do Danúbio”) (Kováč, 1998).

(mal treinado e pior equipado), criado a fim de participar de uma cruzada contra os turcos, mas que logo se rebelou contra a nobreza. A revolta foi rapidamente contida e, apesar de ocorrer quase que exclusivamente em terras magiares, suas consequências tiveram efeito notável sobre todos os servos do reino. Ainda no mesmo ano a Dieta Húngara¹⁹ promulgou o código *Opus tripartitum iuris*, uma espécie de represália aos servos por sua participação na dita revolta. Além de instituir leis abertamente derogatórias e desfavoráveis aos servos²⁰, declarava também que, independentemente de sua origem étnica, apenas as classes privilegiadas e nobres podiam pertencier à *natio hungarica* – nação húngara. Aqui, é possível nos referir a uma das fases apontadas por Greenfeld (1991) de desenvolvimento do conceito de nação, na medida em que este passa a se referir à elite de um dado Estado – no caso, da Hungria. É peculiar que este pertencimento não se restringia a uma etnia específica, mas que abrangia todo o espectro multi-étnico das elites húngaras. Foi a partir dessa espécie de “nacionalismo feudal” que mais tarde se assimilariam à nacionalidade húngara não somente os pequenos e grandes nobres de origem eslovaca, mas com o passar do tempo também a burguesia cidadina. Posteriormente, essa identificação húngara se transformaria em uma identificação exclusivamente magiar, dando margem a contínuos projetos e tentativas de magiarização do Estado como um todo. De qualquer forma, o “prestígio” social da nobreza aumentou mais ainda depois de subjugar uma série de revoltas mineiras na Eslováquia Central, antevendo a preponderância dessa camada social nos próximos séculos.

Assim, chegamos ao ano de 1526, que veria especialmente uma trágica derrota dos exércitos húngaros frente aos turcos-otomanos em Mohács (ŠPIESZ, 1992). Essa derrota, que possibilitaria a conquista de grande parte da Hungria pelos turcos (a capital, Buda²¹, caiu em

¹⁹ Assembléia dos estamentos privilegiados (especialmente a nobreza) e órgão legislativo supremo da Hungria. Foi criada no século XII com a função de aconselhar o rei. Apesar do funcionamento intermitente, suas prerrogativas aumentavam, praticamente superando as reais no século XV. Seu poder decaiu com a instauração da dinastia Habsburgo. A partir de 1608, dividiu-se em duas “mesas”, sendo uma composta pelos prelados católicos e pela grande nobreza (“magnatas”) e a outra pelos demais nobres e senhores feudais. Inicialmente, reunia-se na cidade de Buda, mudando-se para Bratislava no século XVI e lá permanecendo até 1848 (KOVÁČ, 1998).

²⁰ Proibia a livre circulação, o porte de armas, ao mesmo tempo que decretava a “eterna restrição à terra” dos servos.

²¹ Capital da Hungria a partir de 1361. Em 1686 foi capturada por exércitos da Áustria e teve de ser reconstruída e reasentada devido à devastação pela guerra. Foi declarada cidade real em 1703 e tornou-se capital mais uma vez a partir de 1784. A união com a vizinha cidade de Pest em meados do século XIX formou a atual cidade de Budapeste (HAJKO, 1987).

1541), teve implicações cruciais para desenvolvimento de todo o continente e não apenas da Europa Central. Do mesmo modo, marcou o início da formação do Império Habsburgo na Europa. Fernando I de Habsburgo tornou-se rei após a morte do jovem Luís II, da casa de Jagelão, justamente durante a batalha de Mohács – Luís II via no enfrentamento com os turcos em Mohács uma oportunidade de resolver uma catastrófica conjunção de crises internas e externas (a começar pela crescente e recorrente insurgência da nobreza, passando pelo advento da Reforma vinda da Alemanha e pelo contínuo assédio exatamente dos turcos-otomanos nas fronteiras do sul do reino) e reforçar sua posição. Dessa forma, montou uma expedição militar com o intuito de derrotar os otomanos, porém, a precariedade dos preparativos, a falta de colaboração de grande parte da nobreza, assim como a significativa superioridade dos turcos (em termos qualitativos e quantitativos) selaram sua derrota.

Todavia, a ascensão de Fernando I ao trono ia contra os interesses da grande nobreza húngara e contra as ambições de João I, da dinastia de Zápolya, antigo *voivoda* da Transilvânia e homem mais rico e poderoso da região depois da invasão turca. Os antagonismos entre os dois pretendentes ao trono logo irromperam em um conflito armado, concentrado especialmente no território eslovaco. Neste âmbito, por ser proprietário de inúmeras terras e imóveis em terras eslovacas, João I era conhecido pelos seus contemporâneos como o “rei eslovaco” e, conseqüentemente, seus soldados taxados de “soldados eslovacos”. Esse conflito chegou ao fim somente em 1538, quando os dois pretendentes reais firmaram um acordo reconhecendo um ao outro como governantes legítimos e dividindo o reino (ŠKVARNA, 2005). Fernando manteve a parte ocidental da Hungria enquanto João a parte oriental e a Transilvânia. Isso, porém, não significou o fim dos conflitos sobre esses territórios, mesmo após a morte de João e a sucessão de seu filho João Sigismundo. A situação somente piorou com a intervenção dos turcos. Desgastado pelo conflito com a casa de Zapolya e por escaramuças em terras tchecas e alemãs, Fernando foi forçado a assinar um humilhante acordo de paz em 1547. Assim, os turcos mantiveram o território conquistado militarmente e ainda receberiam tributos anuais da casa de Habsburgo. Ou seja, esse tratado de paz acarretou a prática divisão da Hungria em três partes: a maior delas, incluindo a Hungria central e cidade de Buda, permanecia sob controle turco-otomano; a Transilvânia, juntamente com partes da Hungria oriental ficaram sob administração e

controle da casa de Zápolya; e a chamada Hungria Real, constituída por quase todo o território eslovaco atual e por partes da Hungria ocidental, cuja capital era Bratislava, manteve-se sob o governo dos Habsburgo (KOVÁČ, 1998).

Foi justamente devido à dita divisão e, notadamente, à ocupação de grande parte da Hungria pelos turcos que se deu uma migração em massa da nobreza húngara dos territórios ocupados à Eslováquia. Ao mesmo tempo que acarretaram um aumento nas obrigações servis dos camponeses da região, essas migrações levaram a mudanças na composição étnica das cidades. Até então, a maior parte das cidades no território eslovaco era bilíngue (alemã e eslovaca) sendo que conflitos entre essas duas etnias, como já foi apontado, eram frequentes. Com a instalação de uma terceira etnia desejosa de privilégios nas ditas cidades, o que se deu no geral foi a criação de uma única frente de oposição eslovaco-alemã aos recém-chegados nobres húngaros. De qualquer forma, essas contendas eram, na sua maioria, resolvidas por decretos reais, garantindo *status* de igualdade para as três etnias.

Foi também neste período, na primeira metade do século XVI, que a Eslováquia passou a ser influenciada pelas idéias da Reforma. Estas se difundiam com notável velocidade, trazidas tanto por migrantes alemães e tchecos, como por meio de teólogos eslovacos que tradicionalmente estudavam em universidades alemãs, especialmente em Wittenberg. Dessa forma, os ensinamentos de Lutero se difundiram na Hungria quase que simultaneamente à Alemanha. As idéias reformistas ganhavam força principalmente graças às condições criadas pelo enfraquecimento do poder central frente aos avanços da nobreza e também graças ao esfacelamento das estruturas tradicionais da Igreja Católica depois da batalha de Mohács, onde tomaram ambos os arcebispos e cinco bispos da região húngara (ŠKVARNA, 2005). Estimulada pela possibilidade de confisco de bens e terras da Igreja Católica, a nobreza húngara logo se tornou uma das maiores incentivadoras dos avanços reformistas – posição esta que somente aumentaria seus conflitos com os mui católicos Habsburgo. Já no século XVII a posição dos protestantes tornou-se tão significativa, que o luterano Juraj Thurzo foi eleito “Palatino”, o mais alto funcionário estatal e efetivo vice-rei da Hungria (ŠKVARNA, 2005).

A reação da Igreja Católica à sua própria fragilização não tardou a aparecer, e as atividades visando a “Contra-Reforma” incluíam desde mudanças legislativas no reino e

suborno de padres, até a criação de uma numerosa e influente missão jesuíta. De qualquer modo, essas ações não surtiram efeitos significativos pelo menos até o começo do século XVII, quando faleceu o já citado Palatino Thurzo (sendo substituído por um católico), e um novo arcebispo para a região foi sagrado em Ostrihom. Um certo equilíbrio entre as tendências absolutistas e contra-reformistas dos Habsburgo e o protestantismo húngaro foi alcançado somente no século XVIII. Intolerantes ao extremo em seus outros domínios (a julgar pela instituição da Inquisição Espanhola, por exemplo), na Hungria, os Habsburgo foram forçados a ceder algumas concessões aos protestantes. Isso se deu, principalmente, devido às contínuas pressões externas por parte do Império Otomano e às frequentes crises internas, sendo essas concessões necessárias justamente para garantir a manutenção de suas posições de poder na região.

A difusão das idéias reformistas, como já foi frisado, teve importância fundamental para a etnia eslovaca. A língua tcheca, na qual essas idéias eram transmitidas, transformou-se (ao menos nos meios protestantes) tanto em língua litúrgica como em literária, desbancando assim o latim, continuamente incompreensível à maioria da população. É possível, então, identificar duas tendências contraditórias no que tange ao uso e adaptação da língua tcheca pelos protestantes na Eslováquia: 1 – a contínua e necessária “eslovaquização” do tcheco, principalmente para garantir uma maior facilidade de compreensão e penetração da doutrina protestante (defendida, na sua maioria, por clérigos eslovacos visando a aproximação da língua popular); e 2 – manutenção da identidade e continuidade ininterrupta da língua literária tcheca (propagada por sacerdotes tchecos e eslovacos que estudaram em terras tchecas, tirando vantagem da rica tradição e literatura lá existente).

Independentemente das atividades da corrente defensora e propagadora do uso “não corrompido” da língua e escrita tchecas, é mais que natural que, depois de mais de um século de uso, a língua se adaptasse aos diferentes contextos locais nos quais era utilizada e penetrasse mesmo entre os não protestantes. Assim, justamente pela assimilação do tcheco, surgiam na Eslováquia as chamadas línguas culturais. Não se tratava ainda de línguas literárias em si, mas também não eram mais simples dialetos. Eram, de fato, uma espécie de meio-termo entre os dois, sendo utilizadas no cotidiano da população para fins administrativos, políticos, econômicos e mesmo culturais, abrangendo várias regiões. Foi

somente a partir dessas línguas culturais que se tornou possível a codificação de uma língua literária. No caso eslovaco, é possível averiguar a presença de três línguas culturais notáveis, duas das quais se desenvolveriam em línguas literárias. Enquanto a língua cultural da Eslováquia Oriental não teve muita penetração nas regiões vizinhas (ela mesma sofrendo grandes influências de outras línguas, como o polonês e o ucraniano), as das partes Ocidental e Central obtiveram mais êxito (PAULINY, 1983). Como será visto mais adiante, o eslovaco ocidental serviu de base para a primeira codificação da língua eslovaca no século XVIII, enquanto do central resultou a codificação definitiva no século XIX.

Do mesmo modo que a difusão reformista em si, os conflitos e a Contra-Reforma que acarretou, contribuíram de forma decisiva ao desenvolvimento sócio-cultural da etnia eslovaca – especialmente devido ao fato de a cultura e a educação estavam no cerne destes conflitos. Junto com a Reforma, chegavam à Eslováquia idéias renascentistas e humanistas, possibilitando um maior contato com as novas idéias européias e um aumento no número de intelectuais. Em contraposição, a reação católica foi responsável pela criação de várias escolas e universidades novas, o que somente aumentou o nível educacional da região. De qualquer forma, no começo do século XVIII os eslovacos estavam divididos em dois grupos confessionais, sendo um terço da população protestante e o restante católico (ŠKVARNA, 2005), tendo essa divisão influência significativa no posterior movimento nacional.

As digladiações entre católicos e protestantes logo se agregaram aos contínuos conflitos entre a grande nobreza húngara e o poder real. Dessa forma, a nobreza, apoiada na Constituição Estamental (decorrente da já citada Bula de Ouro) e partidária das idéias protestantes (ao menos enquanto lhe convinha) batia de frente com a dinastia Habsburgo, de fortes tendências absolutistas (expandindo seu poder à revelia da dita Constituição, usando exércitos mercenários para confiscar as terras nobres) e fervorosamente católica. Essa combinação, acrescida dos contínuos e recorrentes avanços turcos, implicou na eclosão de várias revoltas estamentais. O decorrer dessas revoltas era sempre muito similar: os setores mais descontentes da nobreza húngara se aliavam aos regentes da Transilvânia (que, por sua vez, contavam com o auxílio dos turcos²²), efetuavam incursões militares capturando partes

²²Estes nutriam interesses pelo restante da Hungria e seus recursos econômicos e viam nessas revoltas uma oportunidade de enfraquecer ainda mais o país. É interessante notar que os turcos-otomanos não influenciavam

significativas do território regido pelos Habsburgo (especialmente o território eslovaco), concordando com a desocupação e com um acordo de paz somente após algumas concessões reais – geralmente envolvendo privilégios nobres e liberdade religiosas. Assim, por duas vezes seguidas uma aliança entre nobres húngaros, condes transilvanianos e paxás turcos galgou êxito, conquistando a plenitude do território eslovaco e fazendo cumprir suas reivindicações frente aos reis húngaros. No caso, a revolta liderada por Stefan Bocskai em 1604 forçou o rei Rodolfo II a garantir a liberdade religiosa, respeitar a constituição estamental e assinar um desvantajoso tratado de paz com os turcos. Porém, Matias II, seu sucessor, apesar de suas antigas alianças com os nobres húngaros, insistia em descumprir tanto a constituição quanto os acordos de liberdade religiosa, expandindo mais uma vez a Contra-Reforma. Em 1618 eclodiu outra revolta, dessa vez em Praga, à qual logo se juntou a nobreza húngara, encabeçada por Gabriel Bethlen. Tendo mais uma vez os revoltosos conquistado o território eslovaco, inclusive Bratislava, o rei foi obrigado a ceder (ŠPIESZ, 1992).

O futuro da região, assim como de grande parte da Europa nesta época dependia do resultado da Guerra dos Trinta Anos. A paz de Vestfália, que marcou o fim da guerra em 1648, enfraqueceu substancialmente as posições dos Habsburgo tanto na Espanha, quanto na Áustria. Porém, isso lhes liberou valiosos recursos para lidar com a situação da nobreza e dos protestantes na Hungria. Dessa forma, depois de vários conflitos e revoltas menores que consolidaram o poder real, a nobreza húngara se organizou e revoltou mais uma vez em 1678, sob a liderança de Imrich Tokoly (ŠKVARNA, 2005). Como nas vezes anteriores, os revoltosos gradualmente conquistaram vastas partes do território eslovaco, obrigando o rei a fazer algumas concessões administrativas e religiosas. Essas, porém, se mostraram como insuficientes. Instigado pelos turcos-otomanos, Tokoly recusara continuamente as propostas e concessões reais, continuando no esforço de guerra. Após uma série de reveses, as forças combinadas da nobreza e dos turcos foram derrotadas. Tal derrota acarretou na preponderância final da dinastia Habsburgo sobre a nobreza húngara (o trono húngaro passou a ser definitivamente parte da sucessão Habsburgo), o enfraquecimento da fé protestante e, a longo prazo, a expulsão dos turcos da Hungria em 1699 (ŠKVARNA, 2005).

de forma significativa as questões religiosas em seus territórios húngaros, sendo que sobre o domínio turco, paradoxalmente, os protestantes eram mais livres do que sob o domínio Habsburgo.

É interessante notar que, apesar dos avanços contra-reformistas e da literal “re-catolização” da Hungria entre os séculos XVII e XVIII, a minguante comunidade protestante não poupou esforços de resistência. Neste sentido, ampliou de forma significativa seus esforços literários e seus laços com os protestantes tchecos – inclusive abandonando as tentativas de eslovaquização da língua tcheca e atendo-se “religiosamente” às normas linguísticas originais – dessa forma, acabando com a dupla concepção do uso da língua tcheca apontada anteriormente. O chamado tcheco “bíblico”²³ tornou-se a língua padrão dos protestantes eslovacos. Foi neste contexto que, a princípio como uma espécie de estratégia de resistência religiosa, surgiram as primeiras declarações acerca da união nacional e linguística entre tchecos e eslovacos. Porém, com a crescente influência do Iluminismo, a noção de unidade nacional passou a aparecer de forma independente, inclusive para justificar o uso da língua tcheca pelos eslovacos. Essa unidade foi extrapolada também às declarações de continuidade entre as primeiras atividades reformistas husitas em território eslovaco e a Reforma de Lutero em si.

Pelo que vimos até o presente momento, dentre os elementos passíveis de formar e consolidar uma identidade em comum, o território foi o que mais influência teve no caso eslovaco – tanto definido por fronteiras naturais, como condicionador da abrangência de outros elementos. No que tange aos outros, é possível fazer algumas considerações acerca de sua real importância. Não se havia estabelecido ainda uma rede econômica suficientemente ampla, abrangente, a partir da qual poderíamos caracterizar uma identidade eminentemente eslovaca – é fato, como será visto mais adiante, que além dos mercados locais existiam também comerciantes e mascates que mantinham relações no território eslovaco como um todo; todavia, além de por si sós não formarem uma comunidade econômica que pudesse formar uma identidade, suas relações comerciais ultrapassavam as fronteiras eslovacas. Do mesmo modo, não podemos falar ainda sobre uma união em torno de uma língua comum. A Eslováquia continuava salpicada por uma miríade de dialetos distintos (os conflitos com os turcos, as revoltas estamentais, as crises nas cidades, as desavenças religiosas e acirramento do regime feudal frearam de forma crucial o desenvolvimento social e, conseqüentemente, a formação de uma língua literária), sendo que as únicas línguas que poderiam ser taxadas de

²³ “Codificado” na bíblia publicada em Kralice, no final do século XVI (KOVÁČ, 1998).

“universais” em seu âmago eram o latim (restrito às elites intelectuais, quando muito) e o cada vez mais influente tcheco. Porém, nenhuma das duas teve influência e abrangência suficientemente grande para construir e consolidar uma identidade em comum, ao passo que as citadas línguas culturais eram ainda por demais concentradas e restritas. Por sua vez, a religião também não agiu como um elemento aglutinador neste período, muito pelo contrário, já que efetivamente dividira as elites²⁴ em dois campos opostos. No caso, tratou-se mais de uma espécie de catalisador, que possibilitou o desenvolvimento educacional, literário e intelectual em geral da região, formando futuras oportunidades de conscientização não somente nacional.

Em termos de laços políticos, podemos asseverar que uma identidade baseada no pertencimento ao Estado húngaro, sob o domínio de um único e inquestionável rei húngaro também era impensável. Como vimos, partes da Eslováquia eram continuamente assediadas por invasores – sejam tártaros, turcos etc – ao mesmo tempo que mesmo as regiões que mantiveram sua integridade passaram por vários domínios nos séculos XV a XVIII. Porém, um fator que pode ser de certa forma visto como formador identitário é que, ao longo deste tempo de mudanças contínuas no que tange às “macro-estruturas” de poder, de uma forma ou de outra, a maior parte dos eslovacos continuava sob administração da nobreza húngara. Outros fatores de união podem ser encontrados também na área cultural. Apesar de aqui averiguarmos uma situação de fragmentação similar à área linguística, podemos também identificar uma espécie de cultura geral, ligada primordialmente às tradições históricas, mitos e, por seu intermédio, à cultura popular e ao folclore – os eslovacos continuavam sendo o povo de Svatopluk, sendo que tradições da época da Grande Morávia sobreviviam, ao menos nas expressões linguísticas e religiosas. No caso, essa identificação, seja cultural ou histórica, tinha relação intrínseca com o fator territorial.

Com o fracasso da última revolta estamental contra os Habsburgo, e uma vez firmado o tratado de paz que acabaria com quase 200 anos de supremacia turca na região²⁵, o novo rei Carlos VI teve condições favoráveis, como nenhum governante antes dele, de por fim

²⁴ Assim como seus súditos, tendo em vista a máxima *cuius regio, eius religio* – “de acordo com a sua região, sua religião”.

²⁵ Após a derrota dos turcos em Belgrado frente aos exércitos imperiais, seguiu-se um tratado de paz em 1718. Contudo, o tratado definitivo data de 1739 (ŠKVARNA, 2005).

estabilizar a situação interna e consolidar e reforçar o poder real na Hungria. Um dos principais instrumentos de Carlos para tal (principalmente para evitar conflitos relacionados ao direito de sucessão) foi a chamada “Sanção Pragmática”, promulgada em 1713. Ao mesmo tempo que dava direitos de sucessão também às mulheres da dinastia, o ponto tido como mais relevante versava sobre a unicidade do governo sobre todos os países sob controle Habsburgo²⁶. De forma geral, essa resolução acarretava um aumento imenso no poder do monarca, ao mesmo tempo que era um presságio da centralização política que ainda estava por vir. Foi principalmente devido ao receio dessa centralização, que a Sanção Pragmática foi aprovada pelos nobres da Dieta Húngara somente em 1723 (ŠPIESZ, 1992).

Graças às reformas de Carlos VI²⁷ e aos princípios da influência iluminista sobre o reino, foi neste período que foram feitos os primeiros recenseamentos da população húngara. Portanto, a partir deste ponto é possível obter dados demográficos relativamente acurados também sobre a Eslováquia. À época, o território eslovaco contava com quase dois milhões de habitantes fortemente concentradas nos campos, na sua maioria eslovacos étnicos. As cidades eram relativamente numerosas, sendo a maioria delas, porém, pequenas e exauridas pelas guerras. A maior cidade era Bratislava, com quase dez mil habitantes. Foi justamente nessas cidades e seus arredores que vivia a maior parte da nobreza húngara, assentada aqui desde as primeiras invasões turcas. Entretanto, com o fim da ameaça otomana, parte dos nobres, assim como simples camponeses, voltavam / migravam para repovoar as terras ao sul. Essa migração dos nobres, pelo que se pôde averiguar, não teve influência sobre o nível de encargos de impostos e trabalho dos camponeses que permaneceram. Muito pelo contrário, graças às reformas econômicas de Carlos VI estes encargos aumentaram em determinadas regiões do reino, tidas como estratégicas (KOVÁČ, 1998).

Ou seja, a situação dos camponeses tornava-se cada vez mais precária. Não é de se estranhar que, após alguns anos consecutivos de colheitas escassas e as consquentes ondas de fome, grupos inteiros de camponeses fugiam dos impostos, refugiando-se nas florestas e passando a viver de roubos e bandidagem em geral. Foi justamente deste contexto que surgiu

²⁶ À época, o Império Habsburgo incluía a Espanha (em conjunto com seus territórios de além-mar), o Sacro Império Romano, a Croácia, Boêmia, Áustria, além da própria Hungria (HROCH, 1977).

²⁷ Que não se restringiram apenas à citada Sanção Pragmática, incluindo também mudanças no poder judiciário (novas cortes), a criação de uma superintendência para a coleta de impostos e para a saúde pública, entre outras (KOVÁČ, 1998).

uma das principais figuras da mitologia nacional eslovaca – Juraj Jánošík. Nas palavras de Ján Čaplovič, cronista do século XIX:

“Jánošík é o nome do maior “ladrão” da Eslováquia, lembrado até hoje pelo povo eslovaco. Nasceu em meados do século XVII e uma vez acabando sua educação formal, serviu por alguns anos como oficial no exército imperial. Um dia, Jánošík encontrou-se com um outro ladrão famoso da época, Uhrovčík, que o convenceu a trilhar o mesmo caminho. Assim ele juntou seu próprio bando e passou a assaltar viajantes nas florestas perto de Terchová. Evitava ferir ou matar suas vítimas, levando somente seu dinheiro e mercadorias. Além de ser alto, forte e bonito, o povo da Eslováquia o tem em alta estima pelo seu caráter. Enquanto roubava somente os andarilhos abastados, como nobres, comerciantes e judeus, nunca deixava passar um pobre sem dar-lhe algum dinheiro e sempre que passava algum estudante, dava-lhe vários presentes, testava seus conhecimentos e recomendava que estudasse mais e mais. Sempre fugindo, para não ser capturado, acabou traído por um de seus próprios homens e executado, pendurado pela costela, em 1713.” (ČAPLOVIČ, 1976, p. 180).

Tratou-se, portanto, de uma espécie de Robin Hood eslovaco, que expressava as esperanças das massas populares e, como será visto mais adiante, serviu recorrentemente como exemplo de resistência às autoridades “estrangeiras” no âmbito do movimento nacional.

A Sanção Pragmática promulgada por Carlos VI entrou em vigor logo após a sua morte, passando o trono à sua filha mais velha, Maria Teresa. Apesar do apoio concedido pela nobreza referente a conflitos externos (guerra contra a Prússia etc), seu reinado foi marcado justamente por digladiações com a nobreza húngara e com a Dieta, a qual extinguiu em 1765 (ŠKVARNA, 2005). Durante o reino de Maria Teresa, a Eslováquia continuou sendo a parte mais desenvolvida da Hungria, sendo que sua capital, Bratislava, era o centro administrativo do reino. Foi a partir daqui que a rainha efetuou uma crescente centralização do poder político, ao mesmo tempo que implantou várias reformas modernizadoras de inspiração iluminista²⁸ (provavelmente com a intenção de manter o passo com os outros países da Europa Ocidental). De suma importância foi a legislação regulando justamente as relações entre servos e senhores, sendo que os encargos dos primeiros passaram a ser regulados por lei, não se dando mais margem a abusos (muitos, pelo menos).

²⁸ Incluindo, por exemplo, a obrigatoriedade de cada comarca manter um médico especializado, a proibição da queima de supostas bruxas sem evidências conclusivas e de obtenção de confissões por meio de torturas, entre outras. Contudo, além destas reformas relativamente modernizadoras, a nova rainha ficou famosa também por suas resoluções que limitavam a liberdade religiosa, voltadas especialmente contra os protestantes (KOVÁČ, 1998).

Entre as áreas mais afetadas pelas ditas reformas (tanto de Maria Teresa, como de seu filho, José II) estava a educação – partindo de princípios iluministas de que a escola não deveria formar somente bons cristãos, mas também bons cidadãos. Dessa forma, propagaram-se mudanças curriculares, escolas já existentes foram expandidas e novas construídas. Por exemplo, a universidade de Trnava passou a ministrar aulas de história natural e medicina e foi ali construído um observatório astronômico. Notadamente, essa universidade passou à patronagem direta da rainha, acarretando a sua “estatização” das mãos jesuítas e tornando-se o centro da comunidade acadêmica húngara. Ao ser transferida para a cidade de Buda em 1777, o número de alunos eslovacos e a vida acadêmica na região em geral sofreram uma vertiginosa queda. Outra instituição importante que passou por reformas no período (1770) foi a Academia Mineira de Banská Štiavnica, referência mundial na área e modelo seguido na fundação de várias escolas técnicas na Europa. O ápice dos esforços reformatórios na educação foi a *Ratio educationis*, de 1777, pela qual foi criada uma estrutura escolar unificada desde o ensino fundamental à universidade, sendo proclamada a soberania do Estado em assuntos concernentes à educação (KOVÁČ, 1998).

Como era de se esperar, as reformas educacionais tiveram importância fundamental para o desenvolvimento da nação eslovaca. Já no começo do século XVIII a escolaridade nas cidades da região era relativamente alta, tendo boa parte de seus habitantes concluído, ao menos, o ensino fundamental. Era comum a essa população falar várias línguas (o que pode ser mais atribuído à prolongada convivência com alemães e húngaros) e frequentemente se viam livros – geralmente religiosos – nas casas dos cidadãos. Com as reformas, esse tipo de instrução começou a se difundir também nos campos, apesar de ainda ser bastante restrita (PAULINY, 1983). De qualquer forma, foram instituídas as bases para a formação de uma influente geração de intelectuais.²⁹

As reformas de inspiração iluminista continuaram sob o reinado de José II, sendo as mais notáveis o “Decreto de Tolerância” de 1781 e o fim da servidão em 1785. Baseado na justificativa de que: “(...) é prejudicial qualquer forma de opressão à consciência e, ao mesmo tempo, é vantajosa a verdadeira tolerância cristã à religião e ao Estado” (*apud* KOVÁČ, 1998, p. 83), o Decreto instituía a igualdade civil entre cristãos de todas as orientações,

²⁹ Os mais notáveis eram Adam František Kollár, também chamado de “Sócrates eslovaco”, e Matheus Bel.

permitindo aos não católicos a execução pública de seus rituais, assim como o acesso a funções públicas. Enquanto isso, ao passo que extinguiu a dependência pessoal dos camponeses frente aos senhores de terra, o fim da servidão pode ser identificado com uma clara intenção de acelerar o crescimento econômico do reino.

Naturalmente, as ditas reformas afetaram de forma profunda a vida religiosa. Apesar de ser um católico fervoroso, José II tentava conciliar sua fé com as idéias iluministas pelas quais foi criado e educado. Além da promulgação do “Decreto de Tolerância”, ele renovou a prática de que as bulas papais só poderiam ser proclamadas no reino com autorização prévia do rei, confiscou terras e propriedades de vários monastérios e conventos, usando os meios assim obtidos para fins educacionais e de caridade (ŠPIESZ, 1992). Neste âmbito, ao mesmo tempo que entrava em conflito com a hierarquia clerical, ganhava o apoio de vários padres pela ênfase nas atividades pastorais.

De qualquer maneira, entre as reformas de José que mais interessam ao presente trabalho, podemos incluir especialmente seus contínuos esforços modernizadores e centralizadores, a exemplo da divisão da Hungria em 10 distritos, administrados não mais pela nobreza local mas por funcionários apontados por ele próprio. É também em um sentido de centralização do poder que podemos compreender as tentativas de transformar o alemão em língua oficial do Império como um todo, inclusive na Hungria – ao mesmo tempo, porém, incentivava o desenvolvimento e o uso, nas instâncias mais baixas da administração, das línguas locais (ANDERSON, 1983). No demais, é possível taxar este rei como um dos mais típicos e característicos exemplos de despotismo iluminado, visando transformar o emaranhado feudal que era dinastia a Habsburgo em um Estado unificado, regido por uma legislação civil moderna, garantindo, no mínimo, as bases da igualdade de todos perante a lei. Contudo, devido a uma série de pressões internas e externas, revogou praticamente todas as suas reformas (com exceção do “Decreto de Tolerância”) antes de sua morte³⁰.

³⁰ No fim de sua vida, José II encontrava-se numa situação assaz complicada. Ao mesmo tempo que a Revolução Francesa de 1789 era a materialização de todas as idéias pelas quais norteava seu governo, tornou-se também o baluarte da luta anti-monárquica e anti-religiosa. O fato de que sua irmã, a rainha francesa Maria Antoinetta, correr um sério risco de ser executada pelos revolucionários (o que de fato ocorreu somente depois da morte de José) também não foi de grande ajuda. De acordo com uma das lendas, seu epitáfio foi: “Aqui jaz José, que muito queria, mas nada conseguiu.” (*apud* KOVÁČ, 1998, p. 83).

É possível inserir o desenvolvimento reformista a partir de meados do século XVIII, principalmente no que diz respeito às tentativas de tornar o alemão a língua administrativa do Império, entre os primeiros indícios daquilo que Anderson (1983) taxou de nacionalismo oficial. De forma geral, trata-se de um fenômeno consolidado somente no século XIX, pelo qual os monarcas buscavam fontes alternativas de legitimação frente à sociedade, uma vez que o princípio da determinação divina entrara definitivamente em crise. É neste âmbito que, “forçados” a adotar determinada nacionalidade, os monarcas propagavam e difundiam também a “sua” língua³¹ (notadamente a sua forma escrita) para facilitar a transição legitimatória e possibilitar uma administração centralizada de seu novo Estado-nação-imperial. Foi especialmente graças a esse tipo de difusão nacional que surgiram os movimentos das “nacionalidades pequenas” de Hroch (1971) – ou melhor, em oposição a eles. Os princípios do nacionalismo húngaro tiveram início justamente como uma forma de reação às atividades centralizadoras e linguísticas do governo imperial³², sendo que, por outro lado (como será visto mais adiante), a nação eslovaca iniciaria sua conscientização justamente como uma forma de defesa frente a essa reação húngara. De qualquer forma, a questão da língua alemã neste período ainda pode ser compreendida muito mais como uma medida de centralização administrativa do que uma forma germanização forçada da população como um todo.

Com a rescisão de grande parte das reformas ainda durante o reinado de José II (ŠPIESZ, 1992) e, após um interlúdio de mais dois anos de caos, teve início uma nova era em relação à orientação do governo húngaro. Foi um período de ações contra-revolucionárias e anti-reformistas, participando o reino, inclusive, das guerras intervencionistas na França. Do mesmo modo, o governo lidou de forma categórica com movimentos ditos revolucionários que agiam dentro da própria Hungria. Neste âmbito, a repressão real atingiu também grupos que operavam em território eslovaco, especialmente o dos “Jacobinos Húngaros”. Este grupo almejava reformar, revolucionar a Hungria com base nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, sendo influenciado especialmente por autores contratualistas e liberais e,

³¹ É interessante notar que, à época, poucos integrantes da casa de Habsburgo falavam alemão (Anderson, 1983).

³² Além da impopularidade em si das reformas nos meios nobres, sua efetivação geralmente se dava mediante “apoio” das forças policiais.

notadamente, Jean Jacques Rousseau. É interessante ressaltar que esses revolucionários apresentaram a primeira proposta real de federalização da Hungria com base no pertencimento nacional, sendo que o território eslovaco formaria a *Provincia Slavonica* da dita federação (KOVÁČ, 1998).

Independentemente da atmosfera anti-reformista, a crescente difusão do conhecimento e da educação formal não podia ser mais restringida. Avanços notáveis se deram em várias áreas científicas, especialmente na historiografia. No âmbito da multi-étnica Hungria, a evolução dos estudos históricos levou a uma série de discussões e polêmicas entre historiadores de diferentes etnias³³. Esses conflitos estavam restritos à nobreza e a setores da burguesia cidadina, mas abriam espaço para o posterior desenvolvimento de movimentos nacionais modernos. Aqui podemos referir-nos basicamente aos primórdios da “fase A” do movimento nacional, como caracterizada por Hroch (1971), no âmbito da qual surge pela primeira vez uma forma de interesse pela nação. Esse interesse é ainda por demais acadêmico e restrito, mas é a partir dele que se abrem as possibilidades para um futuro movimento nacional em maior escala. No caso eslovaco, era recorrente o louvor e a defesa da antiguidade da própria etnia e seu status de igualdade frente às outras “nacionalidades” no âmbito da Hungria, principalmente em oposição a ataques e desqualificações de origem húngara-magiar. Artigos de defesa nacional, chamados de “apologias”, tornaram-se formas literárias típicas entre os séculos XVIII e XIX³⁴. De forma geral, os conflitos e as polêmicas levaram a um crescente interesse pelo estudo da história, apesar de a parca disponibilidade de fontes confiáveis na época ter levado à criação de mais lendas do que obras acadêmicas sérias.

É também nesta conjuntura que a língua passa a ser compreendida como um “campo interior criado e logrado pelos usuários da língua entre eles mesmos” (SAIS, E. *apud* ANDERSON, 1983, p. 70) e transforma-se gradualmente em objeto de pesquisas sistemáticas, especialmente no âmbito da filologia. Assim, as antigas línguas sagradas (latim, grego, hebreu etc), depois de terem sido difundidas aquém de suas expectativas originais pela imprensa (sem falar nos interesses por trás dessas expectativas), foram definitivamente equiparadas (ao menos, e a princípio, do ponto de vista ontológico) com os “novos”

³³ Geralmente era possível identificar fins políticos por trás dessas polêmicas, visando diminuir ou mesmo impedir a participação de uma ou outra etnia no poder com base em direitos históricos (ou a falta deles).

³⁴ A primeira, escrita pelo pastor Ján Baltazár Magin, fora publicada em 1728 (ŠKVARNA, 2005).

vernáculos. Sendo todas as línguas, *a priori*, iguais, todas tornaram-se igualmente merecedoras e dignas de serem estudadas. Foi justamente neste contexto que tiveram início os primeiros esforços de codificação linguística sistemática, de suma importância à formação dos movimentos nacionais do século XIX.

Com tudo isso, podemos de fato constatar que, de acordo com opiniões contemporâneas correntes, influenciadas por Herder, a nação era uma comunidade de língua e cultura. Neste ponto, podemos nos referir ao primeiro capítulo do presente trabalho, quando caracterizamos a vertente da Europa Oriental das primeiras noções sistemáticas de nação, baseada na definição a partir de elementos exclusivamente objetivos e não necessariamente referentes ao Estado. O primitivo movimento nacional desse período se externava justamente nas áreas linguística, literária e historiográfica.

Até aqui, por mais de sete séculos, estivemos defronte a um grupo com uma certa identidade em comum, baseada em elementos fundamentalmente geográficos, a partir dos quais poderíamos responder a no máximo uma das quatro questões propostas no início deste trabalho a fim de estudarmos e analisarmos uma nação – a partir de que elementos ela é construída. É somente com a crescente difusão do conhecimento, da instrução inspirada pelo ideário liberal da Revolução Francesa que passam a surgir indivíduos mais ativos no âmbito da etnia eslovaca. Indivíduos estes com uma maior consciência de pertencimento identitário, decorrente da curiosidade e do interesse em estudar suas próprias origens e a história de seu povo, e que, de uma forma ou outra, almejavam a agitação nacional. Como já foi dito, esse interesse era de início meramente acadêmico e apenas gradualmente se transformou em uma consciência plena de pertencimento e em tentativas de despertar esse sentimento na população em sua plenitude.

É justamente neste contexto que Anderson (1983) relata o surgimento do movimento nacional húngaro-magiar. É possível apresentar inclusive um registro de nascimento nas obras do escritor Gyorgy Bessenyei publicadas em 1772, visando provar a possibilidade de se escrever avançadas formas literárias na língua magiar. O desenvolvimento continuou a pleno vapor com as obras de Ferenc Kazinczy, tido como o pai da literatura húngara-magiar e, com a já citada transferência da Universidade de Trnava para a cidade de Buda em 1777. Neste sentido, a primeira expressão política do nascente movimento nacional pode ser identificada

também na reação agressiva e hostil por parte da nobreza húngara às reformas de José II referentes ao uso oficial/administrativo da língua alemã. Assim, provavelmente em reação às primeiras tentativas de oficializar o alemão como língua administrativa, setores da nobreza e da intelectualidade de origem magiar em todo o território húngaro passaram gradualmente a advogar o uso de sua língua nesse sentido. É curioso notar, que esses esforços também podem ser identificados com os primórdios de um outro nacionalismo oficial, porém húngaro-magiar (ANDERSON, 1983). Como se tratou, como veremos mais adiante, da imposição de uma só nacionalidade (magiar) a um reino multi-nacional por meio de “políticas públicas”, podemos enquadrá-lo como tal.

Já em 1790, a assembléia da Dieta, reunida após quase 30 anos, reivindicava o reconhecimento da Hungria como reino independente, com sua própria Constituição, ao mesmo tempo que proclamava a primeira lei que favorecia o magiar em detrimento das outras línguas na Hungria – criação de departamentos de língua magiar em universidades, academias e ginásios, onde se tornou matéria optativa. A segunda seria aprovada ainda em 1792, definindo o magiar como matéria obrigatória em todas as escolas da Hungria. A luta pelo direito de uso de uma língua eslovaca (apesar de ainda não existente do ponto de vista literário) teve início em oposição especialmente a essas leis (ŠPIESZ, 1992).

Os primeiros defensores ativos de uma nação eslovaca podem ser diferenciados e agrupados justamente em torno da questão linguística. De um lado estavam os intelectuais protestantes, que defendiam o uso da língua tcheca clássica como uma espécie de “eslovaco funcional”. Esta era usada tanto em obras litúrgicas como literárias desde os primórdios da Reforma em território eslovaco e da difusão de suas idéias justamente em tcheco. Porém, a maior parte da população eslovaca era católica, principalmente graças aos esforços contra-reformistas dos Habsburgo. Seu clero, por sua vez, usava nas liturgias, além do latim, vários dialetos locais e foi justamente no seu meio que de deram as primeiras tentativas de codificação de uma língua eslovaca *per se*.

A base do nascente movimento nacional eslovaco católico era a Eslováquia Ocidental, mais especificamente as cidades de Bratislava e Trnava, os maiores centros culturais da região. Foi aqui que se concentravam os primeiros estudiosos (católicos) da história e da língua eslovacas, notadamente no “Seminário Geral”, instituído ainda por José II

no âmbito de suas reformas religiosas, visando a instrução dos novos sacerdotes não somente como referências religiosas, mas também como difusores de educação e cultura. Assim, para cumprirem este papel, os clérigos católicos estudavam e aprendiam a falar a língua do povo³⁵. Esta língua era uma variante da língua cultural da Eslováquia Ocidental, que era ensinada somente na forma oral, não possuindo ainda regras gramaticais próprias. Sua codificação foi efetuada em 1787 pelo padre e linguista Anton Bernolák, em sua obra *Dissertatio philologico-critica de literis Slavorum* (Dissertação linguístico-crítica sobre as letras eslovacas). Foi com essa e outras obras de Bernolák (como a *Grammatica Slavica*, e um dicionário eslovaco-tcheco-latino-alemão-húngaro, entre outros) que foram instituídas bases linguísticas suficientemente sólidas para a difusão da língua eslovaca. Dessa forma, além de Bernolák e seus colaboradores terem sido os primeiros a codificar a língua eslovaca (ao mesmo tempo que produziram nela uma vasta obra literária), tendo em vista o entendimento linguístico-cultural de nação, foram também os primeiros a formular uma concepção da etnia eslovaca como uma nação autônoma dentro da comunidade eslava. Apesar de sua crucial importância para o desenvolvimento do movimento nacional eslovaco, a língua de Bernolák foi gradualmente perdendo sua força e ímpeto iniciais, restringindo-se apenas a duas gerações de intelectuais católicos. Além da de Bernolák em si, marcou fundamentalmente os anos 30 e 40 do século XIX, especialmente com o poeta Ján Hollý, como será visto mais adiante (KOVÁČ, 1998).

Uma vez que o protestantismo superou seu *handicap* inicial após a implementação do Decreto de Tolerância por José II e tendo adquirido status religioso equiparável ao catolicismo, seus sacerdotes adentraram de forma ativa o nascente movimento nacional. Apesar de estarem em minoria, os protestantes mostraram-se tão ativos (quando não mais) quanto os católicos. O centro de atividades do grupo foi a cidade de Bratislava. Foi aqui que despontaram mais incisivamente para o movimento nacional no começo do século XIX, especialmente a partir da fundação do “Instituto para o estudo da língua e da literatura tcheco-eslovacas” ligado ao liceu evangélico da cidade. Como já foi frisado anteriormente, os protestantes eram contra a sistematização e uso de uma língua eslovaca autônoma e independente, defendendo o tcheco bíblico como a língua literária da Eslováquia. Neste

³⁵ Decorrencia da declaração da Congregação de Roma para a difusão da fé, fundada em 1622, pela qual a fé cristã deveria ser difundida na língua nativa, compreensível ao povo (ŠKVARNA, 2005).

sentido, abominavam a recorrente “eslovaquização” dessa língua. Esse contínuo purismo linguístico ia inclusive contra as tendências prevaescentes de modernização da língua tcheca propagada e efetuada por este movimento nacional.

Ou seja, é possível constatar que ambos os principais campos confessionais na Eslováquia passaram a apoiar, de uma forma ou outra, a estruturação de um movimento nacional³⁶. Ao mesmo tempo que defendiam a língua eslovaca como principal elemento constitutivo da nação, divergiam em relação à forma e às origens históricas a ela atribuídas. Enquanto os católicos defendiam uma língua eslovaca específica e particular, os protestantes continuavam usando o tcheco clássico (bíblico) das liturgias trazidas à região ainda no século XVI. Essa dicotomia da concepção linguística refletia também duas concepções distintas da origem histórica dessa língua, e da nação eslovaca em si. De um lado, os católicos, partindo das tradições da Grande Morávia e dos esforços linguísticos e cristianizadores de Constantino e Metod, afirmavam ser a nação eslovaca descendente direta deste antigo reino e produto das atividades dos dois irmãos. Assim, defendiam a noção de autonomia linguística e cultural da nação. Por sua vez, os protestantes afirmavam ser a Eslováquia a cara-metade da nação tcheca, já que ambas integravam, na realidade, uma grande e antiga nação tchecoslovaca (geralmente também identificada com a Grande Morávia), tendo sido sua reunificação linguística e nacional iniciada com as primeiras incursões husitas à região eslovaca. De qualquer modo, apesar das divergências, os dois campos confessionais mantinham frequentes diálogos, não desconsiderando perspectivas e possibilidades de cooperação mútua no futuro.

Tendo em vista essa divisão, podemos nos referir mais uma vez a Hroch (1971) e às distinções referentes ao processo de conscientização nacional no âmbito das nações “grandes” e “pequenas” por ele analisadas. No caso das nações grandes, podemos falar de uma única ideologia, sendo que sua difusão passa somente por um processo quantitativo de aceitação gradual de uma única consciência nacional (ou seja, sua difusão completa torna-se apenas uma questão de tempo). Enquanto isso, no caso de uma nação pequena, como a Eslováquia, seus membros eram expostos a duas ou mais ideologias nacionais concorrentes e seus respectivos processos de agitação. Principalmente até meados do século XIX, como será visto mais adiante, a profusão dessas “ideologias concorrentes” foi particularmente notável.

³⁶ Mesmo que inconscientemente, já que este se desenvolveria de forma plena somente no século XIX, graças a contínuas pesquisas históricas, literárias e linguísticas.

Chegando ao fim do primeiro período de desenvolvimento da nação eslovaca, podemos fazer algumas constatações gerais acerca deste processo e, ao mesmo tempo, tentar responder as questões indicadas no capítulo anterior sobre as origens e os fins dessa nação. Como vimos, a Eslováquia começou a se consolidar como uma nação latente (ou etnia) a partir de sua comunhão com o Estado húngaro e a conseqüente diferenciação de outros grupos e etnias eslavas da região. Neste sentido, a construção de uma identidade eslovaca em comum se deu com base em elementos territoriais (fronteiras naturais entre os Cárpatos e o Danúbio), estatais (Hungria) e histórico/mitológicos/culturais (povo de Svatopluk, cristianizado e instruído por Constantino e Metod etc) ao se diferenciar de outras tribos eslavas. Já no âmbito da Hungria o fez a partir de elementos territoriais (Principado de Nitra/norte da Hungria), etno-linguísticos (eslavos, falando sua antiga língua, que se transformaria nos vários dialetos eslovacos) e históricos/mitológicos/culturais (mitos sobre o acordo que permitiu os assentamentos magiares, povo de Svatopluk etc). Outros elementos, a exemplo dos laços econômicos ou religiosos, ainda não tiveram relevância significativa na formação dessa identidade aparecendo apenas mais tarde e mesmo assim, somente nos papéis de “catalisadores” da conscientização nacional.

Sendo a etnia, ou nação latente, uma forma de identidade mutável, seus aspectos particulares, assim como os conteúdos específicos dos elementos que a formam mudam com o desenvolvimento histórico, adaptando-se aos mais diversos contextos. Ao mesmo tempo, muda também a própria importância relativa de dado elemento para a identificação em si. Ou seja, mesmo se os mesmos elementos, por ventura, servissem como definidores identitários no decorrer de um período de mil anos, não necessariamente o fariam sempre da mesma forma. O caso eslovaco não é diferente. Apesar de podermos constatar uma certa estabilidade no que tange à identidade dos ditos elementos, seus respectivos “conteúdos” sofreram várias mudanças e transformações desde o século X.

Dessa forma, por exemplo, tanto os elementos etno-linguísticos, como os histórico/mitológico/culturais foram se desenvolvendo em conjunto com o intercâmbio e a gradual assimilação cultural recíproca entre as várias etnias (alemães, tchecos, húngaros-magiares, croatas, valáquios etc) que conviviam na região. Neste sentido, passou a se difundir uma peculiar cultura popular, baseada primordialmente no modo de vida das camadas

populares (camponeses, pastores etc) e suas expressões tradicionais e folclóricas. Além do mitológico, o fator linguístico foi o que mais evoluiu, tornando-se gradualmente, ao menos na visão dos primeiros entusiastas nacionais, o de maior relevância à identidade nacional. Do mesmo modo, tendo em vista o fator estatal (ou político), a identidade eslovaca, que inicialmente dependia exclusivamente da subordinação ao Estado húngaro, governado por um rei húngaro, passou gradualmente (devido aos contínuos e recorrentes conflitos regionais) a depender mais de uma subordinação contínua a uma classe dirigente húngara, independente da forma organizacional e estatal que se lhe sobrepunha. O único elemento que permaneceu relativamente estável foi o territorial, apesar das mudanças em sua interpretação tendo em vista, justamente, as transformações dos outros fatores. Em relação a outros elementos, como a religião, esta serviu de início mais como uma espécie de catalisadora e instigadora da conscientização identitária e, mais tarde, fragmentadora do movimento nacional, do que como um elemento de união em si. Por sua vez, o elemento econômico estava quase que completamente ausente, já que os mercados eslovacos eram por demais localizados e fragmentados, sendo que seus únicos participantes translocais negociavam na Hungria como um todo (quando não pela Europa inteira).

Ou seja, por enquanto apresentamos algumas das possíveis respostas à questão de a partir de que elementos formou-se uma nação eslovaca. Das questões propostas, tendo em vista o status de nação latente da Eslováquia até o momento, essa é também praticamente a única que pode ser, de fato, respondida. As restantes necessitam de um contexto no mínimo de uma nascente agitação nacional, quando não de formação e consolidação de uma nação plena em si. Na Eslováquia, um contexto adequado surge apenas a partir de meados do século XVIII, notadamente pela ação de fatores políticos externos (reformas de cunho liberal, entre outros) e de alguns fatores condicionantes e catalisadores internos como a religião. É somente neste período que surgem as primeiras formas de conscientização, de uma identificação mais “ativa” com a etnia eslovaca e é somente a partir dele que podemos tentar responder as três questões restantes.

Quem, no caso, quem criava a nação eslovaca? A princípio, podemos restringir o interesse nacional a alguns poucos representantes das elites intelectuais eclesiásticas (principalmente divididas em dois campos opostos – católicos e protestantes) e seculares

(eruditos citadinos). Dependendo do grupo confessional em questão, mudavam também as particularidades dos elementos objetivos usados para caracterizar a identificação nacional – tendo em vista seu conteúdo e não necessariamente os elementos em si, já que eram praticamente os mesmos em ambos os casos. Assim, elementos territoriais, linguísticos, culturais/mitológicos/históricos e religiosos estavam presentes tanto na nação católica, como na protestante, mas sob perspectivas diferentes (quando não diametralmente opostas). De forma geral, a nação eslovaca católica tinha por base a concepção de que a Eslováquia tinha uma língua e uma cultura próprias e particulares, independentes de outras nações, sendo essa noção baseada fundamentalmente nas tradições da Grande Morávia e de Constantino e Metod. Em oposição, a nação eslovaca protestante partia de uma noção de “tchecoslovaquismo”, frisando a origem comum das nações tcheca e eslovaca, assim como de suas identidades cultural e linguística. Os mitos de origem dessa vertente também se voltam ao passado da Grande Morávia, mas afirmam que, com a instauração do Estado Húngaro, a Eslováquia fora separada de seus irmãos, sendo que a união passou a ser restabelecida a partir das atividades reformistas husitas e, posteriormente, protestantes.

Podemos admitir, então, que a pergunta sobre “quem” cria a nação pode soar um tanto quanto anacrônica (quando não grotesca). Neste período, apesar de o ideal de independência e soberania nacional já estar em voga em alguns outros países (Inglaterra, França, futuras ex-colônias americanas, entre outras), a noção de possibilidade de estabelecimento de uma nação exclusivamente eslovaca ainda não estava sendo cogitada. Ou seja, por enquanto, podemos apontar apenas determinados indivíduos com um maior nível de consciência nacional, que vêem a sua nação como um peculiar objeto de estudo, no qual apenas começam a enxergar suas origens, sua história e seu possível futuro.

No que tange aos destinatários da nação almejada, ou melhor, respondendo à questão de “para quem” a nação estava sendo construída, não vemos muitas diferenças entre as duas acepções de nação vistas acima. No caso, por se tratar ainda da “fase A” de Hroch (1971) e o interesse nacional ser fundamentalmente acadêmico, a nação estava direcionada quase que exclusivamente às próprias elites intelectuais eclesiásticas. Somente no final do período em questão podemos notar indícios de uma transição à “fase B”, com tentativas de instrução e

conscientização de camadas mais amplas da população, cujo pertencimento à nação era imputado principalmente por elementos etno-linguísticos..

Ao tratarmos dos propósitos deste primitivo movimento nacional, estes eram inicialmente referentes exclusivamente à curiosidade acadêmica dos estudiosos e intelectuais em questão ou, no máximo, serviam para resolver algumas desavenças pessoais que emergiam recorrentemente entre integrantes das diferentes etnias do Império. Somente no final do período em questão, já praticamente na passagem ao século XIX, podemos identificar os princípios de reivindicações e fins de cunho cultural e linguístico. É possível, então, notar diferenças entre as acepções da nação católica e da nação protestante. Em ambos os casos trata-se de identidades nacionais reativas, baseadas na oposição tanto ao nascente nacionalismo legitimador oficial, como ao nacionalismo reativo húngaro. Em última instância, seus fins também são similares, já que ambos visam (de uma forma ou de outra) uma autonomia ou mesmo a independência cultural da nação eslovaca frente à Hungria e aos Habsburgo. Porém, enquanto a vertente católica almeja a autonomia literalmente, a protestante o faz apenas de forma figurativa, pela união com a nação tcheca.

CAPÍTULO 3: MOVIMENTO NACIONAL NO SÉCULO XIX

A citada execução dos “Jacobinos Húngaros”, em conjunto com fatores como a participação do país na guerra contra a França revolucionária, somente salientam a crescente orientação conservadora, contra-revolucionária e anti-iluminista no país. Todavia, a guerra contra Napoleão não ia bem, partindo literalmente de uma derrota a outra. Após consecutivos acordos e quebras de aliança com a Rússia e com a Inglaterra, e uma vez tendo os exércitos franceses conquistado praticamente toda a Eslováquia Ocidental, a vergonhosa derrota na batalha de Austerlitz em 1805 apenas acentuou a necessidade de uma trégua. Assim deu-se margem a uma série de negociações e, por fim, a um acordo de paz assinado em Bratislava no mesmo ano. A guerra perdida para Napoleão acarretou o esfacelamento definitivo de uma organização estatal que existia, já há algum tempo, apenas formalmente – o Sacro Império Romano. Francisco II absteve-se do título de Imperador “alemão”, ao mesmo tempo que “fundava” o Império Austríaco, inclusive mudando de nome: Francisco II, dava lugar a Francisco I, Imperador da Áustria, cujos domínios continuavam incluindo o Reino da Hungria e a Eslováquia em seu âmago (HROCH, 1977).

Continuando com a tradição maquiavélica no que tange ao cumprimento para com a palavra dada, mais uma tentativa de subjugar a França militarmente se deu em 1809 – outra vez, inócua. Viena foi conquistada, assim como partes da Eslováquia Ocidental, junto com Bratislava. Após mais essa derrota, Francisco teve de se aliar a Napoleão e, inclusive, oferecer-lhe sua filha, Maria Luíza, em casamento. A situação mudou somente em 1812 com a desastrosa campanha de Napoleão na Rússia, quando mais uma vez a Áustria juntou-se à coalizão anti-napoleônica. Com a derrota definitiva de Napoleão e após o Congresso de Viena de 1815, a Áustria-Hungria passou a exercer um papel privilegiado no cenário europeu e na nova onda de conservadorismo reacionário que visava reestabilizar o continente após os perigosos avanços do ideário liberal da Revolução (HROCH, 1977). A primazia da Áustria

neste meio se deu especialmente graças à habilidade de seu chanceler e representante no Congresso, conde Klemens Lothar Metternich¹.

O fim do século XVIII não trouxe mudanças significativas na composição social e demográfica do território eslovaco. O número de habitantes crescia lentamente, totalizando no início do século XIX quase 1 milhão e meio de eslovacos, espalhados por 21 comarcas na Hungria inteira². A maior e principal cidade continuava sendo Bratislava, com 30 mil habitantes, sendo a segunda maior cidade Banská Štiavnica, graças à conjuntura positiva relacionada ao desenvolvimento da mineração. Por mais que boa parte das cidades passasse por um período de estagnação econômica, os grandes avanços técnicos e científicos na Europa não deixaram de afetar também a Hungria. De grande importância simbólica foi a passagem pelo porto de Bratislava do primeiro barco a vapor a navegar pelo Danúbio em 1818. Teve início também a construção de ferrovias, sendo a primeira – movida por cavalos – construída entre Bratislava e Trnava entre os anos de 1838 a 1846 (KOVÁČ, 1998).

Apesar destes avanços, ficava cada vez mais clara a defasagem do Império frente a outros países europeus, da qual a citada estagnação das cidades era apenas mais uma síndrome. Entre os principais motivos não estavam, como se dizia à época, os recentes desastres militares, ou qualquer outro elemento externo, mas a persistência do sistema feudal, sendo a maioria esmagadora da população composta de servos dependentes da agricultura. Apesar de sua preponderância, a produção agrícola estagnava. Os camponeses simplesmente perdiam o interesse no trabalho pela quantidade de encargos feudais aos quais seriam submetidos se efetivamente produzissem algo. Assim, tornaram-se conservadores, céticos e recusavam toda e qualquer espécie de avanço tecnológico que por ventura chegasse à Áustria-Hungria na época. Mesmo com várias tentativas de instrução dos camponeses por parte das camadas intelectuais desde o século XVIII, principalmente apresentando novas e mais eficientes técnicas agrícolas, seu efeito foi mínimo. O problema continuava sendo o

¹ Foi graças aos seus esforços, em conjunto com os do Imperador Francisco I, que a Áustria-Hungria se tornou um Estado burocrático centralizado, contando com a censura e uma polícia secreta. De forma geral, esse sistema tornava-se cada vez mais ossificado frente aos avanços sociais – o governo propagava a modernização econômica e industrial, mas repudiava as novas correntes ideológicas e não compreendia de forma alguma a questão nacional cada vez mais premente. Neste sentido, aprovava as atividades magiarizadoras do movimento húngaro, sem ser capaz de oferecer proteção às outras nações do Império (HOBSBAWM, 2007).

² “Essa peculiar tribo humana habita, em um número entre 1 milhão e 340 mil e 1 milhão e meio, um território amplo no âmbito da Hungria (desde o norte – Cárpatos – até a fronteira com a Turquia). (...) Podemos encontrá-los [os eslovacos] em 21 comarcas, sendo maioria em 12 destas.” (ČAPLOVIČ, 1976, p. 58).

sistema feudal em si, sendo que a legislação decretada com o fim de regular as relações feudais no século anterior não era cumprida e sua reforma era sempre deixada de lado pela Dieta³.

A dependência feudal impedia também o desenvolvimento da produção industrial, apesar das condições relativamente favoráveis para tal na Eslováquia. Os principais empreendedores simplesmente não tinham interesse na criação de novas indústrias, ao mesmo tempo que faltava mão de obra. Apesar de as guerras napoleônicas terem estimulado alguns ramos de produção (principalmente a indústria de armas), esse estímulo não foi suficiente. As atividades que tiveram espaço para se desenvolverem eram mais relacionadas à produção tradicional – artesanal, como a fiação e a fabricação de tecidos. Assim, a produção industrial na Hungria não estagnava somente frente aos países da Europa ocidental, mas também frente a outras partes da Império Austríaco (notadamente as terras tchecas).

Essa defasagem no desenvolvimento econômico levou a uma crise praticamente permanente no país, instigando frequentes levantes populares e greves. Um exemplo típico é a revolta de 1831. Depois de um ano de colheita extremamente ruim e da fome que se seguiu, os já insatisfeitos camponeses insurgiram-se após uma epidemia de cólera que atingiu a Eslováquia Oriental. Essa epidemia, trazida da Rússia e da Polônia, propagou-se graças à precariedade das condições higiênicas, sendo que as tentativas da nobreza de frear o avanço da doença pela distribuição de remédios foi vista como uma tentativa de envenenar os camponeses⁴. Depois de a insatisfação, ódio e temor aos nobres terem se transformado numa série de pilhagens, expulsões e execuções, a revolta foi suprimida pelas forças militares do Império, resultando em mais de 4 mil prisões e quase 200 enforcamentos (ŠKVARNA, 2005,

³ Juraj Berzeviczy, um erudito proprietário de terras avaliou a conjuntura da seguinte forma: “A situação do camponês na Hungria tem piorado por vários motivos, sendo que, no decorrer dos últimos 30 anos, a deterioração mostrou-se de forma clara e inegável. (...) Já que a agricultura tornou-se bastante rentável ultimamente, além da diminuição da terra do camponês, usaram-se várias desculpas para aumentar a quantidade de trabalho. (...) Apesar do fato de o trabalho em si não ser um fardo tão grande a ponto de ser insustentável, se levarmos em consideração todos os encargos feudais aos quais é submetido, a sua falta de direitos e as condições pobres e miseráveis nas quais ele tem de viver, temos de constatar que, no final das contas, o fardo do camponês é pesadíssimo e seu destino deveras triste.” Ao mesmo tempo, este proprietário defendia a necessidade imediata de mudar a organização da propriedade de terra: “Todo ser humano tem o direito de viver e, conseqüentemente, o direito a um pedaço de terra do qual pode extrair essa vida (...)” (KOVÁČ, 1998).

⁴ Paralelos com a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro dos primórdios do século XX e com vários outros exemplos de insurreições populares frente a novos medicamentos e vacinas não são mera coincidência. De fato, baixa instrução e credices populares nunca se deram bem com avanços científicos que visavam melhorar o bem estar da sociedade.

p. 93). Apesar da supressão dessa e de várias outras revoltas, a insatisfação camponesa e a crise do sistema persistia. Frente a essa situação, foi criado em Buda o “Movimento de Reforma Magiar”, composto em grande parte pela média nobreza liberal. Este movimento advogava a modernização da Hungria pela abolição do absolutismo e da servidão, pela implantação da taxaçaõ geral e da igualdade perante a lei, assim como pela construção de fábricas e estradas de ferro e pela fundação de bancos. Contudo, esse desenvolvimento era condicionado pela gradual separação da Hungria do Império dos Habsburgo, e pela formação de um Estado-nação magiar. Após um período relativamente moderado de expectativas de assimilação gradual das outras nacionalidades, este processo tornava-se cada vez mais radical e imposto à força, especialmente com a chegada de Lajos Kossuth à liderança do movimento.

Naturalmente, os acontecimentos no cenário europeu em geral e na própria Hungria em particular tiveram influência significativa sobre o movimento nacional eslovaco. Este continuava restrito em grande parte aos intelectuais eclesiásticos e eruditos citadinos, que davam ênfase ao desenvolvimento da identificação nacional por meio de estudos linguísticos, literários e históricos. Porém, a noção de um movimento nacional meramente acadêmico (inclusive no que tange a seus fins) estava passando por uma série de reformulações na direção de um maior ativismo político – a questão acerca da efetiva possibilidade de concretização do ideal nacional eslovaco frente a outras pretensas nações na Hungria, tendo em vista o relativamente pequeno número de eslovacos neste meio, tornava-se cada vez mais premente. No âmbito de crescentes pressões que visavam a unificação nacional-magiar da Hungria, partes do movimento viam na busca por apoio externo (notadamente nas terras tchecas e em outras regiões eslavas) a única possibilidade de uma exitosa formação nacional eslovaca. O grande prestígio da Rússia depois das guerras napoleônicas levou vários integrantes do movimento nacional a buscar apoio justamente neste país. Essa corrente se fundamentava nas idéias herderianas acerca da missão e do futuro de determinadas nações e numa espécie de “consciência tribal ampliada”, pela qual todos os povos de origem étnica semelhante, independentemente de sua história ou do lugar no qual residem, deveriam se

unir⁵. Assim, via-se o futuro da nação eslovaca em uma unificação pan-eslava, sob a liderança da mãe Rússia.

Esta forma do ideário pan-eslavo deu continuidade às noções de tchecoslovaquismo defendidas pelos intelectuais protestantes nos anos precedentes, servindo de base a partir da qual se formou uma nova geração de entusiastas nacionais nos liceus eslovacos. Dentre essa nova geração intelectual, os mais proeminentes foram Pavol Jozef Šafárik⁶ e Ján Kollár – ambos imbuídos dos ditos ideais pan-eslavos, graças aos quais se firmaram como figuras de notável relevância não somente no movimento nacional eslovaco, mas mesmo fora da Eslováquia, principalmente no movimento nacional tcheco. Foi particularmente Kollár que se sagrou como uma das maiores lideranças do movimento nacional eslovaco até meados do século XIX. Sua concepção concisa do ideal pan-eslavo (o qual, aliás, recusava, baseando-se apenas no que chamava de “mutualidade eslava”) é considerada como um marco na transição entre a noção apenas linguístico-cultural da nação a um programa político nacional, apesar de suas próprias expectativas políticas práticas serem ainda bastante nebulosas.

Nessa concepção, ele conciliava a crescente autoridade russa no âmbito europeu, os novos movimentos nacionais (notadamente o alemão) e as idéias herderianas. De acordo com sua definição, a nação era uma sociedade de indivíduos ligados pela língua, valores, costumes e expressões culturais, sendo que toda a comunidade eslava provinha de uma só nação, dividida em várias tribos (no caso, as principais seriam a russa, a polonesa, a ilírica e a tchecoslovaca). Como uma maior divisão entre as tribos era vista como uma perigosa fragmentação e um enfraquecimento da grande nação eslava, a busca pela unidade linguística e tribal dos tchecos e eslovacos era imperativa. A fragmentação anterior e atual seria obra de um cruel acaso histórico, sendo o fim último de um movimento nacional norteado pela mutualidade eslava a reunificação de todas as tribos eslavas em uma só nação federativa. Uma idealização romântica da natureza dos eslavos fora constantemente ressaltada não

⁵ No caso, não podemos ainda falar sobre um movimento de “imperialismo continental”, como caracterizado por Arendt, no máximo sobre um de seus precursores diretos. O fenômeno em questão era muito mais uma espécie de desejo intelectual do que um movimento com um grande “apelo à ralé”. (ARENDR, 1989)

⁶ Apesar de em seus vários trabalhos linguísticos e históricos chegar à conclusão da real autonomia e independência da nação eslovaca, ele manteve a convicção de necessidade da “tchequização” dos eslovacos e da unidade linguística e literária das duas nações.

somente em sermões ou poesias, mas também em vários trabalhos e artigos científicos⁷. Diferentemente de outros defensores da unidade nacional com os tchecos, que favoreciam a tchequização total da língua eslovaca, Kollár era contra a aceitação passiva de elementos tchecos pelos eslovacos, mas defendia a língua tchecoslovaca como uma síntese peculiar de ambas (PEKNÍK, 2000). Foi justamente essa convicção que o afastou dos líderes do movimento tcheco, que consideravam essa forma de barbarização de sua língua uma afronta.

O ideário pan-eslavo no movimento nacional (ao menos, inicialmente, em sua vertente protestante) refletiu fielmente os desenvolvimentos políticos, sociais e culturais da época – notadamente, a política européia após o Congresso de Viena e o romantismo em sua vertente eslava. Entre os eslovacos que sentiam a fraqueza de sua própria sociedade nacional e principalmente a ausência de elites sociais fortes (já que estas eram assimiladas ao movimento nacional húngaro) as idéias pan-eslavas encontraram significativo respaldo. Porém, assim como várias outras noções idealistas e românticas, essa também não resistiu à força da realidade política. De particular impacto foi a violenta repressão da revolução polonesa pela Rússia em 1831, tornando cada vez mais difícil a conciliação entre a face repressiva do czarismo com aquela Rússia alegre, mas forte, que unificaria todos as tribos eslavas (ŠKVARNA, 2005, p. 92). Ao mesmo tempo, frente ao crescente radicalismo do Movimento de Reforma Magiar, uma união ideal com os tchecos ou com outras nações eslavas era frequentemente deixada de lado pela necessidade de formulação de uma agenda nacional política no âmbito dos problemas reais e concretos da nação eslovaca, orientada para a Hungria em si.

Foi principalmente em oposição às atividades do Movimento de Reforma Magiar, que as duas vertentes do movimento nacional eslovaco passaram a mobilizar suas forças de maneira conjunta. As diferenças entre os campos confessionais, notadamente suas concepções linguísticas e históricas distintas, continuavam evidentes, mas o fator unificador

⁷ Em seu sermão de 1822, sobre as “boas características da nação eslava”, Kollár apresentava os eslavos da seguinte forma: “Uma característica bonita, que serve de enfeite à nação eslava é sua alegria inocente. As pessoas dessa nação parecem, desde o nascimento, propícios mais à alegria do que à tristeza, seu sangue é tão saudável e tão fresco, seus nervos e veias tão vivos e sensíveis, suas extremidades tão flexíveis, seus olhos tão claros e gratos, seus rostos tão dispostos e calorosos e mesmo sua língua é tão faladeira que aonde quer que vão, em volta deles só há alegria e felicidade. (...) Sem dúvida, a característica mais louvável e bonita da nação eslava é a tolerância e o comportamento contido para com todos os vizinhos e outras nações. (...)” (KOVÁČ, 1998).

de um “inimigo externo” mostrou-se mais forte. Um dos maiores defensores dessa unidade foi Martin Hamuljak⁸, fundador da “Sociedade dos amantes da língua e literatura eslovacas” em Buda, no ano de 1834. As atividades da sociedade incluíam, especialmente, a publicação do almanaque *Zora*, com artigos tanto em tcheco, como no eslovaco de Bernolák. Tanto a sociedade, presidida por Ján Kollár, como seu almanaque pregavam a unidade das duas correntes nacionais. Todavia, esse movimento nacional unificado (formado justamente em torno da dita sociedade) logo entraria em crise, principalmente devido ao parco apoio fora dos meios intelectuais – a nobreza se hungarizava cada vez mais, enquanto somente alguns poucos integrantes da ainda inexpressiva classe média foram “convertidos” e um maior apoio popular ainda era impensável. Esses e outros problemas do movimento (principalmente no que tange às convicções linguísticas de Kollár, que afastavam simpatizantes e apoiadores tanto eslovacos, como estrangeiros), seriam resolvidos apenas por uma nova geração de intelectuais, munidos de um conhecimento mais acurado da problemática contemporânea e mais apta a formular um novo programa político.

Encontramo-nos aqui defronte a um limiar fundamental no processo de formação de uma identidade nacional eslovaca. Até o presente ponto, os poucos defensores desta nação baseavam suas atividades apenas em discussões acadêmicas acerca de sua língua e suas origens históricas, começando a surgir também um crescente interesse pelos estudos da cultura popular e do folclore a ela associado. Contudo, com a geração de Kollár, começam a ser elaboradas propostas intelectuais mais normativas, na expectativa de salvaguardar a cultura nacional frente a avanços externos. No caso, os defensores e propagadores da nação permanecem praticamente os mesmos, restringindo-se o movimento a intelectuais do clero e alguns poucos eruditos seculares. Do mesmo modo, os principais elementos formadores da nação latente não mudam, ao passo que o nascente movimento nacional passa a se centrar quase que exclusivamente nos fatores linguístico, histórico (com uma notável guinada para o leste, num sentido pan-eslavo) e cultural (com ênfase justamente na cultura popular), aos moldes dos quais os outros elementos são reinterpretados. Enquanto isso, seus meios e fins se transformam drasticamente, na direção de uma crescente atividade política visando o resguardo da existência nacional frente às citadas influências externas. Neste sentido, a nação

⁸ Figura importante e extremamente ativa no movimento nacional neste período. Católico, defensor da língua eslovaca de Bernolák, colaborou extensamente com Šafárik e Kollár (PAULINY, 1983).

eslovaca continuou sendo uma identidade reativa. Ao mesmo tempo, os próprios “destinatários” da nação passam a mudar, ampliando-se o escopo dos intelectuais participantes e surgindo as bases para uma ampliação da participação popular.

De qualquer forma, a nova geração de entusiastas nacionais entrou em evidência já na década de 30 do século XIX. Tratava-se mais uma vez de protestantes provenientes dos liceus eslovacos, auto-denominados de “Movimento da Jovem Eslováquia”⁹ e encabeçados por Ludovít Štúr. Seu centro de atividades foi o liceu de Bratislava onde, em 1829, criaram a “Sociedade tcheco-eslava”. Até 1835 esta sociedade era orientada, como todas as outras e como todos os intelectuais nacionais da época, pelas idéias de Kollár. Porém, a partir desse ano, com a eleição de Štúr à presidência, começou um período de renovação ideológica e de intensificação de suas atividades. Tanto em Bratislava, como em outros liceus espalhados pelo território eslovaco, formou-se uma miríade de jovens intelectuais, movidos por noções românticas de amor à nação eslovaca. Ainda no ano de 1836 foi publicado o almanaque *Plody*, tido como o primeiro manifesto literário e ideológico dessa nova geração (PAULINY, 1983). Até então a Eslováquia nunca teve um grupo tão extenso e ativo de jovens intelectuais. Os mais notáveis eram o já citado Štúr, assim como Jozef Miloslav Hurban e Michal Miloslav Hodža.

Todavia, já em 1837, devido a um edito do governo central de Viena proibindo as atividades de grupos e sociedades estudantis, a Sociedade tcheco-eslava deixou de existir (ŠKVARNA, 2005, p. 94). Mesmo com a saída de Štúr (em viagem de estudos a Halle, na Alemanha), contudo, os seus membros continuavam se reunindo. Nessas reuniões, aprofundavam as discussões acerca de questões nacionais e políticas, elaborando novos princípios de ação.

“Nosso princípio – tudo pela nação – que seja o seu princípio também. Trabalhem o máximo possível pela disseminação da idéia nacional. Levem nosso povo, que sequer sonha ter um espírito nacional, a conhecer suas obrigações frente à nação, a saber o quão errados estão seus opressores. Levem nosso povo não à paciência eterna, como até agora faziam nossos padres, mas à eliminação da violência e da opressão. Nosso povo foi criado para viver na escravidão? Deve sofrer eternamente golpes de chicote como gado? O poder deve ser eliminado pelo poder!” (VRCHOVSKÝ *apud* KOVÁČ, 1998, p. 105).

⁹Este movimento pode ser inserido no âmbito de vários outros movimentos “jovens”, fundados na Europa a partir da década de 1830 e inspirados por Giuseppe Mazzini, todos de importância simbólica fundamental (HOBSBAWM, 2007).

Ou seja, as propostas normativas de cunho político ficavam cada vez mais claras e explícitas, do mesmo modo que as tentativas de ampliação das bases do movimento. É justamente aqui que podemos averiguar a passagem da “fase A” à “fase B” de Hroch (1971), graças à formação de um grupo nacionalmente ativo, que visava a disseminação da consciência nacional em esferas cada vez mais amplas, ao mesmo tempo que reivindicava determinados direitos (geralmente políticos).

Entrementes, aumentava a hegemonia de Lajos Kossuth no âmbito do Movimento de Reforma Magiar (e, consequentemente, no movimento nacional húngaro como um todo, do qual o Movimento tornou-se a vanguarda), aglutinando ao seu redor grupos cada vez mais amplos da sociedade e, especialmente graças ao apoio da nobreza, contando também com a influência da Dieta¹⁰. Assim, com a crescente ampliação das bases do movimento de unificação húngara, formava-se também a estrutura legislativa na qual a magiarização se amparava. As primeiras leis que diferenciavam o status da língua magiar em detrimento de outras línguas “nacionais” no país foram aprovadas e promulgadas ainda no final do século XVIII, como vimos no capítulo anterior. Até a década de 1840, o magiar se tornara matéria obrigatória em todas as escolas na Hungria, língua oficial dos trâmites legais e administrativos (todos os despachos, resoluções e decisões tanto das cortes, como da administração, assim como a comunicação entre e com estes órgãos, eram feitos em magiar), sendo seu conhecimento obrigatório para o exercício de qualquer função pública e, mais tarde, para o exercício da advocacia. Entre os anos de 1839 e 1840, a obrigatoriedade linguística tornou-se imperativa também nos serviços religiosos e nos assuntos clericais oficiais em geral (ŠPIESZ, 1992). Contudo, nem todos os integrantes do movimento nacional húngaro apoiavam essa drástica magiarização. Setores em torno do fundador do Movimento de Reforma Magiar, Széchenyi, por exemplo, criticavam essas medidas. Ao mesmo tempo, porém, não estavam contra a magiarização em si, apenas acreditavam que ela deveria se dar de forma natural, pela gradual assimilação das outras nações (ANDERSON, 1983).

¹⁰ Forma-se aqui uma curiosa união entre elementos liberais e a nobreza. Os principais portadores e defensores da ideologia liberal neste sentido na Hungria foram a baixa nobreza, a burguesia e os intelectuais. A grande nobreza, por sua vez, apesar de satisfeita com o conservadorismo político do governo, não concordava com a crescente centralização. Assim, consolidou-se na Hungria uma coalizão de liberais e magnatas, mais ou menos imbuídos de ideais nacionais ou ao menos um repúdio ao governo central em comum, que visava a separação da Áustria e uma Hungria independente (ANDERSON, 1983).

A princípio, a reação a essa atividade legislativa foi bastante restrita nos meios eslovacos, limitando-se às já citadas “apologias”, ou defesas dos direitos da nação eslovaca, geralmente publicadas na imprensa estrangeira¹¹. Porém, com a crescente atividade do grupo de Štúr (e com a volta dele da Alemanha), o movimento nacional passou a cogitar a elaboração de um protesto formal, acrescido de uma lista de reivindicações da nação. Como a Dieta Húngara estava sob o controle do movimento magiar, a opção foi apresentar o dito protesto diretamente ao governo central. Um documento deste cunho foi elaborado por Štúr e encaminhado ao chanceler Metternich em 4 de junho de 1842 (ŠKVARNA, 2005, p. 96). Não refletindo fielmente as várias tendências e conflitos presentes no movimento nacional da época, o documento reclamava apenas reformas linguísticas e educacionais. Basicamente, reivindicava a proteção direta pelo Imperador da língua e das escolas eslovacas (ao mesmo tempo que demandava a criação de um departamento específico para os estudos da língua eslovaca na Universidade de Buda) e o apontamento de um censor específico para livros em eslovaco (já que a censura húngara, ora intencionalmente, mas por vezes pelo simples desconhecimento da língua, impedia constantemente a publicação dos ditos livros). Notável também foi a exigência de retomada da obrigatoriedade do latim como língua religiosa, no lugar do magiar recém-legalizado.

Uma vez negadas essas reivindicações, a única implicação prática deste documento foi a acirrada reação do movimento magiar. É interessante notar que os autores do dito documento eram, em sua maioria, protestantes, sendo suas atividades logo em seguida taxadas de alta-traição pela Convenção Geral do Clero Protestante da Hungria. Esta, inclusive, montou uma comissão para investigar o ocorrido, a qual, uma vez apurados os fatos, optou por expulsar Štúr do corpo docente do liceu de Bratislava, apesar de protestos de estudantes e professores (ŠPIESZ, 1992).

Ou seja, logo ficou claro que a mera publicação de apologias não resolveria o problema nacional, que seria necessário reformar drasticamente o movimento, seus objetivos e suas reivindicações. O primeiro passo era unir de uma vez por todas os dois campos confessionais, católicos e protestantes, que formavam as duas vertentes do movimento

¹¹ A exemplo do artigo de Samuel Hojc, *Sollen wir magyarren werden?* (“Temos de nos tornar magiares?”), publicado em 1833 (ŠPIESZ, 1992) entre inúmeros outros.

nacional eslovaco. Com isso, a fim sanar as diferenças e construir um novo movimento nacional, Ľudovít Štúr logo chegou à mesma conclusão que Bernolák quase meio século antes – era necessário codificar definitivamente a língua eslovaca, torná-la um instrumento aceito e usado por toda a nação. A questão linguística teria de ser resolvida também como um dos pré-requisitos fundamentais (se não o mais fundamental) comumente tidos como necessários para se almejar o status de nação nesta época, sendo que uma nova codificação fazia-se necessária inclusive pela inadequação das línguas usadas no território eslovaco até então. Ao eslovaco de Bernolák faltava um uso prático, cotidiano mais difundido e dentre as opções linguísticas protestantes, o tcheco eslovaquizado se mostrava por demais artificial e o tcheco bíblico arcaico em demasia. Por sua vez, a língua cultural da Eslováquia Central não tinha ainda abrangência suficiente (PAULINY, 1983). Assim, uma língua nova, não artificial ou apenas intelectual, que abrangeria toda a extensão territorial eslovaca, tornava-se necessária, inclusive para aproximar o movimento nacional da população – principalmente dos camponeses – e disseminar de forma mais homogênea os avanços culturais da nação.

Enquanto Bernolák tomara por base à sua codificação a língua cultural da Eslováquia Ocidental (que se mostrou demasiadamente próxima do tcheco e teve pouca penetração em outras regiões do país) Štúr, por sua vez, utilizou para tal a outra língua cultural de relevo na região – o eslovaco central. Desde o começo, salientou a maior facilidade de compreensão dessa língua na Eslováquia como um todo, o que aumentava significativamente seu poder de penetração e sua força integradora. Essa escolha foi aclamada não somente por seus pares entre os jovens intelectuais protestantes, mas também pelos católicos, defensores do eslovaco de Bernolák¹². A codificação definitiva foi finalizada no ano de 1846, com a publicação de duas obras de Štúr: *Nárečja slovenskuo alebo potreba pisaňja v tomto nárečí* (“A língua eslovaca, ou a necessidade de se escrever nessa língua”) e *Slovenská Gramatika* (“Gramática Eslovaca”) (PAULINY, 1983). Apesar de passar por várias mudanças e reformas (referentes principalmente a normas de escrita) as bases linguísticas lançadas por Štúr nesses escritos permanecem até os dias de hoje. Ou seja, foi somente com essa nova codificação que se formaram as condições necessárias à definitiva unificação programática de católicos e protestantes no âmbito do movimento nacional. Essa união foi consagrada em assembléia da

¹² Em especial, é notável o encontro com o poeta Ján Hollý, principal defensor do uso da língua de Bernolák, que se tornou um dos marcos na mitologia da construção nacional eslovaca.

sociedade *Tatrín*¹³ no verão de 1847, pela participação de vários defensores do eslovaco de Bernolák.

Todavia, esse novo desenvolvimento teve inúmeros críticos e opositores – não se tratando necessariamente ou exclusivamente do movimento nacional húngaro. O maior crítico da nova codificação foi Ján Kollár que, em conjunto com os nacionalistas tchecos, acusava Štúr de enfraquecer e fragmentar as forças nacionais. No caso, o grupo de Kollár continuava a defender as idéias pan-eslavas de união entre tchecos e eslovacos, com um clamor pela criação e codificação de uma única língua para ambos. Štúr, por sua vez, retrucava que a nova língua não era de forma alguma um meio de ataque ao movimento nacional ou aos interesses tchecos, frisando repetidas vezes a real necessidade de manutenção de boas relações e da cooperação entre os dois movimentos¹⁴.

O aspecto monolítico da reação conservadora na Europa da primeira metade do século XIX escondia, na verdade, uma série de conflitos e insatisfações populares, que finalmente eclodiram na França e na Polônia em 1848 (HOBSBAWM, 2007). Ao mesmo tempo, reivindicações de mudança e reformas ganhavam força também na Hungria, onde a resolução de três problemas era vista como imprescindível: 1 – extinção do centralismo burocrático de Metternich (não somente pelo seu caráter conservador, mas principalmente por ignorar e suprimir as recorrentes questões de autonomia da Hungria); 2 – reforma ou extinção do sistema feudal (como já foi frisado anteriormente, o sistema feudal tornou-se um freio do desenvolvimento industrial, responsável pela queda de produtividade e por frequentes revoltas camponesas); 3 – resolução das questões nacionais, cada vez mais prementes numa Hungria multi-étnica (as nações em formação começavam a fazer reivindicações linguísticas, educacionais e culturais, principalmente frente à crescente magiarização no âmbito da construção utópica de uma Hungria uni-nacional). A defesa dessas reformas e a insatisfação com o *status quo* por parte de amplos setores das elites (nobreza, burguesia, classes intelectuais) marcou a peculiaridade do caso húngaro frente a outros países europeus. Essa

¹³ Formada em 1844 como uma associação dos “amantes da vida e da nação eslovacas” (ŠPIESZ, 1992).

¹⁴ “Poderão alguns pensar que queremos nos separar dos tchecos, mas que Deus nos proteja de tal separação. Aquele que hoje se separa de seus irmãos, tomará responsabilidade por isso frente à nossa nação. Nessa união com eles queremos permanecer, tudo de excepcional que eles fizerem queremos imitar, com eles nessa ligação espiritual permanecer e aquilo de bom que poderemos fazer para eles, queremos fazer e esperamos que eles façam o mesmo.” (*apud* KOVÁČ, 1998, p. 110).

combinação de forças teve um potencial revolucionário significativo, focado na separação da Áustria e na criação de uma Hungria independente e magiar.

Neste meio tempo, o grupo liderado por Štúr, visando ampliar as bases do movimento nacional (que continuava sendo de interesse apenas de alguns intelectuais eclesiásticos), passou a trabalhar pela disseminação dos ideais nacionais entre a população¹⁵. Foram criadas várias associações populares, distribuía-se livros e trabalhou-se ativamente na instrução do povo mais simples. Gradualmente, o grupo de Štúr conquistava, além de intelectuais, setores das classes médias e até mesmo camponeses para a causa nacional. Pouco antes da revolução de 1848, a questão eslovaca transformava-se em uma questão política. As reivindicações nacionais evoluíram de elementos apenas linguísticos e culturais para a exigência de emancipação da Eslováquia dentro do Império. Como esse reconhecimento acarretaria uma descentralização nacional no âmbito da Hungria, não é de se surpreender que essas reivindicações batiam de frente com os interesses do movimento magiar. É interessante notar, que além de exigências próprias à nação eslovaca, o movimento defendia causas de interesse “universal”, como o fim do regime feudal (principalmente para atrair mais camponeses à causa) e medidas democráticas radicais, como o sufrágio universal, a liberdade de imprensa e a liberdade de organização política¹⁶. Essas e outras idéias afins passaram a ser defendidas por Štúr também na Dieta Húngara à qual foi eleito deputado em 1847 (ŠKVARNA, 2005, p. 98).

Dessa forma, podemos constatar que o movimento nacional eslovaco passara, neste período, por uma definitiva transição qualitativa e quantitativa. Qualitativa, fundamentalmente, em relação aos fins do movimento, passando à defesa de reivindicações de cunho político. Neste sentido, os ativistas nacionais não mais tinham por intenção apenas o estudo dos elementos linguísticos e culturais da nação, mas partiam de uma legítima preocupação com as desigualdades social e política, que confluía com diferenças nacionais.

¹⁵ Essas atividades ficaram conhecidas em eslovaco como “*drobná práca s ľudom*”, literalmente “pequeno trabalho entre o povo”. Ou seja, trata-se de contatos diretos com as massas, sua instrução e conscientização por vários meios. Essa estratégia de trabalho marcaria os esforços do movimento nacional eslovaco no decorrer de todo o seu desenvolvimento e a consolidação de uma base cultural eminentemente eslovaca.

¹⁶ A presença dessas reivindicações vai de encontro com as afirmações de Hobsbawm sobre os grupos “jovens” de entusiastas nacionais. No caso, “(...) tinham uma tática, uma estratégia e um programa político muito semelhantes (...). Seus membros não viam qualquer contradição entre suas próprias exigências e as dos movimentos de outras nações e, de fato, pretendiam uma fraternidade de todos, libertando-se simultaneamente.” (HOBSBAWM, 2007, p. 190).

Dessa forma, as reivindicações de reformas sociais e políticas (liberalizantes e democratizantes) vinham sempre atreladas àquelas de igualdade nacional. Em relação à transição quantitativa, essa pode ser apreendida pelo significativo aumento no número de participantes ativos do movimento. Além da contínua e predominante presença do clero intelectual, também professores e estudantes passam a integrar suas fileiras.

O papel do clero no movimento nacional tinha relação direta com sua posição no âmbito da sociedade em geral. O fato de a maior parte dos sacerdotes viver em contato íntimo com membros das classes populares aumentava suas possibilidades de disseminação da consciência nacional. Desse modo, um dos traços fundamentais de um clérigo era o conhecimento da língua da população no âmbito da qual vivia e exercia suas atividades. É interessante notar que os membros do clero (assim como os professores primários, como veremos adiante) tinham uma característica peculiar em relação ao restante dos intelectuais do movimento nacional – neste período, não sofriam pressões de assimilação à nação magiar. Ao mesmo tempo, podemos averiguar que a efetiva participação do clero no movimento começava a diminuir a partir do momento em que este parava de visar apenas reivindicações culturais e linguísticas e concentrava-se nas políticas (na maioria dos casos, os clérigos mantinham-se ideologicamente coerentes com as classes dominantes, sem formular reivindicações sociais e políticas).

Ao falarmos dos professores participantes do movimento nacional, referimo-nos basicamente a duas categorias distintas: professores primários e secundários. No caso dos professores secundários, estes geralmente pertenciam à camada dos eruditos (não somente clericais) ativos notadamente durante a “fase A” de Hroch (1971), sendo seu número no caso eslovaco demasiadamente pequeno. Contudo, sua importância real não deve ser depreendida de sua pequena participação, já que alguns dos principais líderes e dos literatos mais importantes do movimento eslovaco (como o próprio Štúr) provinham justamente desse grupo. Os professores primários formavam um grupo substancialmente maior. Tratava-se de um grupo que, dentre a *intelligentsia*, tinha o menor nível de educação e vivia nas piores condições materiais, mantendo, porém, um certo status privilegiado. Ao mesmo tempo, foi o grupo social de status mais “alto” ao qual um eslovaco podia galgar sem ser assimilado à nação magiar. Gradualmente, com o avanço da secularização e a minguante participação do

clero, esses professores passariam a substituir os sacerdotes do ponto de vista funcional, agindo como elo de comunicação e instrumento de agitação nacional nos campos e entre os setores populares.

Por fim, o crescente número de estudantes participantes do movimento pode ser explicado, inicialmente, pela disseminação do ensino formal após as reformas educacionais de meados do século XVIII e, ao mesmo tempo, pela crescente conscientização dos eruditos e professores no mesmo período. No mais, a concentração e a comunicação intensivas no seu próprio meio são vistos por Hroch (1971) como cruciais para a difusão do ideário nacional entre os estudantes. Todavia, qualificar adequadamente o grupo estudantil do âmbito do movimento é assaz complexo. Ao taxarmos dado indivíduo de estudante, não nos referimos à profissão que ele irá exercer pelo resto da vida, mas apenas ao seu preparo para exercer dada profissão. Assim, ao analisarmos a participação estudantil no movimento nacional temos que levar em consideração seu duplo caráter – ao mesmo tempo que o estudantes faziam parte de um grupo específico, este grupo incluía significativas diferenciações internas (área de estudo, origem social etc). De qualquer forma, além da importância “quantitativa” dos estudantes no movimento, foi crucial a importância dos meios universitários (ou ginasiais) para a organização de atividades patrióticas e difusão de idéias nacionais (HROCH, 1986).

Por fim, os conflitos internos, as insatisfações e as reivindicações nacionais atingiram seu ápice em 1848. O principal impulso veio a partir de uma combinação de fatores internos (recorrente crise econômica e uma péssima colheita, seguida de uma onda de fome em 1847) e externos (“Primavera dos Povos”¹⁷) favoráveis à revolução. Esta teve início em março de 1848 em Praga, e logo se espalhou para Viena e Bratislava. Enquanto o levante em Viena forçou à resignação o chanceler Metternich, acabando com o regime absolutista e abrindo caminho a uma monarquia constitucional, a Dieta em Bratislava aprovava as primeiras das chamadas “Leis de Março”¹⁸. Defendidas pelo Movimento de Reforma Magiar e, em grande

¹⁷ Revolução generalizada na Europa inteira, decorrente de insatisfações ligadas aos regimes reacionários instaurados após o Congresso de Viena. Todavia, os programas revolucionários de cada país diferiam significativamente (HOBSBAWM, 2007).

¹⁸ Štúr, presente nas sessões, publicou a seguinte avaliação dos acontecimentos: “Também na nossa pátria se deram mudanças progressistas inesperadas. (...) O sistema feudal, que oprimia nosso povo mais que as prisões egípcias nas quais sofriam os judeus, acabou! Não mais o nosso povo precisará aguardar, com sua modesta colheita, o capricho do senhor ao tirar-lhe a melhor parte de sua produção. (...) Tudo isso foi extinto e jogado no

parte, também pelo grupo Štúr, estas leis praticamente extinguíam o sistema feudal na Hungria (ao menos formalmente). Do mesmo modo, garantiam as principais liberdades e direitos civis e instituíam um sistema de representação popular – contudo, o sufrágio permanecia restrito por qualificações econômicas e educacionais¹⁹. Reforçavam também a independência do reino frente a Viena, restringindo as prerrogativas do governo central em prol da Dieta. Entretanto, essas leis não contemplavam de forma alguma a questão nacional, postulando a unicidade da Hungria e o magiar como a única língua oficial.

Uma vez declaradas as Leis de Março, a “nobreza liberal” do novo governo, encabeçada por Lajos Kossuth, deixava claro seu programa de unificação tanto política, quanto nacional, ao mesmo tempo que perdia o interesse em aprofundar as reformas democráticas (ŠPIESZ, 1992). Aqui, o movimento nacional eslovaco entrava em conflito com o húngaro não somente nos termos da magiarização, mas também em relação à contínua necessidade de democratização do sistema político. O crescente radicalismo democrático do movimento eslovaco se deveu, provavelmente, à composição social da Eslováquia na época. Enquanto a maior parte da nobreza apoiava o nacionalismo húngaro, as lideranças intelectuais do movimento provinham da classe média e mesmo do campesinato²⁰. Dessa forma, os princípios dos entusiastas nacionais eslovacos iam tanto contra a hegemonia nacional húngara-magiar, como contra a hegemonia classista e socialmente motivada da nobreza húngara. Ou seja, os antagonismos entre os movimentos nacionais húngaro e eslovaco decorriam não somente das distintas concepções nacionais, mas também de diferentes programas sociais e políticos.

A primavera de 1848 na Eslováquia foi marcada por inúmeras assembleias populares, pela elaboração e assinatura de várias petições e pedidos (KOVÁČ, 1998). Podemos constatar, que o trabalho efetuado por Štúr e seus colegas entre o povo obtinha resultados positivos. As reivindicações eslovacas consolidavam-se por praticamente todo o território, mostrando um elevado grau de organização e preparação. Os intelectuais, além da organização e difusão do movimento no âmbito interno, visavam também sua inserção em

mais profundo e eterno abismo. O nosso povo já é livre, já vai se tornar um cidadão deste país, um ser humano.” (apud KOVÁČ, 1998, p. 115)

¹⁹ Apenas 6% da população húngara cumpria esses requisitos (ŠPIESZ, 1992).

²⁰ De fato, de acordo com Hroch (1986), 40% dos ativistas nacionais eslovacos neste período provinham de famílias de pequenos artesãos e comerciantes, 20% de famílias de agricultores e outros 20% do clero.

termos internacionais, orientando-se principalmente ao universo eslavo (continuidade com o ideário pan-eslavo). Essas atividades resultaram na formulação e declaração pública de um programa revolucionário nacional eslovaco, aprovado por assembleia popular em 11 de maio de 1848, sob o título “Pedidos da nação eslovaca”. O reconhecimento da Eslováquia como nação autônoma (com o direito de usar o eslovaco como língua oficial) deveria ser acompanhado da cessão de igual status e direitos a todas as nações da Hungria e sua representação equitativa na Dieta Húngara. Além dessas reivindicações de cunho nacional, a declaração incluía também clamores por reformas democratizantes – sufrágio universal, extinção definitiva do sistema senhorial²¹, assim como a libertação de alguns presos políticos (ŠKVARNA, 2005, p. 100). Os “Pedidos da Nação Eslovaca” são um documento de importância crucial para história do movimento nacional, por se tratar de um programa nacional e político, marcado por significativos elementos democráticos, indo muito além das reformas sugeridas e efetivamente aprovadas pela Dieta Húngara em março de 1848. Ao mesmo tempo, é considerado como o primeiro programa estatal eslovaco, baseado em noções de autonomia e democratização da Hungria.

Contudo, o governo revolucionário húngaro, ao qual os representantes eslovacos enviaram seus “Pedidos da Nação Eslovaca”, recusou-se decididamente a atendê-los. De fato, sua resposta veio na declaração de lei marcial em todo território eslovaco e na expedição de mandados de prisão aos líderes do movimento. Ou seja, o conflito entre eslovacos e húngaros ficava cada vez mais acirrado, ao passo que se externalizavam seus diferentes enfoques revolucionários. Štúr e os outros líderes se refugiaram em Praga, onde participaram da “Assembleia Eslava” organizada pelo movimento nacional tcheco. Aqui, pela primeira vez, retrataram a questão nacional como sendo superior à da unidade estatal, declarando que as nações eslavas tem de lutar por suas reivindicações independentemente do governo austríaco. Porém, ao mesmo tempo, ficou claro que ainda não tinham se desvinculado completamente da Hungria, já que recusaram propostas de fusão com o movimento nacional tcheco. Nas palavras de Hurban: “Se os húngaros nos derem o que nos pertence, não podemos desembainhar a espada contra eles.(...)” (HURBAN *apud* KOVÁČ, 1998, p. 118). No final das contas, a dita Assembleia acatou uma resolução de reivindicações similar às presentes

²¹ Mesmo com o fim do sistema feudal, um vasto número de camponeses continuava insatisfeito – suas condições de exploração, *a priori* regidas por outros tipos de relação senhorial não mudaram.

nos “Pedidos da Nação Eslovaca”, (acrescentando a eles as iguais reivindicações dos Rutenos da Eslováquia Oriental) marcando a luta pela igualdade de direitos de todas as nações e pelas reformas democráticas.

Após o final dessa Assembléia, os líderes do movimento eslovaco se deslocaram a Viena, onde se puseram a reorganizar seus planos de ação. Após uma série de encontros com representantes de outras nacionalidades viventes na Hungria (especialmente croatas e sérvios), optaram por organizar uma resistência armada e obrigar o governo húngaro a acatar suas reivindicações à força. Entre meados de agosto e o começo de setembro, foram criados os primeiros corpos armados de voluntários e, em 16 de setembro de 1848 foi instituído o Conselho Nacional Eslovaco, tido como o mais alto órgão político e militar, sob a liderança de Štúr, Hodža e Hurban (ŠPIESZ, 1992). Aproveitando a eclosão de uma revolta na Croácia, em 19 de setembro, o Conselho Nacional Eslovaco declarou a insurgência contra o governo de Buda e convocou o povo eslovaco a um levante nacional, ao mesmo tempo que enviava os corpos voluntários à Hungria. Uma vez entrando em território eslovaco, estes receberam reforços vindos da Morávia e foram imensamente auxiliados pela população da Eslováquia Ocidental. Nesta região, a “pregação nacional” parece ter tido maior êxito do que na parte Oriental, onde foi notável a presença de camponeses eslovacos no exército húngaro. Todavia, até o final de outubro os destacamentos militares húngaros derrotaram ou expulsaram praticamente todos os voluntários, dando início a um período de perseguição e execução de “patriotas” eslovacos na Hungria. Ao final do ano, o governo revolucionário húngaro controlava praticamente todo o território eslovaco.

Foi justamente neste período, em 3 de outubro, que, após várias reivindicações do governo húngaro²² terem elevado exponencialmente as tensões com o governo central²³, o Imperador optara por dissolver a Dieta, declarar lei marcial em todo território húngaro e apontar um interventor militar como regente. Em resposta, a Dieta afirmou a ilegalidade deste ato e criou um Comitê extraordinário para a defesa da pátria, que agiria como um governo provisório até 1849. Após uma série de reveses e conflitos internos (revolta em Viena contra

²² Ampliação das competências da Dieta, formação de um exército exclusivamente húngaro e emissão de papel-moeda, entre outras.

²³ E após uma turba enfurecida ter assassinado o comissário real e comandante militar da Hungria, Francisco Lamberg, apontado pelo Imperador.

a invasão húngara, fuga da corte à Morávia, abdicação do Imperador²⁴ e, por fim, posse do jovem Francisco José I), o novo Imperador não poupou esforços para subjugar a Hungria revolucionária, inclusive incorporando a segunda expedição voluntária eslovaca aos exércitos imperiais. Na medida em que avançavam, nas cidades conquistadas pelas forças eslovacas uma administração nacional tomava posse. Por sua vez, nas regiões e cidades conquistadas pelos exércitos imperiais, eram apontados responsáveis austriacos, pouco interessados na questão nacional eslovaca.

Mesmo com o reestabelecimento gradual da ordem e das vitórias militares, as reivindicações feitas nos “Pedidos da Nação Eslovaca” estavam longe de se concretizarem. Apesar de negociações contínuas com outras nações do Império (especialmente sobre a questão da federalização, mas atentando-se também para outras possibilidades como a união de todos os eslavos em uma só região administrativa, taxada de concepção austro-eslava, a própria proposta húngara-magiar de uma unicidade da Hungria, além dos clamores de nacionalidades menores por direitos linguísticos e políticos, como era o caso eslovaco), o Imperador proclamava uma nova Constituição²⁵, para a surpresa de muitos. Apesar da confirmação de certas reformas de cunho liberal, uma vez que a nova Constituição não contemplava adequadamente os direitos reivindicados pela nação eslovaca, uma delegação de representantes do movimento nacional eslovaco apresentara a chamada “Petição de Março”, de teor praticamente idêntico aos “Pedidos da Nação Eslovaca”, ao Imperador²⁶. Contudo, principalmente pelo fato de uma solução desse tipo levar a uma descentralização do Império que o governo simplesmente não estava disposto a promover, os pedidos da petição foram negados.

Apesar das sucessivas derrotas, o movimento nacional magiar não se deu por vencido. Em 14 de abril de 1849, Lajos Kossuth declarava a independência plena da Hungria, o

²⁴ Curiosamente, por incapacidade mental. De fato, a ascendência por providência divina na casa dos Habsburgo não era mais a mesma.

²⁵ A Constituição respeitava as novas liberdades e direitos, como a igualdade civil e a extinção da servidão. No demais, era o literal ápice dos esforços da dinastia Habsburgo de criar um Estado unitário sob seu reinado – sendo esta a primeira Constituição que regia sobre todas as partes do Império. Nesse sentido, proclamava a existência de uma única cidadania austríaca para todos, regida por um único código civil e abolia as constituições das outras regiões. Essas ganharam autonomia limitada mas, neste âmbito, a Eslováquia continuava sendo tratada como parte integrante da Hungria – apesar da possibilidade de autonomia ser de fato considerada para o futuro (ŠKVARNA, 2005, p. 221).

²⁶ Por meio desta petição, reivindicava-se a prática separação das terras eslovacas da Hungria pela criação de um Grão-ducado da Eslováquia, dotado de sua própria administração e Dieta (ŠPIESZ, 1992).

destronamento dos Habsburgo e sua própria nomeação como regente do reino. Além de impossibilitar qualquer tipo de acordo com o governo central, essa atitude isolou de vez o movimento magiar das outras nações viventes na Hungria. Do mesmo modo, ao proclamar o destronamento da casa de Habsburgo na Hungria, provocou uma forte reação das forças conservadoras européias, ainda em processo de recuperação das revoluções de 1848. O primeiro a se manifestar foi o czar russo, inclusive oferecendo apoio militar para lidar com a secessão. Foi justamente graças à ajuda de seus exércitos que os revoltosos foram finalmente derrotadas em agosto de 1849 (KOVÁČ, 1998). O governo central aproveitou-se da vitória para consolidar seu poder e reforçar a centralização do Império. Com a extinção da Constituição proclamada alguns meses antes, começava o chamado período “neo-absolutista”, ligado principalmente à figura do chanceler Alexander Bach. Contudo, de forma alguma se tratou de um regresso completo à recente época de Metternich, mais de um meio termo entre a noção tradicional de absolutismo e a vontade de modernizar algumas áreas da vida social, política e econômica. Assim, ao mesmo tempo que algumas reformas revolucionárias foram mantidas (como a abolição da servidão, a igualdade perante a lei, a modernização do judiciário etc), inclusive agregando a elas esforços modernizadores com a fundação de fábricas e construção de estradas de ferro, outros direitos, como a liberdade de expressão, reunião e formação de grupos foram suprimidos. Do mesmo modo, a crescente centralização burocrática (funcionários nomeados pelo governo central substituíam os governantes locais etc) tornava reformas como a federalização do Império, ou alguma forma de autonomia de suas nações impraticáveis, apesar de permanecerem como bases das reivindicações do movimento nacional eslovaco.

Uma vez derrotada a tentativa de secessão de 1849, a Hungria passou a ser governada por uma junta militar indicada pelo próprio Imperador. Apesar de Lajos Kossuth e partes de seu grupo terem se exilado, o governo central continuava tendo que enfrentar a resistência da população magiar (KOVÁČ, 1998). A Hungria foi dividida em cinco distritos (sendo dois deles em território eslovaco), contemplando – a grosso modo – as diferenças étnicas entre as respectivas regiões. Como parte do processo de centralização, o alemão foi declarado língua oficial do Império. Todavia, as línguas locais continuaram sendo usadas nos níveis mais baixos da administração e nas escolas primárias, assim como, pela primeira vez, também nas

escolas secundárias (ginásios). Do mesmo modo, como frisado anteriormente, almejou-se uma centralização e objetivização burocrática, sendo finalmente implantado algum tipo de sistema na condução e administração do Estado. Isso se refletiu principalmente na otimização do poder judiciário, garantindo, pela primeira vez na história, direitos legais reais à população e instauração de uma força policial cuja função primária era proteger os cidadãos, apesar do frequente abuso repressivo (KOVÁČ, 1998).

A permissão e possibilidade de uso de línguas locais na administração e nas escolas primárias e secundárias garantiu, obviamente, o lugar do eslovaco neste meio, o que foi visto como uma espécie de recompensa pelo auxílio prestado ao Imperador na luta contra os magiares – apesar de ele não ter acatado nenhuma das outras reivindicações propostas pelo movimento nacional. Ainda no final de 1849, Ján Kollár foi nomeado conselheiro especial para assuntos eslovacos do Imperador, auxiliando na declaração do “velho eslovaco” (ou seja, a língua tcheca eslovaquizada) como língua oficial da Eslováquia. Essa língua passou a ser utilizada na maior parte das escolas e, obrigatoriamente, em todos os jornais eslovacos (ŠKVARNA, 2005, p. 100). Se comparados com as reivindicações do movimento nacional eslovaco antes da revolução de 48, esses avanços podem ser, de fato, tidos como insignificantes. Contudo, ao mesmo tempo que incentivaram, no mínimo, a futura conscientização nacional pela criação de escolas eslovacas de ensino médio e vários centros culturais, vistos de uma perspectiva histórica, seriam os maiores avanços nos campos linguístico e educacional até o final da 1ª Guerra Mundial.

Porém, ainda estamos em 1849, e os ditos avanços eram vistos com grande desilusão e decepção pelos entusiastas nacionais – o seu fim último continuava sendo a concretização da idéia de autonomia política. Apesar de as reivindicações linguísticas e educacionais terem sido, de certa forma, cumpridas, a base dos “Pedidos da Nação Eslovaca” era justamente a autonomia política e os direitos desta decorrentes, como a própria Dieta e uma certa autarquia. Assim, esses avanços mínimos eram tidos como engodo insubstancial e estavam longe de satisfazer os integrantes do movimento nacional. Com essa crescente decepção e desilusão, e graças à renovada influência de Kollár (principalmente pela sua nova posição no governo), ampliaram e destacaram-se as cisões e os conflitos no âmago do movimento – parte de seus integrantes voltou à defesa do tcheco como língua oficial e às noções de

“tchecoslovaquismo” (PEKNÍK, 2000). De qualquer forma, graças a algumas reformas no eslovaco de Štúr, efetuadas em 1852 (tornando-a mais parecida à língua tcheca, principalmente na parte escrita) e aprovadas em assembléia por alguns dos principais intelectuais do movimento nacional, esta língua passou a se disseminar gradualmente como a mais aceita no território (KOVÁČ, 1998).

Ao passo que o grupo em volta de Kollár buscava os elementos positivos da centralização (como a proteção frente aos interesses e avanços magiares), Štúr resignava à idéia de federalização, ressentido pela fraqueza e falta de união das nações eslavas do Império Habsburgo que, de fato, só teriam a ganhar se tal proposta fosse aprovada. A solução, mais uma vez, ao menos a seu ver, estava na busca por apoio e inspiração em terras estrangeiras, notadamente na Rússia. Conseguindo Štúr difundir-lo, este sentimento logo gerou um crescente interesse pela política externa do Império, principalmente como meio de alcançar algumas das reivindicações políticas. Partidários do movimento nacional mostravam-se cada vez mais críticos às ações do governo central, acusando-o de ingratidão frente à Rússia e ao seu papel na supressão da revolução húngara – a não participação da Áustria na Guerra da Criméia entre 1853 e 1856 causou grande repercussão nesse sentido. Essa insatisfação com as atitudes do governo, combinada com uma exaltação pouco crítica do papel da Rússia no futuro das nações eslavas (que, afinal, renasceriam como uma grande nação eslava das cinzas dos impérios Habsburgo e Otomano) marcaram presença na última obra de Ľudovít Štúr “*Slovanstvo a svet budúcnosti*” (“O eslavismo e o mundo do futuro”), publicada originalmente em russo no ano de 1867 e traduzida para o eslovaco somente em 1993. Porém, Štúr não viu sequer a publicação russa, falecendo em 1856 após um acidente de caça. Sua morte foi vista como uma representação simbólica da difícil situação dentro do movimento nacional e das complicações que ainda estavam por vir (ŠPIESZ, 1992).

O desenrolar dos fatos até 1859 veio a confirmar, de certa forma, as esperanças do movimento nacional de que mudanças políticas só seriam possíveis com transformações substanciais no contexto internacional. Este ano viu mais um fracasso militar da Áustria, dessa vez frente aos exércitos da Sardenha (auxiliados pela França de Napoleão III), que lutavam pela independência e unificação da Itália. Essa derrota somente agravou a crise interna do Império, sendo que mesmo a repressão policial não conseguia mais conter os

ânimos do povo (KOVÁČ, 1998). Apontado como principal responsável pela situação lamentável, o chanceler Alexander Bach foi exonerado, e o governo se mostrou disposto a efetuar algumas reformas. Com o fim do “neo-absolutismo” e um relaxamento na conjuntura política, as nações do Império (inclusive a eslovaca) mais uma vez retomavam a luta pelas reivindicações não cumpridas durante os anos revolucionários.

No conflito com a Sardenha, como em outros protagonizados pelo Império, ficou patente a ingenuidade com a qual os entusiastas nacionais eslovacos enxergavam o desenrolar da situação e suas próprias perspectivas como nação eslovaca. Essa ingenuidade se expressava principalmente por meio de atitudes “anti-patrióticas” – anti-austriacas. Um editorial da revista *Priateľ' Ludu* (“Amigo do Povo”) durante a guerra, por exemplo, admitiu publicamente que: “Foi neste momento que sentimos a maior felicidade nos nossos corações, quando ouvimos os boatos sobre a derrota de nossos irmãos, filhos e compatriotas frente aos italianos” (*apud* KOVÁČ, 1998, p. 127). Neste sentido, praticamente todos os conflitos europeus do período eram interpretados como avanços do princípio nacional, potenciais libertadores de povos e, especialmente, da nação eslovaca. Apesar desse tipo de sentimento ter se difundido após as guerras de independência italiana, logo o real estado das coisas se impôs. Os eslovacos estavam sozinhos num Império multi-nacional pouco disposto a relaxar a centralização, constantemente ameaçados por avanços magiares, sendo pouco provável o aparecimento de algum messias estrangeiro que resolvesse de uma hora para a outra todas as aflições do povo. Assim, o movimento voltou gradualmente às antigas estratégias, elaborando petições, abaixo-assinados e memorandos. Estes incluíam desde reivindicações mínimas, como o reforço dos direitos linguísticas e educacionais, até aquelas pendentes desde 1848, especialmente a autonomia da Eslováquia no âmbito da Hungria (ŠPIESZ, 1992).

De qualquer forma, com a queda de Bach, a Dieta Imperial em Viena ficou incumbida de elaborar uma nova Constituição para o país. De início, o governo mostrava-se favorável a algumas concessões nacionais mínimas, principalmente no que tange à questão linguística (equiparação do alemão, magiar e eslovaco no uso administrativo, por exemplo) que, porém, especialmente devido a pressões por parte da nobreza húngara-magiar, foram logo descartadas (KOVÁČ, 1998). Apesar de não da mesma forma que a imaginava o movimento nacional eslovaco, uma das reivindicações cumpridas foi a descentralização do Império.

Neste sentido, efetuou-se uma federalização, contemplando apenas as “nações históricas” – ou seja, nações pequenas, como a eslovaca, continuavam sob domínio externo. No começo de 1861 fora reinstituída a Dieta Húngara, com plena autoridade sobre assuntos internos da região. Este novo governo húngaro provaria ser fortemente influenciado pelo ideário nacional magiar, ao mesmo tempo que ainda inconformado com a derrota da revolução de 12 anos atrás (KOVÁČ, 1998). Neste sentido, entendeu a descentralização político-administrativa como uma oportunidade de reviver a idéia de unificação nacional húngara, inclusive a magiarização das nações divergentes.

Independentemente das reais intenções e características posteriores desta nova Dieta, a possibilidade de participação nela foi objeto de eleições ainda no mesmo ano. Neste sentido, os integrantes do movimento nacional eslovaco intensificaram suas atividades, convencidos da necessidade de garantir alguma representação na assembléia. Por mais que estivessem cientes de que, mesmo eleitos, seus representantes provavelmente não iriam ter peso político para angariar apoio suficiente às reivindicações do movimento nacional, ao menos teriam a oportunidade de discuti-las publicamente. Entretanto, apesar de este período ser considerado um dos de maior atividade nacional desde 1848²⁷, manobras escusas e manipulação aberta por parte dos oficiais magiares fizeram com que a Eslováquia não tivesse um representante sequer na Dieta (ŠKVARNA, 2005, p. 104).

Frente a essa situação, o movimento nacional optou por mudar de abordagem, convocando uma “assembléia eslovaca” com o fim de debater as reivindicações, perspectivas e planos do movimento. Essa assembléia se deu nos dias 6 e 7 de junho de 1861, na cidade de Martin, contando com a presença de grande parte dos principais líderes do movimento, assim como com uma forte participação popular (no total, em torno de cinco mil pessoas) (ŠKVARNA, 2005, p. 105). Neste contexto, o programa político da nação eslovaca foi reformulado e, posteriormente, acatado sob grandes ovações. Conhecido como “Memorando da Nação Eslovaca”, sua principal reivindicação, baseada em princípios jusnaturalistas e de

²⁷ Foram publicados alguns dos documentos mais importantes e representativos do movimento nacional, como a brochura *Hlas so Slovenska* escrita por Marko Daxner e enviada a todas as figuras de relevo no movimento, na qual o autor claramente defende a supremacia do princípio nacional – “(...) nós aceitamos este Estado [a Hungria] somente até o ponto no qual nós próprios nele encontramos aceitação.” (*apud* Kováč, 1998, p. 129). Do mesmo modo, foram criados vários jornais e revistas de orientação nacional, como o *Pešťbudínske Vedomosti*.

igualdade de todas as nações, era a aceitação do status de nação particular e autônoma da Eslováquia. Ao mesmo tempo que admitia a integridade territorial da Hungria e a necessidade prática para o uso da língua magiar, recusava veementemente a elevação dos magiares e de sua língua em detrimentos das outras nacionalidades. Reivindicava a criação de uma “Província Eslovaca”, na qual a administração, as cortes e as escolas utilizariam a língua eslovaca, e também a criação de um departamento de língua eslovaca na Universidade de Buda, assim como apoio estatal às organizações culturais da nação. Por fim, exigia uma representação proporcional aos eslovacos na Dieta Húngara. Uma delegação de representantes eleitos na assembléia apresentou o Memorando à Dieta Húngara, a qual, contudo, não teve tempo de analisar a proposta, já que fora mais uma vez dissolvida pelo Imperador em agosto de 1861²⁸ (HROCH, 1977). Em seguida, uma versão modificada do Memorando fora apresentada ao próprio Francisco José I, que, por sua vez, encaminhou-o aos órgãos do novo governo provisório húngaro, onde foi completamente ignorado. Apesar de mais este fracasso, as reivindicações nacionais formuladas no programa do Memorando permaneceram como o programa político eslovaco fundamental até a 1ª Guerra Mundial.

Como vimos, tanto durante, como após o período neo-absolutista, o movimento nacional eslovaco não galgou significativos avanços políticos, uma vez que as reivindicações de autonomia apresentadas nos principais manifestos da nação (Pedidos da nação Eslovaca e o Memorando) não foram sequer consideradas pelas autoridades. Contudo, isso não implica dizer que a nação eslovaca parou de se desenvolver e não obteve qualquer tipo de avanço neste período – muito pelo contrário. O fato de ser efetivamente possível elaborar um programa político, aceito por grande parte dos integrantes do movimento nacional (no caso do Memorando, ao menos), denota uma substancial evolução. Apesar de algumas poucas (mas contínuas) contendas, principalmente no que tange à questão linguística, a crescente comunidade nacional foi capaz de superar grande parte de suas diferenças e entrar em acordo sobre a real necessidade de autonomia política – não mais apenas linguística e cultural – da nação. No que tange à ampliação das bases da comunidade nacional, é justamente neste período que ela passa a contar com uma maior participação camponesa.

²⁸ Especialmente devido à volta de sentimentos anti-Viena na assembléia, que cogitava mesmo a retomada dos esforços revolucionários de 48 (ŠKVARNA, 2005, p. 104).

A princípio, podemos asseverar que o campesinato formava o substrato étnico de todas as nações em formação, sendo que sua resistência às tentativas de assimilação linguística foi crucial ao desenvolvimento de um movimento nacional *per se*. Eram justamente os camponeses que, de fato, falavam a língua eslovaca mais “pura”, não sofrendo qualquer pressão de assimilação magiar. Contudo, o movimento nacional, como parte do processo da revolução burguesa, visava mudanças não somente econômicas e sociais, mas também psicológicas e sociais, sendo estas completamente estranhas ao campesinato, que continuava no seu modo de vida tradicional e patriarcal. Assim, até este ponto ele serviu quase que exclusivamente como um objeto do movimento nacional, e isso em dois sentidos. Primeiramente, como objeto romântico de inspiração literária, sendo justamente o repositório de tudo que é puro e substancial na vida da nação, característico dos primeiros estudos acadêmicos, literários e folclóricos que deram origem ao movimento nacional. Em segundo lugar, como objeto já do movimento em si, instigado continuamente a “despertar” à consciência nacional pelos principais ativistas. Ou seja, de qualquer forma, o campesinato ainda não era realmente um sujeito da nação. Seria-o somente com o fim da servidão e da dependência feudal ou com a consolidação dos avanços da revolução política burguesa – em ambos os casos, referimo-nos aos anos de 1848 e 1849 na Hungria.

Se comparado com outras camadas, o campesinato adentra o movimento nacional relativamente tarde, à medida que consegue formular e inserir suas reivindicações materiais no âmbito do movimento nacional em geral (HROCH, 1986). Por sua vez, essa gradual identificação com os objetivos do movimento nacional é possível somente com um maior grau de instrução (visada pelos ativistas nacionais apenas a partir da efetiva instauração dos interesses da “revolução burguesa”), que mostraria ao camponês a relação existente entre a ideologia nacional e seus próprios interesses materiais. Assim, a adesão dos camponeses ao movimento nacional geralmente foi maior nas regiões em que essa instrução obteve maior êxito, o que podemos averiguar, por exemplo, pelo maior ou menor apoio dado aos voluntários eslovacos nas lutas contra a revolução húngara (maior na Eslováquia Ocidental, menor na Oriental). De qualquer forma, como vimos, a cultura e a educação foram as áreas que mais cresceram desde a supressão da revolução, já que o sistema centralizador instaurado se focava quase que exclusivamente nas questões políticas, inclusive protegendo a

Eslováquia da onda de magiarização. Isso, naturalmente, favorecia as possibilidades e os esforços de conscientização nacional (não apenas dos camponeses). Além da fundação de várias escolas e da volta de uma língua eslovaca (mesmo sendo, na verdade, tcheca) como língua de ensino nas escolas primárias e secundárias, foram publicadas inúmeras obras e formadas várias novas associações culturais, ao mesmo tempo que estes novos avanços eram integrados ao imaginário cultural da nação.

Foi neste âmbito que, ainda na assembléia que definiu o teor do Memorando, foi apontado um grupo de trabalho responsável pela criação da *Matica slovenská* (algo como “Matriz eslovaca”) – instituição imaginada como o principal centro cultural da nação. O dito grupo de trabalho se aproveitou das condições favoráveis no final de 1861 e, uma vez formuladas as normas de funcionamento do órgão, apresentou o projeto ao governo húngaro. A *Matica Slovenská* foi oficialmente instituída em quatro de agosto 1863, como o ápice das comemorações organizadas pelos mil anos da chegada de Constantino e Metod à Grande Morávia²⁹. A fundação dessa instituição é tida como um dos principais êxitos do movimento nacional eslovaco no século XIX, tendo importância fundamental na posterior disseminação da identidade nacional. Este período mostrou-se excepcionalmente fértil do ponto de vista cultural, justamente graças às atividades exercidas pela *Matica*. Além da publicação da revista *Letopis Matice Slovenskej* (incitando atividades e pesquisas com temas nacionais), passou a organizar comemorações nacionais anuais, que se tornaram uma espécie de vitrine dos avanços culturais da nação e da propagação da cultura popular e do folclore entre os integrantes da nação em si (PAULINY, 1983). Essas comemorações continuaram mesmo depois da extinção dessa instituição.

Já frisamos o fato de a situação interna no Império Habsburgo ser fortemente influenciada pela conjuntura internacional. Esta se mostrava cada vez mais desfavorável – após a derrota frente a italianos e franceses, consolidava-se na Europa outro concorrente de peso às posições austríacas, a Prússia. Os conflitos entre ambas as partes (principalmente em

²⁹ Sua criação foi em grande parte efetivada graças a uma série de campanhas de arrecadação entre o povo, sendo curioso que o próprio Imperador Francisco José contribuiu (com uma quantia de mil florins) para a formação da instituição. O primeiro dirigente da instituição foi o bispo católico Stefan Moyses, sendo a vice-diretoria outorgada ao pastor protestante Karol Kuzmány. Ou seja, tanto oficialmente (de certa forma, ao menos), quanto simbolicamente, as duas correntes confessionais do movimento nacional se uniram mais uma vez, em torno de uma causa comum (KOVÁČ, 1998).

torno da posição de liderança entre os países de ascendência alemã) evoluíram, em 1866, à guerra austro-prussiana, na qual o Império (mais uma vez) sofreu uma catastrófica derrota. Essa derrota apenas acentuou os problemas internos, deflagrando uma série de crises. Não mais sendo capaz de resistir às pressões húngaras³⁰, o governo central viu-se obrigado a ceder e, literalmente, dividir o Império em duas partes autônomas – surgiu, em 1867, o Império dual da Áustria-Hungria (KOVÁČ, 1998). Ambas as partes respondiam ao Imperador e compartilhavam três ministérios (relações exteriores, guerra e finanças) sendo todos os assuntos restantes de prerrogativa exclusiva das respectivas Dietas.

As diferenças de orientação política, nítidas mesmo antes da separação, acentuaram-se ainda mais depois dela. O sistema político austríaco era significativamente mais liberal e aberto à negociação com os vários movimentos nacionais. Enquanto isso, na Hungria, a nobreza continuou mantendo uma série de privilégios no âmbito de um sistema extremamente centralizado, no qual a grande maioria da população estava excluída da vida política³¹(KOVÁČ,1998). A questão nacional passou a ser regida pelas “Leis das Nacionalidades”, aprovadas pela Dieta Húngara em 1868, que praticamente institucionalizaram a noção de unicidade da nação húngara–magiar, abrangendo todos os habitantes do reino, independentemente de sua real língua ou nação de origem. Todas as nações não-magiares (com a notável exceção da Croácia) foram taxadas apenas de “nacionalidades”, com alguns poucos direitos educacionais e culturais. O magiar foi decretado língua oficial do Estado e de todas as esferas da vida pública, enquanto que as línguas locais podiam ser usadas apenas na administração municipal (e isso somente se mais de um quinto de seus membros o requisitasse), nas vilas, nas cortes judiciais e nos serviços religiosos. As comunidades e as igrejas podiam fundar escolas primárias, secundárias e mesmo superiores, inclusive sendo de sua escolha a língua de ensino, enquanto que, nas escolas públicas, essa era de definição exclusiva por parte do ministério da educação. As nacionalidades do reino podiam, ainda, formar associações e sociedades econômicas e culturais. De acordo com o então líder da Dieta, Gyula Andrassy, a Lei das Nacionalidades

³⁰ Reivindicando um novo arranjo constitucional regindo sobre a efetiva autonomia da Hungria frente ao centralismo imperial, em suspensão desde o período neo-absolutista.

³¹ Por exemplo, apenas metade das cadeiras na Dieta era preenchida por meio de eleições de sufrágio limitado; a outra metade era ocupada inicialmente pelos mais ricos e influentes proprietários de terra e, mais tarde, capitalistas industriais e banqueiros (ŠPIESZ, 1992).

concedeu às nações não-magiares todos os direitos que elas reivindicavam ou poderiam vir algum dia a reivindicar, exceto transformar a Hungria em uma federação (ANDERSON, 1983).

Com tudo isso, a situação da nação eslovaca apenas piorou. Por maior que fosse a relutância do governo de Viena em fazer concessões de cunho nacional, ao menos não se mostrava abertamente hostil a aceitar quaisquer direitos que não fossem os da sua própria nação. Assim, controlando todas as instâncias administrativas e a Dieta, o movimento nacional húngaro-magiar finalmente ganhou uma oportunidade de concretizar seu sonho de uma Hungria nacionalmente unificada. As ações magiarizadoras foram reforçadas, sendo de fato negada a existência de qualquer outra nação no reino e taxadas de alta-traição e atentando à pátria húngara quaisquer formas de reivindicação de direitos nacionais, fora as presentes nas Leis das Nacionalidades e, a partir de 1875, mesmo estas.

A partir desse ponto, o processo de magiarização ocorreu em várias fases. A primeira teve início logo depois da divisão do Império e, de forma geral, não acarretou consequências muito graves à nação eslovaca. Inclusive, é possível relatar a criação de duas escolas de ensino médio entre os anos de 1867 e 69 e, principalmente, a aprovação pela Dieta da instituição de duas importantes associações: *Živena* (Associação das mulheres eslovacas) e *Spolok Svatého Vojtecha* (Associação de Santo Adalberto) (PAULINY, 1983). A importância dessas duas organizações reside principalmente no fato de manterem suas atividades de forma ininterrupta até o ano de 1918 – ou seja, mesmo depois que todas as outras associações nacionais foram extintas ou proibidas. Porém, esses foram os últimos êxitos do movimento nacional eslovaco neste período. A criação de novas associações (a dos jovens eslovacos, por exemplo) fora barrada pela Dieta, passando o governo gradualmente a impedir cada vez mais qualquer tipo de manifestação nacional.

Com o *status quo* instaurado após a divisão do Império as divergências e conflitos no âmago do movimento nacional se aprofundaram e se agravaram. Já depois do fracasso da agitação pelo Memorando, podemos averiguar mais uma divisão. Contudo, não se trata mais de diferenças confessionais (aparentemente, superadas à época da criação da *Matica Slovenská*), mas sim de posição frente ao programa político da nação lançado pelo Memorando. Assim, de um lado, estavam os defensores dessa petição em sua integridade,

visando uma negociação direta com o governo de Viena (à revelia da Dieta Húngara). Em oposição, por sua vez, destacou-se uma corrente mais pragmática, que não via com bons olhos a negociação direta com o governo central, preferindo tentar um acordo intra-húngaro com os magiares. Já no contexto pós-divisão, é notável neste sentido a atuação dos partidários da chamada *Nová Škola* (“Nova Escola”), que criticavam a orientação pró-Viena do movimento até então e defendiam a resolução das desavenças nacionais no âmbito da própria Hungria. Visavam um acordo com o movimento magiar (esperando a concessão de ao menos alguns direitos) já que eram contrários a qualquer tipo de autonomia nacional eslovaca e divisão da Hungria. Dessa forma, buscavam aliados na própria oposição magiar. Ou seja, tratava-se de uma corrente mais realista, esperando primeiro consolidar a língua e o próprio sentimento nacional no âmago do povo, para depois, eventualmente, voltar às reivindicações de autonomia e federalização defendidas pelos autores e defensores do Memorando. Por isso criticavam duramente o Memorando e seus autores, principalmente sua idealização da questão nacional e sua orientação exclusiva a Viena ou a algum messias estrangeiro, como a Rússia. Apesar de várias tentativas de negociação e alianças com alguns partidos oposicionistas dispostos a colaborar, as atividades desse grupo não tiveram resultados efetivos, extinguindo-se gradualmente no decorrer da década de 1870 (KOVÁČ, 1998).

Apesar de substanciais esforços eleitorais, apenas três representantes eslovacos conseguiram se eleger à assembléia da Dieta Húngara em 1869 (ŠKVARNA, 2005, p. 106). Por mais que se tratasse de um real avanço em relação à falta de representação anterior, o número continuava muito baixo para permitir aos eslovacos algo mais que simplesmente apresentar queixas formais. Acuada, o movimento nacional passou a se concentrar na defesa e nas tentativas de resguardo da própria existência. Ao mesmo tempo que ressurgiam idéias relacionadas ao pan-eslavismo e à busca de um salvador externo, firmou-se a posição dos memorandistas, devido inclusive ao citado fracasso da “Nova Escola”. As atividades do movimento concentravam-se em torno da *Matica Slovenská*, sendo que a cidade de Martin, onde ficava sua sede, tornou-se o centro da nação eslovaca. Foi também neste contexto que começou a se formar o primeiro partido político oficial eslovaco, o Partido Nacional, cujo programa se baseava quase que exclusivamente nas reivindicações do Memorando. Foi justamente este partido que, apoiando-se na legislação oficial, tentou criar vários novos

grupos e organizações culturais, apesar da resistência e repúdio magiares. Em oposição, as iniciativas magiarizadoras somente cresciam. A educação, tida como área crucial ao desenvolvimento nacional, foi uma das primeiras vítimas, seguida pela cultura. Após ter sido proibida a fundação de novas escolas, extinguiram-se as já existentes, notadamente as três únicas escolas secundárias de ensino em eslovaco (ambas religiosas, sendo duas protestantes e uma católica). Dessa forma, entre 1874 (ano da extinção do Ginásio Evangélico em Martin) e 1918, não havia sequer uma escola secundária eslovaca em toda a Hungria. Por sua vez, o número de escolas primárias de ensino em língua eslovaca caiu de mais de dois mil no começo da década de 1870 para 377 em 1912 (ŠKVARNA, 2005, p. 262). Em 1875, extinguiu-se também a *Matica Slovenská*. Todas as suas propriedades foram confiscadas e, ironicamente, doadas a associações culturais magiares atuantes no território eslovaco. Foi também neste ano que Kálmán Tisza, então primeiro ministro do governo húngaro, declarou em seu discurso inaugural, “(...) não conhecer nem nunca ter ouvido falar de uma nação eslovaca na Hungria.” (apud KOVÁČ, 1998, p. 140).

É justamente com Tisza que, de acordo com Anderson (1983), o nacionalismo oficial magiar começa a retomar forma, sendo seu principal instrumento justamente a magiarização. Como vimos, seu impulso inicial se deu ainda no final do século XVIII, como reação da nobreza húngara à ameaça de centralização administrativa por parte de José II, temendo sua própria marginalização política³². Todavia, foi somente com a derrota da revolução em 1848 (e, conseqüentemente, de um movimento nacional popular de fins liberais, liderado por Kossuth) e a divisão do Império em 1867 (sendo que, durante o período neo-absolutista, as reformas liberais haviam se consolidado e o poder da nobreza era constantemente minado) que os nobres voltaram a exercer influência crucial neste sentido. Inicialmente, setores da nobreza imbuídos de idéias liberais mantiveram uma certa predominância (como o já citado Andrassy, implementando a Lei das Nacionalidades), mas, com a ascensão de Tisza em 1875, os setores mais conservadores e reacionários tomaram seu lugar. Enquanto os grandes magnatas agrícolas mantiveram suas terras³³, a pequena nobreza se propagava na

³² Enquanto a alta nobreza temia perder suas sinecuras, as baixa e média, sua isenção de impostos e o controle sobre seus servos e sobre as comarcas rurais (ANDERSON, 1983)

³³ Não só mantiveram, mas também ampliaram. Se contarmos as terras sob propriedade da Igreja, mais de um terço das propriedades da Hungria estavam sob seu domínio (ANDERSON, 1983, p. 104).

administração. Apesar da centralidade da magiarização linguística, a administração não ficava atrás, sendo que a participação tanto de eslovacos, como de membros de outras nacionalidades neste setor era ínfima (ANDERSON, 1983). Essa contínua preponderância era mantida à base de restrições nas liberdades individuais, manipulação eleitoral e truculência política (principalmente em áreas rurais), sendo que a própria Lei das Nacionalidades tornou-se literalmente letra-morta. É interessante notar que o êxito do nacionalismo oficial da nobreza húngara após 1875 não se deveu apenas à sua própria força ou à liberdade de ação alcançada após a divisão. No caso, o próprio governo de Viena não se sentia à vontade (ao menos, como veremos mais adiante, até 1906) para repreender a nobreza por suas atividades, já que, do modo que a conjuntura se configurara, a Hungria continuava sendo um dos sustentáculos do Império (ANDERSON, 1983).

De fato, o último quarto do século XIX foi o período de maior estagnação do movimento nacional eslovaco desde seus primórdios. Até então, apesar das frequentes e recorrentes dificuldades, o movimento conseguiu desenvolver ao menos a infra-estrutura de uma consciência nacional na população, por meio da disseminação cultural e criação de instituições de ensino e, ao mesmo tempo formular um programa político. Neste sentido, encontrava-se praticamente no limiar entre as “fases” B e C de Hroch (1971), sendo a efetiva transição e massificação do movimento impossibilitada pela divisão do Império e pelas pressões magiarizadoras do nacionalismo oficial húngaro-magiar. Ao mesmo tempo que essa reação conservadora suspendeu alguns dos direitos consolidados pela revolução burguesa de 48, postergou e limitou significativamente os avanços da revolução industrial.

Neste período, a Europa passava por um período sem precedentes de modernização, devido principalmente ao exponencial aumento na produção industrial. Esta modernização afetou também a Hungria, apesar de que em menor grau do que o restante do Império (especialmente as terras austríacas e tchecas). Apesar do lento desenvolvimento industrial e comercial, a Hungria se inseriu no nascente mercado europeu principalmente como exportadora de produtos agrícolas. Um fator de suma importância na industrialização da região fora desde cedo a construção de estradas de ferro. Até o final do século XIX, o território eslovaco já estava conectado ao restante da Europa por trens a vapor, sendo a maior indústria aqui existente justamente a de montagem, manutenção e conserto de locomotivas

(KOVÁČ, 1998). A Eslováquia era, junto com Budapeste, a parte mais industrializada da Hungria. As antigas manufaturas, criadas no começo do século, transformavam-se em fábricas movidas por máquinas a vapor, ao mesmo tempo que surgiam novas indústrias e fábricas. Os principais ramos de desenvolvimento eram a indústria metalúrgica, madeireira, têxtil, assim como a produção de vidro e de papel. Ao mesmo tempo, grande parte do capital gerado era investido na construção de moinhos e de engenhos de açúcar, ou seja, investidos no desenvolvimento da tecnologia agrícola (ŠKVARNA, 2005, p. 250).

Neste sentido, é possível apontar uma contradição entre a necessidade de industrialização sentida pelo governo húngaro e seu programa político de unificação nacional. Ao mesmo tempo que almejava o desenvolvimento industrial, este não deveria, de forma alguma, incentivar ou auxiliar os minguentes movimentos nacionais. Graças a uma série de intervenções oportunas, impedia-se a ulterior criação de uma estrutura industrial de cunho nacional nas várias partes da Hungria, estando todas as indústrias sob o controle do capital húngaro (especialmente devido às crescentes pressões assimiladoras voltadas justamente à classe burguesa). Essas medidas mostraram-se desde cedo como uma “faca de dois gumes” – ao mesmo tempo que, de fato, impediam a criação de uma estrutura industrial com base no capital nacional das nacionalidades não magiares, freava o desenvolvimento econômico do reino como um todo. Assim, o capital eslovaco atuava somente em pequenas casas de empréstimos ou de poupança. O primeiro banco eslovaco, *Tatra*, foi criado somente em 1884 e era uma instituição pequena mesmo para os padrões húngaros (ŠKVARNA, 2005, p. 111).

Apesar da tão esperada e desejada extinção das relações feudais ter finalmente sido alcançada, a agricultura enfrentou uma série de crises neste período, afetando principalmente os camponeses das regiões montanhosas – na sua maioria eslovacos. Esta população continuava vivendo em condições semi-feudais, sendo que contendas judiciais pela libertação dos encargos senhoriais se estenderam até o final do século. Ao mesmo tempo, devido à falta de modernização, à subdivisão exagerada e ao aumento populacional, a quantidade de terra diminuía cada vez mais (ANDERSON, 1983). As condições de pobreza e, em anos de parca colheita, a fome, literalmente expulsavam os camponeses de suas casas, levando-os a buscar subsistência de outras formas ou em outros lugares. Era comum a migração sazonal de

camponeses eslovacos para o sul, onde trabalhavam em terras mais férteis por pagamento *in natura*. Comum também era a procura de trabalho no exterior, onde os camponeses se empregavam como pedreiros e auxiliares de trabalhos manuais em geral, sendo normal encontrar vendedores ambulantes e mascates eslovacos em toda a Europa. Neste sentido, praticamente nada mudou desde o início do século XIX. De qualquer forma, devido a essas crescentes migrações, várias “colônias” eslovacas foram formadas não somente dentro do Império Austro-Húngaro (a maior delas estava em Budapeste, contando com quase cem mil indivíduos ao final do século XIX, setenta mil viviam em terras tchecas e austriacas, sendo que crescia o número de migrantes aos Bálcãs e à Rússia) (KOVÁČ, 1998).

Digna de menção à parte, a migração para o além-mar (principalmente para os Estados Unidos e ao Canadá) aumentou exponencialmente até o fim do século³⁴. A princípio, tratava-se somente de homens, pais de família, que iam à América do Norte atrás de melhores condições de trabalho e mais tarde voltavam à terra natal. Porém, a migração definitiva de famílias inteiras era cada vez mais comum. A região mais afetada por essas ondas migratórias era a Eslováquia Oriental, devido ao seu parco desenvolvimento industrial e às terras menos produtivas. A sua maior parte se concentrou na Pensilvânia, onde trabalhavam como mineiros ou operários nas indústrias do aço (ŠPIESZ, 1992). Os novos migrantes aproveitavam as condições de maior liberdade e logo começaram a se organizar; primeiramente em grupos locais, principalmente paroquiais, mas em pouco tempo começaram a construir casas culturais, escolas e organizações de ajuda mútua. A primeira associação de migrantes eslovacos surgiu em 1890, em Pittsburgh³⁵. A rede de grupos e associações foi se expandido, sendo de fundamental importância a atividade da imprensa nesse processo³⁶.

Ao mesmo tempo que a migração enfraquecia as bases da sociedade eslovaca na Hungria, a crescente organização dos emigrantes nos Estados Unidos dava margem ao crescente apoio da causa nacional vindo de fora. A principal forma de auxílio eram as

³⁴ A Eslováquia figura entre as nações com maior proporção de emigrantes, sendo que somente entre 1880 e 1914, mais de meio milhão deles se estabeleceram nos Estados Unidos (ŠKVARNA, 2005, p. 226).

³⁵ *National Slovak Society*, que visava superar as diferenças religiosas entre os migrantes eslovacos, auxiliar indivíduos com problemas de adaptação e os socialmente fragilizados, assim como reforçar e ampliar a vida nacional na própria Eslováquia (KOVÁČ, 1998).

³⁶ O primeiro jornal, *American-Slovak News (Amerikánsko-slovenské noviny)*, foi fundado em 1886. A princípio, utilizava um dos dialetos da Eslováquia Oriental, passando à língua literária (de Štúr) 4 anos mais tarde. Sua tiragem era de 30 mil exemplares (ŠKVARNA, 2005, p. 111).

frequentes arrecadações beneficentes e o envio dos fundos assim conseguidos à Eslováquia. A atividade de organização eslovaca nos Estados Unidos antes da 1ª Grande Guerra teve seu ápice em 1907, com a criação da “Liga Eslovaca” em Cleveland. O seu papel foi basicamente o de unir e auxiliar os eslovacos viventes nos E.U.A. e, ao mesmo tempo, apoiar o movimento nacional na Hungria.

A estrutura social da Eslováquia passou por mudanças significativas neste final de século. Apesar da maioria da população continuar dependendo exclusivamente da agricultura, aumentou o número de pessoas empregadas em setores como transporte, comércio e indústria. Começou também a surgir uma pequena, mas notável, classe operária. Como na maioria dos países em industrialização (relativamente tardia), os operários viviam em péssimas condições, trabalhando 16 horas por dia e sem nenhuma legislação trabalhista que os apoiasse – as primeiras leis trabalhistas foram instituídas somente no começo do século XX (ŠPIESZ, 1992). Assim, os operários buscavam apoio e auxílio em organizações próprias de ajuda mútua. Com isso, começou a organização da classe operária húngara, que logo começou a formar sindicatos e partidos políticos trabalhistas – a primeira associação partidária surgiu em 1868³⁷, e o Partido Social-Democrata Húngaro somente em 1890³⁸. Porém, tratava-se essencialmente de organizações pan-húngaras, nas quais fissões de cunho nacional surgiriam somente no início do século XX.

Enquanto isso, a classe de maior influência no cenário nacional (social, cultural e politicamente) eslovaco continuava sendo a *intelligentsia* (cada vez mais secularizada). Crescia, contudo, a participação da pequena burguesia – pequenos empresários, artesãos e comerciantes (KOVÁČ, 1998). Como a nobreza eslovaca passou por processos de magiarização já desde meados do século XVIII, a oficialidade húngara centrou seus esforços assimiladores justamente sobre essas duas classes. Essa forma de ação galgou êxito principalmente no caso de funcionários públicos e professores, onde a magiarização estava ligada a oportunidades de crescimento de carreira. Os principais centros da assimilação magiarizadora, com era de se esperar, eram as escolas, sendo assim seus principais alvos os

³⁷ A “Associação Socialista Geral dos Trabalhadores” foi fundada em Pest, por trabalhadores magiares, alemães e eslovacos (ŠKVARNA, 2005, p. 108).

³⁸ Principalmente em resposta à violenta supressão das primeiras demonstrações em massa de trabalhadores na Hungria (reivindicando melhorias sociais e nas condições de trabalho) no mesmo ano (ŠKVARNA, 2005, p. 112).

jovens e as crianças. Além de uma série de leis incentivando a criação de mais escolas magiares e a magiarização das eslovacas, criavam-se também várias organizações civis culturais com esses mesmos fins (é interessante citar ao menos o caso de uma dessas organizações, que chegou a “exportar” crianças eslovacas de algumas regiões para Budapeste).

Independentemente das pressões assimilativas, de acordo com Hroch (1986) tanto o proletariado, quanto a burguesia (seja a grande ou a pequena) nunca tiveram papel determinante nos movimentos nacionais europeus nessa fase de seu desenvolvimento. Apesar de a burguesia ser considerada como a classe crucial e determinante da formação nacional (no âmbito da revolução burguesa e industrial, como a classe que derruba o regime feudal e se auto-identifica com a nação como um todo), se formos defini-la como a classe que detém os meios de produção e vive da mais valia produzida pelo trabalho assalariado, podemos constatar que, tirando alguns casos excepcionais, a burguesia não teve participação relevante nos primórdios de qualquer movimento nacional³⁹. Não encontramos muitos burgueses nem em papéis de “patrocinadores” do movimento, a exemplo das antigas aristocracias. Essa situação mudaria somente com a massificação do movimento (passagem à “fase C”, de Hroch), sendo que, até então, a ascensão à burguesia geralmente implicava na assimilação à nação dominante. No caso, para Hroch (1986), na própria “fase C”, a participação da burguesia é essencial, já que constituiu um dos elementos fundamentais à consolidação da estrutura de classes necessária à plena formação nacional.

De qualquer forma, não podemos identificar a burguesia no movimento nacional com a “burguesia em formação” – artesãos, camponeses, donos de estabelecimentos etc. Estes são caracterizados como pequenos artesãos e pequeno-burgueses os quais, por sua vez, também não tiveram papel relevante nos primórdios do movimento nacional (até por seus propósitos ainda estritamente acadêmicos). Apesar de seu papel posterior no movimento nunca ter sido determinante a ponto de se configurar como seu líder (possíveis remascentes da apoliticidade da burguesia que vivia em permanente opressão e dependência das guildas), isso não implica em sua total irrelevância. De fato, Hroch (1986) constata que as nações que não alcançaram sua formação completa, não contavam com uma grande participação da pequena burguesia no

³⁹ Ao menos no caso das chamadas “nações pequenas” de Hroch (1971), das quais a Eslováquia é um bom exemplo.

movimento nacional. Graças à sua maior aceitação do ideário nacional (se comparada a outras classes, como a burguesa em si ou o proletariado), configurava-se como uma possível portadora da consciência nacional e classe dominante em potencial da nação em formação. Daí também a necessidade de sua assimilação sentida pelo movimento magiar.

Ou seja, pelo que pudemos averiguar, a extinção da *Matica Slovenská* e o fechamento da maior parte das escolas de língua eslovaca apenas marcaram a transformação dos planos de autonomia política dos anos anteriores, numa luta pela própria sobrevivência da nação eslovaca. Por mais que tenham sido desenvolvidas algumas atividades culturais em torno do Partido Nacional (notadamente, a publicação do jornal *Národné Noviny*), sua relevância política continuou praticamente nula. Sem conseguir eleger um representante sequer à Dieta, a partir de 1878, o partido declarava uma espécie de passividade política – em protesto à repressão e às contínuas manipulações eleitorais, não participou do processo de votação praticamente até o fim do século XIX (ŠPIESZ, 1992). O fato de essa resolução não ter provocado qualquer tipo de reação ou impacto no cenário político húngaro por si só demonstra a desoladora situação do movimento.

Além de, mais uma vez, aguardar por mudanças no cenário externo⁴⁰ que possibilitariam avanços na questão nacional frente à desanimadora conjuntura, o movimento nacional eslovaco se focou em negociações visando a cooperação com outros movimentos, igualmente esmagados pela magiarização – particularmente o romeno e o sérvio⁴¹. Entre as formas de cooperação que alcançaram maior êxito estava a eleitoral, pela qual os três movimentos passaram a indicar candidatos únicos, em comum, a fim de concorrer com os magiares em pé de igualdade. Esse tipo de acordo eleitoral alcançou maior sucesso em regiões nacionalmente diversificadas, contando inclusive com o apoio da minoria alemã⁴². Porém, a ação conjunta desses três movimentos que gerou maior repercussão (tanto na

⁴⁰ Neste sentido, enquanto a atividade das organizações emigrantes nos Estados Unidos ainda não estava suficientemente desenvolvida, a Alemanha de Bismarck passou a exercer influência substancial sobre o Império. Contudo, num sentido inesperado pelos movimentos nacionais – Bismarck, de fato, apoiava uma crescente centralização na esperança de assim fortalecer o potencial militar de seu aliado, notadamente às custas das nações menores. Assim, antevia-se uma melhora nas condições nacionais por alguma forma de intervenção russa, especialmente após a Guerra da Criméia e as tentativas de libertação de algumas nações nos Balcãs (KOVÁČ, 1998, p. 140).

⁴¹ A “solidariedade” entre os movimentos fora decretada nas respectivas “Conferências Nacionais” sérvia e romena em 1892 (ŠKVARNA, 2005, p. 112).

⁴² Até então, esta se mostrava passiva frente às propostas de cooperação vindas dos movimentos nacionais eslavos (KOVÁČ, 1998, p. 146).

Hungria, como no exterior) foi a organização do “Congresso das Nacionalidades Não-Magiares”, realizado em Budapeste no ano de 1895. Aqui, 600 delegados (entre eles 200 eslovacos) elaboraram um programa em comum na luta contra a opressão nacional e o regime não-democrático⁴³ (ŠKVARNA, 2005, p. 113). Como era recorrente, o governo húngaro respondeu a essa proposta com a perseguição política dos delegados (inclusive com mandados de prisão e várias medidas restritivas às atividades dos movimentos nacionais participantes). Apesar das contínuas atividades do “Comitê das Nacionalidades”, criado na ocasião, os objetivos almejados não foram alcançados e um novo Congresso se reuniria somente durante a 1ª Guerra Mundial.

Talvez como uma forma de reação às ditas atividades conjuntas, os movimentos nacionais não-magiares na Hungria viram um gradual aumento na ênfase e na abrangência dos esforços magiarizadores. A truculência (perseguição e prisão de ativistas “anti-patrióticos”) vinha acompanhada pela censura da imprensa e de medidas legislativas. Mesmo leis de cunho liberal e modernizador e, portanto, em grande parte benéficas à sociedade como um todo, serviam de incentivo à magiarização. Por exemplo, a lei concernente à criação de creches em 1891 veio condicionada pelo uso da língua magiar nessas instituições. Do mesmo modo, as chamadas leis “clericais-políticas”, que instauravam oficialmente a liberdade religiosa e passavam grande parte das prerrogativas do clero ao Estado (casamento, registro civil etc) acabaram por introduzir o magiar em contextos nos quais eram normalmente utilizadas as respectivas línguas locais (ŠPIESZ, 1992). A ampliação dos esforços magiarizadores neste período se deveu provavelmente (ao menos em grande parte), às “Comemorações do Milênio” de 1896. Estas celebravam os mil anos desde a chegada dos velhos magiares à região⁴⁴. Ao mesmo tempo que as medidas políticas citadas eram impopulares entre as nações oprimidas, gradualmente passaram a incomodar também setores

⁴³ O programa continha 22 pontos que reafirmaram a necessidade de manutenção da integridade da Hungria, mas não sobre o domínio exclusivo dos magiares. Reivindicava a extinção da Lei das Nacionalidades e defendia a igualdade entre todas as nações (com direitos de uso das línguas locais na administração e em assuntos oficiais e a autonomia cada nação no que tange à educação e religião) e uma série de reformas liberais (sufrágio universal, liberdades e direitos civis etc) (ŠKVARNA, 2005, p. 114).

⁴⁴ É curioso notar que, nesta ocasião, foi construída boa parte da cidade de Budapeste (inclusive os castelos medievais e as catedrais barrocas) e inaugurado o primeio metrô do continente europeu. As comemorações em si foram postergadas em três anos devido a atrasos nos preparativos, sendo que a própria Dieta aprovou uma resolução afirmando que, na realidade, os velhos magiares chegaram à região três anos depois do que se supunha originalmente.

mais conservadores da própria nação magiar. Todavia, mesmo com eventuais trocas no poder, do ponto de vista das nacionalidades húngaras estas se mostraram como apenas nominais, não tendo real influência sob suas condições de opressão.

De qualquer modo, sem contar com as renovadas expectativas pan-eslavas de auxílio russo e as tentativas de cooperação com romenos e sérvios na própria Hungria, as maiores esperanças do movimento eslovaco vinham de terras tchecas (KOVÁČ, 1998). Graças a um contexto socio-político infinitamente mais propício ao desenvolvimento nacional, o movimento tcheco encontrava-se em um nível significativamente superior (do ponto de vista qualitativo e quantitativo, tendo, inclusive, passado à “fase C” de Hroch, massificando sua base de apoio) em relação ao eslovaco. Graças à atividade de alguns setores da *intelligentsia* que acompanhavam a complexa situação dos eslovacos na Hungria, crescia o número de notícias e informações nos jornais e mesmo de obras literárias eslovacas publicadas no contexto tcheco. Dessa forma, consolidava-se aqui uma influente camada de “eslovacófilos”, de amantes da Eslováquia. Já no ano 1882, por exemplo, foi criada em Praga a associação *Detvan*, cujo propósito era o de apresentar e disseminar conhecimentos sobre a cultura eslovaca entre a população tcheca⁴⁵.

Foi somente em 1896, entretanto, que foi fundada a organização que viria a se tornar a principal apoiadora e propagadora da cooperação tcheco-eslovaca, assim como fornecedora da ajuda tcheca aos eslovacos, a *Československá Jednota* (“União tcheco-eslava”) (ŠKVARNA, 2005, p. 113). Excetuando-se algumas “falhas técnicas” (como algumas tentativas de retomada da idéia de unificação linguística e, por vezes, um parco entendimento da realidade social eslovaca), essa associação mostrou-se extremamente proativa desde sua criação. Ao mesmo tempo que incentivava estudantes eslovacos (principalmente por meio de bolsas), enviava à Eslováquia várias coleções de livros, criava bibliotecas públicas e publicava obras literárias de autores eslovacos. Foi justamente a *Československá Jednota* que, a partir do ano de 1908, passou a organizar encontros anuais entre representantes políticos, culturais, econômicos e intelectuais tchecos e eslovacos, buscando novas possibilidades de cooperação e aproximação das duas nações. Ou seja, o movimento nacional

⁴⁵ Essa associação foi fundada por estudantes eslovacos da Universidade de Praga. Porém, não se tratou de uma associação estudantil, mas mais de uma associação cultural e educativa, da qual participava boa parte da comunidade eslovaca então estabelecida em Praga (KOVÁČ, 1998).

eslovaco pôde contar com um significativo apoio por parte de seus apoiadores tchecos, principalmente na área cultural. Enquanto isso, questões referentes à cooperação política ou mesmo econômica mostravam-se assaz complexas. No caso político, a incerteza permeando o contexto internacional de um lado, e a própria divisão do Império de outro, tornavam as perspectivas de cooperação no mínimo nebulosas. Já a cooperação econômica mostrava-se improvável devido à ausência de condições adequadas e à presença de uma série de impedimentos à entrada de capital tcheco na Eslováquia. De qualquer forma, a classe intelectual tcheca foi o principal canal pelo qual informações sobre a situação eslovaca na Hungria se espalhavam pela Europa.

A transição do século XIX para o XX acarretou, ao menos na maior parte dos países ocidentais, uma série de transformações não somente na estrutura econômica (industrial), mas primordialmente no estilo de vida da população (graças a substanciais avanços científicos e culturais). Como era de praxe, essas transformações passaram a se difundir com um certo atraso na Hungria, concentrando-se inicialmente no meio urbano. É aqui que se começa a formar o moderno modo de vida burguês, baseado na difusão da eletricidade e de uma série de outras invenções da virada do século. Livros e jornais faziam parte do cotidiano da vida urbana, não estando mais restritos apenas aos intelectuais. Esse novo desenvolvimento passou, naturalmente, a conviver com certas expressões tradicionais, principalmente no que diz respeito à vida cultural. Como a cultura se mantinha como um dos únicos campos com relativa autonomia frente à magiarização (já que as autonomias política ou econômica não vinham ao caso), transformou-se no sustentáculo da vida nacional, numa espécie de última barreira da nação. Neste sentido, o ápice da vida nacional se dava nas comemorações da fundação da *Matica Slovenská*, apesar de sua efetiva extinção há quase 30 anos. Aqui reunia-se toda a intelectualidade e os representantes políticos da nação, além de elementos populares e convidados de outras nações eslavas. Tratava-se, basicamente, de uma expressão anual de resistência, da sobrevivência e dos eventuais avanços culturais eslovacos. É curioso notar que, justamente por sua função de defesa do princípio nacional, a cultura eslovaca não foi influenciada de forma substancial pelas correntes artísticas européias deste período (KOVÁČ, 1998).

Frente à contínua situação de subordinação e opressão nacional, acrescida da intensa magiarização, a atenção dos integrantes do movimento nacional voltou-se, mais uma vez, ao trabalho direto com o povo, à difusão e propagação da cultura e do folclore popular e à instrução das massas populares. Tendo em vista esse fim, passaram a publicar inúmeras obras literárias em língua eslovaca (especialmente brochuras e outros tipos de publicações baratas) sobre os mais variados temas – desde economia, religião e moral, até livros como a *Evolução das Espécies* de Darwin e algumas obras de Marx. Um papel de suma importância nessa difusão foi exercido pela já citada associação das mulheres eslovacas – *Živena*. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se cada vez mais a imprensa regional em eslovaco, em oposição aos jornais em magiar, apoiados pelo governo. Por maior que fosse a importância e tradição da disseminação cultural por meio da palavra escrita, um modo mais “eficiente” começou a ganhar espaço – o teatro. Neste período, surgiram vários grupos amadores que, ao mesmo tempo que encenavam peças clássicas como as de Molière ou Shakespeare, ganhavam fama e notoriedade nos meios populares pelas peças focadas em temas tradicionais e folclóricos, escritas por autores eslovacos (ŠPIESZ, 1992). Ao mesmo tempo que crescia a predileção por esses temas na arte dramática, foram também publicadas várias coletâneas de músicas folclóricas.

Do mesmo modo que a cultura, também a ciência se firmava como um dos sustentáculos do movimento nacional – centrando-se principalmente em pesquisas históricas. Ainda em 1895, a Dieta Húngara deu aval à criação da “Associação dos museus eslovacos”, que efetuou inúmeras pesquisas neste sentido⁴⁶ (ŠKVARNA, 2005, p. 113). Como antes (notadamente na corrente católica do movimento nacional desde o começo do século XIX) buscava-se a origem histórica da nação eslovaca nos períodos da Grande Morávia, de Matúš Čák e do rei Matias Corvino. O almanaque periodicamente publicado por essa associação estabeleceu-se como um dos instrumentos mais relevantes para a instrução do povo e a divulgação das pesquisas científicas nacionais. Todas essas expressões culturais e científicas foram avanços alcançados a duras penas, num ambiente nacionalmente inóspito. Contudo,

⁴⁶ A importância dos museus para a propagação da consciência nacional é apontada especialmente por Anderson (1983). Essas instituições, ao mesmo tempo que incentivam pesquisas históricas, propiciam um contato mais direto da população com seu (suposto) passado nacional.

mesmo essas manifestações incitavam uma maior atividade por parte da nação, ao mesmo tempo que preenchiam a lacuna de sua passividade política.

Neste período, apesar da dita passividade, teve início um processo de diferenciação interna no âmbito do campo político eslovaco. Decorrente especialmente de diferenças sociais e inter-geracionais entre os integrantes do espectro político nacional, este processo se deu primordialmente por meio de polêmicas na imprensa. Diferentemente de outros países europeus do período, não implicou ainda numa diferenciação programática definitiva. O centro político em Martin, consolidado em torno do Partido Nacional Eslovaco, passou a sofrer duras críticas, especialmente de políticos mais jovens. Esta nova geração, inspirada na *Nová Škola*, repudiava a orientação exclusiva do Partido à Rússia⁴⁷ e a própria posição de passividade política. Os principais críticos do Partido Nacional dividiam-se em dois grupos distintos: 1 – jovem intelectualidade católica (jovens padres, centrados na instrução dos camponeses e do povo em geral, inculcando, além do espírito religioso, uma consciência nacional; particularmente ativa após a encíclica *Rerum Novarum*⁴⁸); 2 – intelectuais liberais (jovens da já citada associação *Detvan*, exercendo atividades similares às dos padres católicos, mas sob influência e orientação de políticos liberais tchecos, em especial Tomáš Garrygue Masaryk).

Sob contínua pressão dessas duas correntes da nova geração e de suas atividades culturais, e graças a uma postura mais tolerante por parte do governo húngaro, o Partido Nacional Eslovaco reavaliou sua posição de passividade e optou por participar das eleições à Dieta Húngara em 1901. Além de uma série de propostas democratizantes (sufrágio universal como fundamental), seu programa eleitoral incluía apenas poucas reivindicações nacionais, defendendo o cumprimento efetivo da Lei das Nacionalidades e a extinção das leis clericais-políticas. Provavelmente devido a essa relativa moderação programática, o Partido Nacional conseguiu eleger quatro representantes (ŠKVARNA, 2005, p. 114). Como era de se esperar, porém, em um universo de 400 representantes na assembleia, os deputados eslovacos não conseguiram causar impacto significativo.

⁴⁷ Afirmando este ter mais interesse em fazer “política internacional” do que efetivamente melhorar as condições de vida do povo por meio de um trabalho sistemático de instrução (KOVÁČ, 1998, p. 155).

⁴⁸ Promulgada em 1891, fixando a posição da Igreja Católica frente aos principais avanços sociais da época – posicionava-se a favor da sindicalização dos trabalhadores, mas contra os movimentos socialistas.

A questão política tida como mais premente no contexto húngaro continuava sendo a instauração do sufrágio universal. Apesar de ter sido instituído na parte austríaca do Império em 1907, o governo húngaro lutava contra esta, assim como contra outras reformas democratizantes, de todas as formas⁴⁹. Nas eleições de 1905 chegou ao fim a longa hegemonia do Partido Liberal Húngaro, perdendo para uma coalizão agrupada em torno do recém criado Partido Independente. As reivindicações de revisão da divisão do Império por parte do partido vitorioso, buscando uma maior independência da Hungria, levaram a uma crise política, sendo o poder exercido por um governo burocrático até 1906, quando foram efetuadas novas eleições. Nestas, apesar das contínuas manipulações eleitorais (segundo observadores da época, as maiores já vistas em eleições na Hungria), o Partido Nacional conseguiu eleger sete representantes eslovacos à Dieta, maior número em sua existência (ŠKVARNA, 2005, p. 115). Este sucesso eleitoral não se restringiu somente aos eslovacos, mas formou uma constante entre todas as nações da Hungria – notadamente os antigos aliados romenos e sérvios. Neste novo contexto, o governo mostrava-se cada vez mais receoso frente à grande quantidade de representantes não magiares na Dieta e à crescente influência dos movimentos nacionais nos destinos políticos da Hungria. Devido a mais um fracasso eleitoral, o Partido Liberal húngaro foi extinto.

A fim de garantir suas posições, o governo iniciou uma série de medidas repressivas, prendendo vários políticos eslovacos⁵⁰ e renovando os esforços magiarizadores pela promulgação das “Leis de Apponyi”⁵¹ em 1907 (ŠKVARNA, 2005, p. 116). De acordo com essa nova legislação, o Estado passava a ter maior (praticamente completo e exclusivo) controle sobre a educação e sobre seu financiamento. Os alunos eram obrigados a saber ler e escrever fluentemente em húngaro até a quarta série, o que levou à negligência de outras matérias e, mesmo assim, ao aumento da taxa de analfabetismo neste período. Ao mesmo tempo, os professores foram proibidos de participar da vida nacional, sendo seu salário condicionado por um “treinamento patriótico” magiar e pelo uso exclusivo de livros didáticos

⁴⁹ Provavelmente devido ao fato de a nacionalidade magiar formar menos da metade da população húngara, o que provavelmente implicaria na perda das posições magiares em eleições livres e universais.

⁵⁰ Acusados de terem incitado tumultos e desobediência ao governo durante a campanha eleitoral.

⁵¹ Albert Apponyi era ministro da educação à época.

autorizados pelo governo. Por fim, de acordo com um decreto de 1909, a língua magiar passou a ser obrigatória também no ensino religioso.

Contudo, por mais que as Leis de Apponyi tenham constituído o ápice dos esforços de magiarização da educação na Hungria, foi outro acontecimento, neste mesmo ano, que marcou a conduta repressiva por parte do governo húngaro. Trata-se do chamado massacre de Černová, uma pequena vila no norte da Eslováquia. Influenciados pelas pregações de Andrej Hlinka⁵², os habitantes desta vila construíram uma nova igreja (com base em arrecadações) e queriam que sua santificação fosse efetuada justamente por esse sacerdote. Porém, pouco antes, Hlinka fora proibido de exercer suas funções eclesiásticas por decreto do bispo de Spiš, por ajudar na campanha de um candidato eslovaco (Vavro Šrobár) à Dieta. Desse modo, os habitantes de Černová pediram a postergação da dita santificação ao bispo, até que esta pudesse ser feita pelo próprio Hlinka. Todavia, o bispo ordenou a santificação da igreja à revelia das vontades da população, pedindo auxílio à administração e às forças policiais locais. Os habitantes da vila, convencidos a não deixar ocorrer o ato, bloquearam a entrada à igreja, mas foram logo dispersados pelas forças policiais à base de tiros – 15 morreram na hora, sendo que quase 70 saíram feridos. Por mais que o efetivo conteúdo nacional deste conflito possa ser sujeito a debates, o massacre foi largamente divulgado e criticado (especialmente graças à difusão feita por jornalistas tchecos), no âmbito da Europa inteira, o que, em última instância, ajudou numa maior divulgação do problema nacional eslovaco. Além dos intelectuais e jornalistas tchecos, um certo apoio veio de eslavófilos franceses, de algumas figuras intelectuais de destaque na Europa (Seton-Watson, Bjornson) e, fundamentalmente, da Liga Eslovaca nos Estados Unidos da América (KOVÁČ, 1998). Apesar desse apoio ter tido fundamental efeito moral no movimento nacional eslovaco, em nada diminuiu a efetiva opressão.

Depois da derrota nas eleições de 1905 e da sua efetiva extinção, o Partido Liberal Húngaro logo se reergueu e, sob o novo nome de “Partido Nacional do Trabalho”, recuperou as posições perdidas com uma vitória convincente no pleito de 1910. Porém, tratou-se mais uma vez apenas de uma mudança nominal, não mudando os principais eixos norteadores da política húngara. Todavia, ficava cada vez mais claro que as idéias democratizantes,

⁵² Padre católico e promeminente figura política, um dos mais hábeis organizadores do movimento nacional neste período.

defendidas pelo movimento nacional eslovaco, teve ao menos algum respaldo e apoiadores magiares. Estes estavam agrupados principalmente em torno das revistas *Huszadik Század* (“Século Vinte”) e *Nyugat* (“Ocidente”), tratando-se principalmente de intelectuais liberais que, inclusive, chegaram a formar um Partido Democrático em 1913 (KOVÁČ, 1998, p. 160). Porém, essas tendências continuavam à margem da política húngara, sem respaldo frente à linha política hegemônica de contínua construção de uma Hungria nacionalmente unificada.

As condições internas antes da 1ª Guerra Mundial levaram o cenário político eslovaco a oscilar entre a necessidade de união e uma diferenciação natural no espectro político. As diferenças no campo político refletiam as divisões no âmbito da sociedade eslovaca. A elite intelectual nacional-conservadora, concentrada em torno do jornal “*Národné Noviny*”, formou a ala católica do movimento nacional, também chamada de “popular”, inclusive dando origem ao “Partido Popular da Eslováquia” em 1913 (ŠKVARNA, 2005, p. 118). Enquanto isso, os jovens intelectuais liberal-democratas (influenciados continuamente pelos liberais tchecos e imbuídos de ideais tchecoslovaquistas), agrupados em torno das revistas *Hlasý* (“Vozes”) e *Prúdy* (“Correntes”) baseavam suas atividades na contínua crítica do Partido Nacional, apesar de não formar organizações ou partidos fixos próprios. Os social-democratas ganhavam cada vez mais relevo, fundando o já citado Partido Social Democrata da Hungria em 1905. Este era praticamente uma secessão do Partido Social Democrata da Hungria que, segundo os operários eslovacos, não dava atenção suficiente à melhora das condições e resolução dos problemas das nações oprimidas no reino. Cooperavam especialmente com os social-democratas tchecos e os liberais-democratas, baseando suas ações nos preceitos da 2ª Internacional. Por sua vez, o jovem jornalista Milan Hodža lançava as bases para a formação de um Partido Agrário, colaborando especialmente com o sucessor ao trono Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, que estava envolvido em planos de federalização do Império (ŠPIESZ, 1992).

Além das naturais diferenças de opinião referentes à política interna, as correntes citadas divergiam significativamente também em relação a questões internacionais e também no que tange às perspectivas do movimento nacional eslovaco neste meio. Enquanto o Partido Nacional continuava com sua orientação pró-Rússia, vendo neste país a única

possibilidade de libertação das nações eslavas oprimidas na Europa, os jovens liberais apostavam mais na cooperação com os tchecos e na possibilidade de negociações tcheco-eslovacas com as potências ocidentais. Enquanto isso, a concepção de Milan Hodža partia do pressuposto da federalização da Áustria-Hungria, não partilhando da idéia de independência absoluta frente ao Império dos Habsburgo.

De qualquer forma, esta tendência natural à diferenciação não teve oportunidade de se desenvolver adequadamente, devido à necessidade, num ambiente de opressão nacional, de evitar a excessiva fragmentação do movimento e concentrar-se, primeiramente, na reivindicação e defesa dos mais básicos direitos nacionais. Apesar de todas as correntes do movimento estarem cientes desse fato, as frequentes polêmicas e conflitos entre eles resultaram na diminuição da quantidade de representantes na Dieta Húngara depois do pleito de 1910 (ŠKVARNA, 2005, p. 117). Com isso, aumentaram as pressões sobre as várias correntes do movimento nacional, visando uma unificação programática em torno da defesa, de início, das mais básicas reivindicações nacionais – a começar pela língua. Um impulso externo para essa unificação veio com a morte do então líder do Partido Nacional, Pavol Mudroň, em março de 1914. Foi em seu enterro que se reuniram os representantes de todas as correntes e alas políticas e culturais do movimento nacional. Nesta ocasião, o novo presidente do partido, Matúš Dula, abriu a discussão sobre a criação de um órgão representativo nacional eslovaco. Essa discussão foi finalizada em maio do mesmo ano, quando foi aprovada a criação de um “Conselho Nacional Eslovaco”, a ser efetuada durante as comemorações anuais da *Matica Slovenská* em agosto. Porém, a realização deste plano foi impedida pela eclosão da 1ª Guerra Mundial.

Apesar de os planos, programas e acordos políticos terem sido assuntos referentes quase que exclusivamente às elites políticas e intelectuais da nação, já no final do século XIX percebemos um aumento na conscientização nacional no âmbito da população mais simples – camponeses e trabalhadores. Um papel fundamental na disseminação do sentimento nacional foi exercido pelo aumento da circulação de jornais e a crescente vida associativa. Associações de leitura, companhias de teatro e música amadoras, associações de luta contra o alcoolismo e várias outras tornavam-se cada vez mais comuns e tiveram papel fundamental na construção de um sentimento de nação nas classes mais baixas. Apesar destes esforços, o avanço da

conscientização nacional era constantemente freado pela oficialidade magiar de várias formas, inclusive por tentativas de divisão interna dos eslovacos em grupos étnicos e nacionais distintos (ocidentais X orientais) e um crescente incentivo à migração de partes da população aos Estados Unidos da América (KOVÁČ, 1998).

Enquanto as posições frente à guerra permaneciam ambíguas na Eslováquia, estavam mais do que claras nas colônias eslovacas em outros países, em especial nos Estados Unidos. Já em setembro de 1914, a Liga Eslovaca publicou um memorando reivindicando autarquia e autonomia nacionais aos eslovacos (ŠPIESZ, 1992). A forma pela qual se devia dar essa autonomia frente à Hungria ainda permanecia em aberto, mas debatia-se calorosamente entre várias opções e negociava-se com várias outras comunidades nacionais nos E.U.A. De qualquer forma, a eclosão da guerra transformou de forma crucial a situação internacional, ficando desde cedo claro que, caso a Áustria-Hungria perdesse a guerra, todas as nacionalidades nela viventes (inclusive a eslovaca), teriam a oportunidade de apresentar as suas respectivas reivindicações nacionais frente à comunidade internacional, visando soluções efetivas.

Tendo em vista essa perspectiva, o movimento nacional eslovaco trabalhava com várias possibilidades. Primeiramente, ainda continuava em voga uma das reivindicações do Memorando de 1861, de autonomia frente à Hungria. Além disso, ressurgiam idéias sobre algum tipo de Estado comum de eslovacos, tchecos e poloneses, apenas de eslovacos e poloneses, ou mesmo de alguma formação estatal envolvendo a Rússia. Porém, a alternativa mais popular era definitivamente a união com os tchecos no âmbito de um Estado independente tchecoslovaco, gradualmente ganhando adeptos tanto nos dois países, quanto em suas respectivas comunidades no exterior⁵³ (ŠPIESZ, 1992). As perspectivas de uma união estatal neste sentido foi incentivada pela conjuntura bélica desde o início dos conflitos, sendo que, com o fim da guerra e a superação de maior parte dos problemas internos e externos, a República Tchecoslovaca era proclamada em 28 de outubro de 1918. Assim, a

⁵³ “Reivindicamos aos tchecos o direito de se unirem a seus irmãos eslovacos, antes ligados a nosso Estado nacional, mais tarde arrancados do corpo de nossa nação e há 50 anos incorporados ao estado húngaro dos magyares (...), os quais com violência indescritível e cruel opressão das nações conquistadas, perderam qualquer direito moral ou humano de governar alguém além de si mesmos (...)” (TOMÁŠ GARRYGUE MASARYK, *apud* KOVÁČ, 1998, p. 168)

nação eslovaca pôde embarcar em mais uma etapa de sua história. Já em 1919, Milan Hodža escrevia: “De Presburgo [Bratislava] até Košice tremulam bandeiras eslovacas. Nossos exércitos libertaram a pátria eslovaca, mas agora temos que consolidar e solidificar essa pátria. A Eslováquia será nossa somente quando tudo o que nela está, estiver nas mãos do povo eslovaco. Temos muito trabalho pela frente, mas nossas mãos são livres e sabemos trabalhar.” (HODŽA, *apud* KOVÁČ, 1998, p. 179).

Uma vez que finalizamos mais essa extensa digressão histórica, nada resta senão tentar responder às quatro questões referentes à formação da nação eslovaca tendo por base os desenvolvimentos e processos políticos e sociais do século XIX.

3.1 QUEM?

Inicialmente, será apresentado um breve resumo dos principais grupos e indivíduos comprometidos com a causa nacional, agrupados tendo em vista seus respectivos períodos de atuação. Neste sentido, será diferenciado, primeiramente, três gerações de ativistas nacionais do final do século XVIII ao começo do XIX. A primeira, de Bernolák, já foi tratada no capítulo precedente. A segunda, tendo em Kollár seu maior expoente, marcou o movimento a partir da década de 1810 até mais ou menos a de 1830. Por sua vez, a terceira, representada especialmente por Štúr, atuou entre 1830 e a supressão da revolução húngara em 1849. Após esse ponto, torna-se mais produtivo diferenciar os ativistas nacionais levando-se em consideração os contextos específicos nos quais atuavam. Assim, em seguida tratamos do período neo-absolutista e da formulação do Memorando da Nação Eslovaca. O último período tratará dos anos entre a divisão do Império em 1867 até a eclosão da 1ª Guerra Mundial. Uma vez listados os principais ativistas nacionais nos respectivos períodos, faz-se uma análise de sua evolução.

3.1.1 Segunda Geração

De forma geral, pode ser compreendida como herdeira direta dos pressupostos e princípios de sua predecessora; assim, continuamente, a nação é defendida e propagada quase

que exclusivamente por intelectuais do clero e eruditos citadinos, apesar de mostrar algumas poucas tendências de maior ampliação, especialmente entre as classes médias.

3.1.2 Terceira geração

A participação do clero diminuiu, abrindo espaço para a participação de professores primários e secundários, estudantes e, de certa forma, profissionais liberais (remanescentes do interesse acadêmico de outras gerações); ao mesmo tempo, passa-se a defender uma crescente presença e atuação camponesa, apesar de, por enquanto, mais como objeto do que sujeito da atividade nacional. Por mais que a divisão entre os dois campos confessionais continuasse presente, de maior relevância foram as contendas entre os próprios protestantes (Štúr X Kollár), sendo que a corrente de Štúr conseguiu angariar o apoio de parte dos católicos (defensores de Bernolák), unificando assim, ao menos por enquanto, o movimento.

3.1.3 Neo-absolutismo e Memorando

No que tange à composição social, o movimento continuava ampliando suas bases, principalmente pela crescente adesão de camponeses e setores da classe média (pequenos artesãos e comerciantes). A cisão entre protestantes e católicos continuava sem muita relevância, e as principais contendas se configuraram em torno das diferentes visões de Štúr e de Kollár sobre os propósitos nacionais. Mesmo dividido de outra forma, o movimento nacional continuava sob a liderança de intelectuais do clero, professores do ensino médio e, cada vez mais, profissionais liberais, como pode ser asseverado pela composição da primeira diretoria da *Matica Slovenská* e dos participantes da assembléia que a instituiu.

3.1.4 Império Austro-Húngaro

Com a crescente diferenciação social decorrente da consolidação da revolução burguesa e do início da revolução industrial, passam a se destacar as classes burguesa e proletária. Contudo, de início, estas tiveram apenas influência marginal na composição do

movimento nacional. Enquanto que a burguesia era continuamente assimilada pela nação magiar, o proletariado se agrupava em organizações exclusivamente pan-húngaras. Essa realidade mudaria somente no começo do século XX (ao menos no caso dos proletários), com a divisão dentro do Partido Social Democrata da Hungria e a formação de um partido eminentemente de operários eslovacos. De qualquer forma, a acirrada magiarização do final do século XIX minava continuamente as bases do movimento nacional eslovaco. Além da nobreza e da burguesia magiarizadas, essas políticas se centravam nos setores da classe média remanescentes, especialmente nos professores e nos intelectuais. De qualquer forma, esses representantes da classe média, em conjunto com os profissionais liberais, formariam o cerne do movimento nacional neste contexto.

Além destes ativistas na própria Hungria, surgiam defensores da nação eslovaca também no exterior. Assim, enquanto que surgia a associação *Detvan* e, mais tarde, a “União Tcheco-eslava” em Praga (marcando os esforços de estudantes eslovacos apoiados principalmente pela *intelligentsia* liberal tcheca), consolidavam-se também associações de cunho nacional nas comunidades eslovacas em outros países (especialmente na Rússia e nos Estados Unidos da América). A partir do começo do século XX, principalmente graças às várias atividades culturais visando a conscientização nacional da população, a defesa da nação se dissemina praticamente por toda a estrutura social. É neste âmbito também que ocorre uma diferenciação ideológico-política dentro do movimento. A elite intelectual nacional-conservadora formou a ala católica do movimento nacional dando origem ao “Partido Popular da Eslováquia”. Enquanto isso, os jovens intelectuais liberal-democratas continuavam suas ações voltadas contra o Partido Nacional; os social-democratas ganhavam cada vez mais relevo e o jovem jornalista Milan Hodža lançava as bases para a formação de um Partido Agrário.

3.1.5 Análise da composição do movimento nacional

A resposta à questão de “quem” criava, ou tinha interesse em criar a nação eslovaca no século XIX se configura de maneira bastante complexa, tendo em vista a substancial evolução do movimento nacional neste período. Assim sendo, desenvolveu-se a partir de um

interesse ainda eminentemente acadêmico por parte de alguns poucos intelectuais do clero no final do século XVIII, na direção de um movimento nacional cada vez mais amplo e socialmente abrangente. Gradualmente, graças às crescentes atividades de conscientização, aumentava a aceitação da identidade nacional, especialmente entre professores (primários e secundários) e estudantes, apesar de o clero continuar mantendo sua preponderância. De forma geral, a ampliação das bases do movimento refletiu os avanços e a consolidação da revolução burguesa, resultando na tomada de consciência por parte da sociedade civil e sua crescente participação na vida estatal. Como esta participação, no caso eslovaco, estava sendo impedida não somente por resquícios do regime feudal, mas também por cisões de cunho nacional, o movimento nacional podia (ao menos quando as condições culturais permitiam) contar com um crescente apoio da sociedade. Neste sentido, com a gradual diminuição da influência das antigas classes feudais, minguava cada vez mais a participação do clero, substituído funcionalmente por professores primários seculares. A diferenciação entre os dois principais campos confessionais continuou presente (sendo que a orientação linguística e histórica de católicos e protestantes neste sentido pouco mudou), mas a real importância dessa divisão para a composição do movimento desaparecia.

Com sua crescente politização, a diferenciação interna em seu âmago se dava cada vez mais por desavenças de cunho político. Porém, frente à hegemonia do movimento nacional húngaro e de suas omni-abrangentes políticas magiarizadoras, essas desavenças se transformariam em uma diferenciação ideológica e programática apenas no começo do século XX. Enquanto isso, os participantes do movimento minguavam devido justamente às políticas de assimilação. As duas principais classes surgidas com o início da revolução industrial, burguesia e proletariado, eram as mais sujeitas a esse processo. Enquanto a ascensão à burguesia passava exclusivamente pela assimilação devido às medidas proibitórias de construção de uma base industrial nas nações dominadas pelos magiares, o proletariado estava mais interessado na solução de suas próprias dificuldades, inspirado por idéias socialistas (difundidas e defendidas exclusivamente em organizações de cunho húngaro como um todo).

Assim, os defensores da sobrevivência nacional eslovaca estavam concentrados, mais uma vez, nas classes médias (profissionais liberais, artesãos, comerciantes e pequena

burguesia em geral, entre outros), lenta mas continuamente ampliadas pelo ingresso dos remanescentes dos respectivos processos de proletarização de um lado e aburguesamento de outro. O processo de industrialização não foi responsável somente pelo surgimento das modernas burguesia e proletariado, mas trouxe também um conflito de interesses entre as velhas guildas artesãs (pequenos comerciantes) e a grande produção industrial (grandes comerciantes capitalistas). Assim, a crescente participação da pequena burguesia no movimento pode ser explicada justamente por este conflito de interesses comerciais e de produção, reforçado por distinções de cunho nacional.

Uma vez consolidada a revolução burguesa e norteadas a industrial, as maiores possibilidades de mobilidade social geradas por ambas acarretaram em um aumento significativo no número de integrantes das classes médias. De certa forma, podemos afirmar que aqui a atividade nacional foi produto da ascensão social nas fileiras da nação. Contudo, não é só a ascensão em si que gera um interesse pela questão nacional. O interesse pela agitação nacional era maior nos grupos profissionais mais altos abertos à nação subalterna sem a necessidade de assimilação linguística e nacional. Os cada vez mais numerosos integrantes da classe média empregavam-se sistematicamente no serviço público⁵⁴, sendo magiarizados na medida em que ascendiam profissional e hierarquicamente. Podemos nos referir aqui às “peregrinações administrativas” descritas por Anderson (1983) e afirmar que, impedidos de ascender profissionalmente caso não se submetam às exigências “magiarizadoras”, os instruídos funcionários da classe média eslovaca passaram a desenvolver uma consciência nacional justamente como reação a essas restrições. Assim, o movimento nacional galgaria o apoio das classes administrativas mais altas a permanecerem (de um modo ou de outro) eslovacas mesmo sob a (e talvez graças à) contínua opressão magiar. Essa forma de conscientização proporcionada pela crescente mobilidade social foi auxiliada também pelo aumento na comunicação social⁵⁵ entre os ditos setores da classe média. O próprio sistema de comunicação social se desenvolvia cada vez mais como um instrumento da conscientização nacional pelas contínuas tentativas de penetração por parte do

⁵⁴ A proporção de funcionários de públicos de origem na classe média subiu de 35% em 1859 para 55% em 1878 na Áustria-Hungria (ANDERSON, 1983, p. 76).

⁵⁵ A comunicação social é tida por Hroch (1986) como um processo de transmissão de informações e dados sobre a realidade, sobre posições e reações emocionais. Assim, tem papel fundamental em qualquer forma de engajamento social instruído na sociedade moderna e, portanto, também no movimento nacional.

movimento nacional, visando influenciar dadas atitudes relacionadas às coletividades nacionais. De forma geral, podemos asseverar com Hroch (1986) que a agitação nacional avançava junto com a comunicação e a mobilidade sociais. Contudo, ambos os fatores são aqui vistos mais como condicionantes e facilitadores da disseminação da consciência nacional do que como seus determinantes exclusivos, como afirma, por exemplo, Karl Deutsch. A própria diferenciação política do movimento nacional no começo do século XX pode ser apreendida pela intensificação da comunicação social intra e inter-classes nesse período. É por seu intermédio que se importam e difundem entre os setores do movimento várias novas idéias e ideologias, a exemplo das noções de “nacionalismo socialista” de Renner e Bauer e do liberalismo tcheco.

Por fim, é possível constatar que, durante sua evolução no decorrer do século XIX, o movimento nacional eslovaco se configurou quase que exclusivamente como um movimento das classes médias. Após o abandono do movimento pelas elites intelectuais no final do século XVIII, e apesar da ampliação de suas bases no decorrer das revoluções burguesa e industrial, foi justamente a classe média que se manteve como a maior defensora da nação. As classes mais altas estavam continuamente sujeitas à assimilação magiar, e as classes mais baixas careciam de instrução para desenvolver uma consciência nacional.

3.2 POR QUÊ?

Para identificar os principais fins e meios da nação eslovaca neste período, usaremos o mesmo procedimento como na questão anterior. Assim, uma vez discriminados os diferentes fins e propósitos da nação nos respectivos períodos, atentaremos a uma análise do processo de desenvolvimento desses fins.

3.2.1 Segunda Geração

O desenvolvimento do movimento nacional nas primeiras décadas do século XIX marca uma transição entre a compreensão da nação como comunidade de língua para a noção política. A chamada segunda geração dos ativistas nacionais eslovacos (especialmente

Kollár) representa essa transição. Enquanto a nação seria uma sociedade de indivíduos ligados pela língua, valores, costumes e expressões culturais, e a Eslováquia seria parte integrante da grande nação eslava, o fim último do movimento nacional seria a reunificação com todas as outras as nações que partilham dessa mesma origem. Neste âmbito, a busca pela unidade linguística e tribal de tchecos e eslovacos era vista como primordial. Contudo, frequentemente, esses fins “ideais” eram deixados de lado frente à real necessidade de resguardo e proteção da nação frente aos primeiros avanços magiares.

3.2.2 Terceira Geração

Frente aos crescentes avanços magiarizadores e à contínua opressão do sistema feudal, o movimento passou a estabelecer finalidades eminentemente políticas. Dessa forma, os direitos imputados à nação passaram a ser defendidos em foros políticos, notadamente por meio de petições. Inicialmente, essas reivindicações se centravam quase que exclusivamente nas questões linguística e educacional (proteção da língua e das escolas eslovacas frente à magiarização), não sendo contemplados ainda os direitos políticos da nação. Os ativistas nacionais de maior relevo neste período provinham da *intelligentsia* protestante, transformando, porém, sua ênfase pan-eslava na união com os tchecos numa defesa da união do movimento nacional em torno de um ideal único de nação (e em torno de uma nova codificação da língua eslovaca). Excetuando o grupo de Kollár, o movimento nacional focava-se, a partir deste momento, no triplo dever de acabar com o centralismo burocrático de Metternich, extinguir o sistema feudal e garantir os próprios direitos nacionais. Ou seja, além de visar o resguardo de sua própria cultura nacional, o movimento nacional esperava também efetuar uma série de reformas modernizantes na ossificada Áustria-Hungria. Para legitimar esse fim, tornava-se cada vez mais premente a efetiva ampliação das bases do movimento, o que foi visado por um sistemático trabalho de conscientização das massas populares.

Uma vez que apenas algumas das reformas de cunho modernizante e democratizante foram efetuadas, e nenhuma que contemplasse a questão nacional, o movimento eslovaco se desloca firmemente na direção de reivindicações eminentemente políticas. No que é tido como o primeiro programa estatal eslovaco, os “Pedidos da Nação Eslovaca”, os líderes do

movimento exigiam a emancipação nacional e política da Eslováquia (com direitos tanto culturais – linguísticos e educacionais – como políticos), exigindo-o também para todas as outras nações na Hungria. Essas propostas foram apresentadas em forma de petição tanto à Dieta Húngara como ao governo central em Viena, sendo defendidas também por meio de uma insurreição (e tentativa de secessão) armada. Além desta corrente central e unificada do movimento nacional, viam-se esforços e finalidades paralelas, notadamente as do grupo de Kollár, que visava a autonomia numa divisão austro-eslava do Império, agrupando todas as nações eslavas numa só região administrativa autônoma – contudo, estas praticamente não tiveram expressão política.

3.2.3 Neo-absolutismo e Memorando

Uma vez cumpridas algumas das reivindicações linguísticas, educacionais e culturais após a supressão da Revolução Húngara, o principal objetivo do movimento era buscar alguma forma de autonomia política para a nação. Neste sentido, são notáveis as diferenças entre as concepções dos grupos de Kollár (que ascendeu mais uma vez à posição de líder do movimento, devido a seu cargo no governo central) e de Štúr (que, por sua vez, ficava cada vez mais desiludido com a situação política da nação, apesar do êxito em disseminar a sua língua literária) sobre a forma pela qual se deveria dar essa autonomia, assim como sobre os meios para alcançá-la. Apesar de ambos partirem, de certa forma, de preceitos pan-eslavos, é possível apontar distinções e contendas análogas àquelas entre protestantes e católicos. Kollár via continuamente a Eslováquia como apenas um dos ramos da grande árvore eslava, intimamente ligada às terras tchecas e defendia uma gradual confluência e assimilação cultural, a começar pela língua. Ele defendia os elementos positivos do novo regime de centralização política (como a real proteção contra os avanços magiares) e, principalmente graças à privilegiada posição no governo, foi capaz de efetuar medidas práticas na busca pela dita união com os tchecos (uso do antigo eslovaco – dialeto eslovaco com elementos da língua tcheca nas escolas e jornais, por exemplo). Todavia, justamente pela concordância com as posições do governo central, não tinha projetos nem expectativas de aprofundar seus planos de autonomia no âmbito institucional, tratando-se mais de uma ideologia romântica

defendida em obras literárias. Ideologia esta, que também estava no cerne da posição do grupo de Štúr. Para ele, a Eslováquia também era vista apenas como uma das partes da grande nação eslava, contudo, uma parte independente tanto do ponto de vista linguístico, como histórico. Assim, a autonomia política eslovaca seria buscada de forma individual, apesar de condicionada pela inspiração e eventual intervenção de outras nações eslavas, especialmente a Rússia. De forma análoga às posições de Kollár, as reivindicações de autonomia por parte desse grupo se deram mais por meio da produção literária do que por caminhos institucionais. Outro fim prático da nação neste período foi a efetiva consolidação dos avanços e das concessões linguísticas e educacionais obtidas e, a partir dela, a crescente disseminação da consciência nacional.

O idealismo romântico defendido em livros de poesia deu lugar a ações mais resolutas e práticas com a proclamação do Memorando da Nação Eslovaca. A reivindicação de autonomia foi finalmente formulada e estruturada de forma prática e coerente, em conjunto com uma série de exigências nacionais e sociais em geral. No caso, a autonomia política visava sanar as deficiências de estruturação social da nação. Tendo uma administração civil e política própria, formaria-se uma classe dirigente até então ausente, devido à contínua magiarização das elites eslovacas desde o final do século XVIII. Além dessas propostas políticas, o Memorando versava também sobre a necessidade de aprofundar a disseminação da consciência nacional eslovaca, principalmente por meio de organizações culturais, que apoiavam a produção artística e literária, a disseminação da cultura popular, assim como a educação em língua eslovaca. De qualquer forma, a identidade nacional eslovaca continuava sendo uma forma de identidade reativa, defendendo a necessidade de sua emancipação e autonomia políticas, assim como a consolidação de sua comunidade cultural frente às condições inóspitas criadas pelos governos de Viena e Budapeste.

3.2.4 Império Austro – Húngaro

Gradualmente, cada vez mais acuado pela impiedosa magiarização, o fim do movimento nacional eslovaco passa a ser a defesa de sua própria existência. Assim, os planos de autonomia política dos períodos anteriores são abandonados frente às reais necessidades

de resistência, ao menos cultural; apesar de o texto do Memorando da Nação Eslovaca continuar sendo o programa oficial do movimento. O centro do movimento, organizado em torno do Partido Nacional e da *Matica Slovenská*, defendia as propostas do Memorando em sua integridade, mas suas atividades envolveram de ações institucionais para críticas e apologias em jornais e obras literárias. No demais, o movimento mantinha-se passivo, aguardando mudanças no contexto político interno ou na política internacional (esperava-se, especialmente, algum milagre vindo da Rússia).

Um contraponto a essa atitude provinha da “Nova Escola”, que se baseava numa abordagem mais realista da situação, exigindo inicialmente alguns poucos direitos políticos e culturais em negociação direta com as forças magiares. A posição de defesa passiva por meio de atividades culturais e de espera de ajuda internacional frente ao nacionalismo oficial húngaro passou a ser revisada mais uma vez somente no final do século, com o reaparecimento de grupos de ativistas e de defensores da nação. Os estudantes e jovens intelectuais liberais em torno da revista *Hlas*, orientados pelos liberais do movimento nacional tcheco, voltavam à noção austro-eslava de autonomia da nação, no âmbito da qual a autonomia eslovaca se concretizaria, mais uma vez, em união com os tchecos. As associações das comunidades eslovacas no exterior viam o futuro da nação eslovaca em relação aos seus próprios contextos de atuação. Enquanto os eslovacos russos defendiam ideais pan-eslavos e propagavam a reestruturação de uma única nação eslava sob a proteção russa, os eslovacos americanos defendiam a autonomia independente (quando não a independência em si) no âmbito de um sistema dotado de elementos democratizantes, similar ao norte-americano (ŠPIESZ, 1992).

Por sua vez, as correntes ideológicas e seus respectivos partidos também diferiam no que tange ao programa e aos fins de sua concepção nacional. Assim, enquanto o Partido Nacional continuava com sua orientação pró-Rússia, vendo neste país a única possibilidade de libertação das nações eslavas oprimidas na Europa, os jovens liberais apostavam mais na cooperação com os tchecos e na possibilidade de negociações tcheco-eslovacas com as potências ocidentais. Enquanto isso, a concepção de Milan Hodža e de seus apoiadores camponeses partia do pressuposto da federalização da Áustria-Hungria, apoiada inclusive pelo sucessor imperial Francisco Ferdinando. O Partido Popular Eslovaco, por sua vez,

defendia uma volta às Leis das Nacionalidades e seu efetivo cumprimento, assim como a ampliação dos direitos democráticos, especialmente pela ampliação do sufrágio. Por fim, os social-democratas defendiam as idéias propagadas pelos austríacos Karl Renner e Otto Bauer de autonomia cultural das nações do Império, tão criticadas por Stalin. Aqui, as nações do Império continuariam ligadas por um poder político central, mas deteriam plenos direitos de auto-determinação e emancipação cultural, linguística e educacional. Neste sentido, aproximavam-se dos, e mesmo cooperavam com, os intelectuais liberais e com o grupo de Milan Hodža.

Uma vez que todas essas correntes e suas diferentes concepções e reivindicações nacionais não tiveram espaço para se desenvolver plenamente (devido à contínua e premente necessidade de união contra o movimento magiar) uma definitiva união programática foi concluída pouco antes da da 1ª Guerra Mundial com a aprovação do projeto de criação do Conselho Nacional Eslovaco (sendo notável a não participação do Partido Popular). Este deveria agir como o maior e único órgão da nação eslovaca, representando e executando suas vontades e protegendo sua existência (PEKNÍK, 2000).

3.2.5 Análise dos propósitos e meios do movimento nacional

Ou seja, podemos asseverar que os fins e os meios do movimento mudaram drasticamente no decorrer destes períodos. Partindo de um interesse eminentemente acadêmico, passou-se cada vez mais a reivindicações de cunho político. Em última instância, o propósito do movimento nacional sempre foi o resguardo e a prosperidade da nação. Porém, o que se entende por essa prosperidade e de que forma ela pode e deve ser alcançada mudava de acordo com os diferentes conceitos de nação nas várias correntes do movimento como um todo. Dessa forma, a nação vista como um grupo de língua e costumes em comum, tinha por fim exclusivamente o resguardo dessa mesma comunidade de língua e costumes. Por sua vez, quando a nação passa a ser compreendida como uma comunidade dotada também de determinados direitos políticos, seu fim seria o de garantir o cumprimento desses mesmos direitos. Assim, à medida que a nação se desenvolvia, que aumentava o número e a

variedade de seus defensores e propagadores e que evoluía o próprio contexto socio-político e econômico, mudavam também os seus objetivos específicos.

As diferentes reivindicações surgiam para suprir as deficiências da nação, quando esta se comparava a outras, já desenvolvidas e, especialmente com a nação dominante (magiar). O movimento nacional visava alcançar os atributos faltantes de uma existência nacional tida como plena. Para tanto, suas reivindicações se estruturavam necessariamente em torno de elementos políticos (visando suprir a falta de uma tradição ininterrupta de autonomia ou independência política), sociais e econômicos (para suprir a falta de uma estruturação social completa, com todas as classes típicas de uma sociedade na passagem ao capitalismo – notadamente uma classe dominante própria) e linguísticos e culturais (visando superar a ausência de uma continuidade de expressões culturais na própria língua). Em geral, o programa político da nação, de um lado, reivindicava direitos democráticos e burgueses e a eliminação dos resquícios dos privilégios feudais e, de outro, a sua autonomia ou mesmo independência. Enquanto isso, o programa sócio-econômico visava, primordialmente, a eliminação completa das relações e do regime feudal. Por fim, o programa cultural e linguístico, ao mesmo tempo que fazia exigências de emancipação da língua nacional nas escolas e na administração, consolidava programas de desenvolvimento dessa mesma língua, da cultura e da erudição próprias da nação (HROCH, 1986).

Ou seja, ao falarmos de “por quê”, ou para que finalidades se constrói uma nação, não podemos nos referir somente às suas reivindicações e objetivos formais, geralmente direcionados à nação dominante e à sua classe política, mas também a fatores que se configuram como fontes da consciência nacional, no caso, aos próprios elementos que a constituem – notadamente a consciência histórica, passado comum, cultura popular etc. Estes podem integrar o programa nacional como argumentos que justificam dada reivindicação política ou social. Por fim, podemos asseverar que, na medida em que se transformava nos diferentes contextos, o programa nacional como instrumento de conscientização nacional continha, em maior ou menor grau, os seguintes elementos: convicção de que a nação tem de construir sua cultura nacional independente e autônoma; convicção de que os membros de sua própria nação não têm as mesmas oportunidades e possibilidades dos membros da nação dominante; mitos sobre as características morais e capacidades excepcionais dos membros da

própria nação, sobre as qualidades únicas ainda latentes; crença de que a posição subalterna tem de ser e será superada; crença na unicidade e insubstituibilidade da própria nação no contexto europeu, por vezes ligada a idéias de missão, destino especial (HROCH, 1986).

3.3 A PARTIR DE QUE ELEMENTOS?

Respondendo à questão referente aos elementos a partir dos quais uma nação eslovaca é construída no decorrer do século XIX, primeiramente temos de voltar ao capítulo e período anteriores. Vimos que a nação latente eslovaca havia se consolidado no final do século XVIII especialmente com base em elementos territoriais, etno-linguísticos, histórico-mitológico-culturais e políticos. De forma geral, pelo que pudemos averiguar, essa estruturação básica não mudou; transformando-se apenas a importância relativa a esses elementos, suas formas e, notadamente, os contextos de sua utilização. Outros elementos, como o religioso e o econômico, continuaram tendo importância apenas menor, condicionante dos desenvolvimentos restantes.

Ao falarmos do elemento territorial, referimo-nos a um conceito bastante vago, geralmente não indicando mais que diversas formas de relação que se dão em determinado território físico. Assim, geralmente, podemos tratar do elemento territorial referente à estruturação nacional em 3 acepções diferentes: 1 – Complexo natural; 2 – Território habitado por indivíduos falando uma mesma língua; e 3 – Território de unidade política (HROCH, 1971). Ou seja, é possível constatar que além do espaço geográfico em si, este elemento pode ser apreendido em conjunto com o linguístico e o político. Primeiramente, contudo, trataremos do território como um complexo natural.

A nação eslovaca se configurou desde seus primórdios em um espaço geográfico bastante compacto, abrangendo o território entre a parte norte dos montes Cárpatos e o rio Danúbio. Nos termos do espaço geográfico em questão, é possível diferenciar regiões de maior ou menor atividade nacional no decorrer do século XIX. Assim, inicialmente, no período das 2ª e 3ª geração do movimento nacional, este se concentrava quase que exclusivamente em alguns poucos centros urbanos da Eslováquia Ocidental (Bratislava, Trnava). À medida que se expandia e ganhava adeptos, penetrava cada vez mais nas outras

regiões do país, ao mesmo tempo que passava também a influenciar os campos. Todavia, após o fracasso do Memorando, e com as crescentes pressões magiarizadoras, o movimento praticamente se entrincheirou na Eslováquia Central, especialmente na cidade de Martin, expandindo-se mais uma vez apenas com uma maior disseminação da consciência nacional no começo do século XX. Neste âmbito, a região da Eslováquia Oriental sempre foi a menos nacionalmente ativa (ao menos até seus habitantes emigrarem).

Podemos constatar, então, que a intensidade da atividade nacional estava dividida de forma bastante heterogênea no território ocupado pela nação eslovaca. De forma geral, as regiões com maior atividade nacional neste período compartilhavam algumas características em comum, especialmente econômicas. Não eram necessariamente regiões com forte produção industrial ou mesmo manufatureira, mas no geral se tratava das mais férteis (ao menos em relação às suas vicinidades) do território nacional, apesar de não ocupar sua totalidade. Sua produção agrícola era direcionada tanto aos mercados locais, quanto aos mais distantes – ou seja, não se tratava mais de mercados locais fechados como nos tempos medievais. Do mesmo modo, podemos acrescentar que geralmente se tratava de regiões com uma desenvolvida rede de comunicações e transporte, caracterizadas por um alto nível de comunicação social e de mobilidade social horizontal.

Em relação à questão linguística, trata-se do elemento mais marcante e facilmente identificável da existência de uma nação, principalmente para as massas populares. De fato, a língua teve importância fundamental para a difusão de outros elementos constitutivos da nação (política, economia, cultura) num dado território. Daí a importância dos esforços de Štúr pela codificação da língua eslovaca e dos próprios embates acerca do uso de uma ou outra vertente dessa língua. Seria justamente por meio da língua literária oficial, que o programa e as reivindicações nacionais chegariam gradualmente às massas populares. Neste sentido, a abrangência territorial da língua tinha relação direta com ligações econômicas, comerciais e de transportes, assim como com laços culturais e com a estratificação social da nação. Assim, em conjunto com a conscientização nacional em si, a difusão da língua oficial dependeu, em grande parte, do contexto estrutural das regiões em questão. Do mesmo modo, de acordo com Hroch (1986) uma língua literária padronizada no âmbito das classes dominantes não é automaticamente tida como a única forma de relação linguística – as

massas populares resguardaram seus dialetos por um longo período de tempo, sendo que sua integração às relações linguísticas foi, na maioria das vezes, intermediada. Ou seja, ao falarmos de integração de dado indivíduo com base em elementos linguísticos a dada nação, não podemos afirmar que esse indivíduo conhece e usa ativamente a forma literária de “sua” língua nacional. Ou seja, mesmo a codificação do eslovaco de Štúr e seu crescente uso em obras literárias não levou à sua automática aceitação e uso pelo povo. De fato, difundia-se de forma lenta e irregular, apesar de resoluta, frente às políticas magiarizadoras na segunda metade do século. De qualquer forma, a língua se consolidou neste período como o elemento mais importante para se caracterizar a nação eslovaca.

Por sua vez, o elemento político evoluíra a partir de uma identificação com base em uma camada governante de origem húngara-magiar no século XVIII, retornando à noção de uma comunidade sob domínio de um único (absoluto e centralizador) monarca do Estado Húngaro na passagem ao século XIX. Desde então, ambas essas vertentes têm se misturado e, gradualmente, aberto espaço para outra terceira, de cunho liberal, decorrente da difusão do ideário da Revolução Francesa, assim como da consolidação dos avanços da revolução burguesa de 1848. Estamos nos referindo fundamentalmente à idéia de pertencimento à comunidade nacional na medida em que esta proporciona direitos e liberdades iguais a todos os seus membros. Neste caso, a disseminação desta forma de identificação “democrática” sofria os mesmos reveses que já vimos no caso da língua (e que ainda veremos na parte referente à cultura), sendo mais problemática em regiões com baixos níveis de comunicação e de mobilidade social – basicamente, regiões com substanciais resquícios do sistema feudal, avessas à modernização e difusão de idéias liberais. O elemento político, de certa forma, pode ser compreendido em dois sentidos diferentes. De um lado, teríamos a identificação “passiva” com a nação por ser súdito de determinado rei ou por ser continuamente dominado por uma camada específica de senhores. De outro, poderíamos citar uma identificação mais “ativa”, no sentido de a participação política direta na vida da nação formar a identificação com a mesma.

Por fim, o elemento histórico-mitológico-cultural. Os fatores que o integram, de forma geral, justificavam e legitimavam a utilização dos outros elementos na formação (imaginação) nacional e, em última instância, formavam o substrato cultural que, de fato, é o

cerne da nação. Neste âmbito, consolidam-se os principais mitos fundadores, assim como outros elementos do imaginário popular da nação.

Assim, o mito fundador da nação eslovaca foi definitivamente estabelecido na Grande Morávia, onde o sábio rei Svatopluk tentava salvar seu reino de avanços estrangeiros, mas acabou cedendo (de boa vontade) às súplicas magiars e, de fato, permitido seu assentamento. Associado a este mito político, a formação moral e religiosa da nação eslovaca passa a ser identificada exclusivamente com os irmãos Constantino e Metod, os portadores e difusores da verdadeira fé cristã na língua do povo. Por sua vez, estruturava-se a “eslovaquização” e reinterpretação das vidas e atos de várias figuras históricas. O nobre Matúš Čák era visto como sucessor legítimo de Svatopluk, governante das terras eslovacas e opositor ferrenho à opressão húngara. O rei Matias Corvino, outro eslovaco, era um rei nobre e justo, que protegia as camadas mais pobres da população e especialmente os eslovacos. Não podemos deixar de incluir o ladrão Jánošík, nobre e bondoso, levado à bandidagem pela e contra a opressão da nobreza magiar. Obviamente, roubava apenas dos ricos (ou seja, quem mais era rico, a não ser os exploradores magiars e o eventual judeu?), sendo por fim capturado e executado devido à traição de uma velha senhora sem consciência eslovaca e simpatizante dos magiars. Naturalmente, estas são apenas algumas entre as várias formas de se apropriar de fatos históricos, mistificando-os e transformando-os nos sustentáculos da formação nacional. Este processo é análogo à invenção das tradições descritas por Hobsbawm e Ranger (2006). Assim, fatos históricos ou não, eles são gradualmente reinterpretados e apropriados pelo imaginário coletivo da nação, justificando e impulsionando sua existência. Ao mesmo tempo que são inventadas tradições mais gerais, referentes à alimentação e a um estilo de vida tipicamente eslovaco⁵⁶, formas “institucionais” da tradição, a exemplo da coroação britânica, eram mais raras. Uma das únicas exceções pode ser identificada nas comemorações da fundação da *Matica Slovenská*, mas mesmo essa era baseada quase que inteiramente em elementos e tradições populares “menores”.

São todos esses fatores, inventados ou não que, em última instância, determinam as relações culturais dentro da nação. Essas são comumente consideradas como fatores dos

⁵⁶ A comida típica dos eslovacos passou a ser, a partir deste período, uma espécie de nhoque de massa de batatas com queijo de ovelha. Até 100 anos antes, ninguém tinha sequer visto uma batata na região, sendo o queijo trazido pelos migrantes valáquios no mesmo período.

mais importantes para caracterizar dado grupo como nacional. Porém, a definição do que exatamente são essas relações mostra-se assaz problemática. Para a formação de uma nação moderna, foram relevantes principalmente as relações culturais compreendidas de forma mais geral – ligando membros de várias camadas no âmbito de toda a nação na forma de um imaginário social, de costumes e experiências de vida (HROCH, 1971). Tradições e costumes cujas origens podem ser traçadas aos primórdios pagãos da etnia antes do século IX e que passaram por uma gradual assimilação cristã, constituem as bases da cultura popular que formam a identidade nacional. O modo de vida dos camponeses, pastores e pequenos artesãos baseado nos ciclos da vida (nascimento, ritos de passagem, morte), do trabalho cotidiano (plantar, arar, colher) e dos dias santos (Natal, Quaresma, Páscoa) e, fundamentalmente no folclore, forma a base dessa cultura popular. Além de várias festas populares remanescentes de velhos cultos eslavos, era comum a crença na existência de bruxas e sua influência no clima, na colheita, na vida social de dada aldeia, entre várias outras. Do mesmo modo, consolidava-se também a tradição valáquia (principalmente no que tange à alimentação e ao estilo de vida) como o mais puro exemplo da vida nacional eslovaca. Em conjunto com os citados camponeses e artesãos, tratava-se de camadas da população viventes fora dos centros urbanos e das regiões mais influenciadas pela gradual modernização e homogeneização (e assimilação) dos costumes sendo, de fato, capazes de manter vivas e perpetuar as expressões tradicionais (STOLIČNÁ-MIKOLAJOVÁ, 2004).

Essa forma de comunidade de relações culturais necessitava de um sistema de transmissão e difusão de informações. No mundo pré-capitalista, essa função fora exercida pela religião, a qual passou a ser auxiliada pela educação em massa somente à época de passagem ao capitalismo. Assim, as relações culturais condicionadas pela religião, e mesmo a religião em si, configuraram-se como fatores fundamentais na formação nacional e mais ainda em regiões nas quais diferenças religiosas coincidiam com diferenças linguísticas. Um imaginário coletivo de um grupo social sobre os valores de cada um de seus membros, sobre o mundo em geral, sobre moral, sobre amigos e inimigos estrangeiros, tudo isso ainda não formou a consciência nacional *per se*, mas sim um elemento anterior a esta e uma de suas pré-condições – quando essa consciência efetivamente surgiu, os elementos citados passaram a integrá-la.

A princípio, o desenvolvimento econômico se deu em relação com o desenvolvimento linguístico, cultural e político, sendo seu alcance limitado também por fatores territoriais. A ampliação cada vez maior dos mercados e a unificação das relações econômicas estavam entre os pré-requisitos para uma crescente centralização política, que culminou com o estabelecimento de organizações com legislação e fronteira alfandegária única; fatores estes adversos à criação de uma comunidade econômica única na Eslováquia que permanecia, neste sentido, continuamente atrelada à Hungria e à Áustria. Os primórdios dessas relações econômicas começaram a se formar ainda em épocas pré-capitalistas, com as trocas materiais e monetárias que transcendiam os feudos (de um lado, comércio de longo alcance e de outro, consolidação das relações comerciais entre campo e cidade). De qualquer modo, foi somente com a ascensão do capitalismo que os mercados locais foram definitivamente ampliados e o comércio passou a se desenvolver em instâncias territoriais cada vez maiores. Contudo, como frisamos anteriormente, as reais fronteiras dessas futuras nações não eram determinadas apenas por fatores econômicos, mas mais por fatores linguísticos, territoriais e políticos.

Por fim, torna-se necessário frisar mais uma vez que, por mais que os elementos relatados e analisados acima tenham continuamente determinado a existência da nação eslovaca, nunca o faziam da mesma forma ao longo do processo histórico. Assim como mudava o contexto geral (socio-político-econômico etc) e se sucediam as várias gerações de ativistas nacionais, cambiavam também os elementos, suas formas e sua importância relativa para a formação nacional. Ao invés de relatar as diferenças pontuais no que tange às concepções de nação (do ponto de vista de seus elementos constitutivos) da vasta gama de grupos e ativistas nacionais eslovacos que se formaram no decorrer do século XIX, creio ser mais produtivo agrupá-los em duas tendências que se mostraram cruciais para o desenvolvimento da nação no século XX. Tanto a corrente eslovaca independente, como a tchecoslovaca baseavam-se na primordialidade dos elementos etno-linguísticos e culturais (estando o territorial continuamente implícito); porém diferiam substancialmente em sua interpretação histórica e mitológica. Enquanto que a primeira via a nação eslovaca como um agrupamento autônomo, dotado de língua e cultura próprias, de passado e futuro independentes; a segunda entendia a mesma como apenas uma ramificação da nação tcheca

no âmbito de uma coletividade eslava maior, estando seu passado histórico e seu futuro nacional justamente numa união com os tchecos.

3.4 PARA QUEM?

Inicialmente, os destinatários da nação eslovaca formavam uma comunidade eslava imaginada, identificada com as boas características do povo simples e trabalhador. Contudo, não se exerciam ainda atividades na efetiva inculcação de uma consciência nacional neste povo, permanecendo a nação um assunto exclusivo de intelectuais acadêmicos e literatos. Gradualmente, a nação era criada por e para camadas cada vez mais amplas da sociedade. De fato, as idéias democráticas da revolução consolidaram a noção de que a nação aglomera toda a comunidade étnica, concedendo-lhe iguais direitos. Assim, além dos próprios intelectuais e das classes médias que reivindicavam esses direitos políticos (especialmente na administração e na educação), esforços significativos eram feitos na direção de conscientizar, despertar os setores populares, notadamente os camponeses, à sua real nacionalidade (formando estes a vasta maioria da população). Ou seja, não havendo mais, *a priori*, limites à comunidade nacional (ao menos no âmbito da extensão do anterior grupo étnico), os ativistas se centravam na disseminação da consciência nacional nos meios populares como um todo. Atenção especial era continuamente dada aos camponeses, sendo notáveis os avanços educacionais, proporcionando uma instrução nacional desde a mais tenra idade.

Desta forma, já a partir da revolução húngara de 1848, o projeto nacional abrangia praticamente toda a população tida como etnicamente eslovaca no território eslovaco. Projetos que favoreciam a conscientização de uma outra camada (especialmente os camponeses e, mais tarde, a pequena burguesia e os intelectuais) da nação eram recorrentes mas, em última instância, serviam justamente para garantir a disseminação da identidade nacional eslovaca entre todos os seus supostos membros. É interessante constatar que a Eslováquia é um exemplo prático de uma nação étnica, como definida por Greenfeld (1991). Por mais que várias outras etnias/nações vivessem em território eslovaco (magiares, alemães, judeus, ciganos), o movimento não os contemplava, centrando-se exclusivamente nos eslovacos étnicos – característica que se perpetuaria até os dias atuais. A única exceção pode

ser averiguada no caso tcheco, devido à influência das correntes propagadoras de uma união nacional tchecoslovaca no movimento nacional. É interessante notar que, mesmo os tchecos acabariam por ser excluídos do universo da nação eslovaca, especialmente como forma de retaliação às políticas unitárias e centralizadoras do governo de Praga já durante a primeira República Tchecoslovaca – neste âmbito, inúmeros professores de origem tcheca foram expulsos da Eslováquia após a declaração de sua independência em 1939.

De qualquer forma, podemos constatar uma significativa ampliação dos destinatários da nação eslovaca uma vez iniciado o processo de consolidação dos resultados da revolução burguesa depois de 1849, passando a abranger a coletividade étnica eslovaca na sua integridade, não se restringindo apenas a uma ou outra camada ou classe social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, tendo em vista o desenvolvimento da nação eslovaca apontado nos capítulos precedentes e as respostas indicadas às quatro questões propostas para apreender o processo de formação nacional, tentar-se-á uma adequação desses achados às abordagens teóricas apresentadas no capítulo 1.

Em relação às abordagens teóricas que baseiam a nação e sua análise em critérios objetivos, podemos notar, no caso da Eslováquia, uma disparidade de poder explicativo entre aquelas de autores centrados na Europa Ocidental e os na Europa Oriental. Assim, identificar a nação eslovaca com algum tipo de estrutura política ou estatal, no caso dos autores ocidentais, seria possível somente na medida em que esta nação almeja alcançar tal estrutura. De outra forma, uma nação eslovaca *per se* se consolidaria apenas durante a 2ª Guerra Mundial e depois, somente com a separação da República Tchecoslovaca em 1993. De fato, a escolha de critérios tais como língua, raça, cultura ou história, característica dos autores orientais, oferece melhores possibilidades de caracterizar uma nação eslovaca – até porque tal abordagem foi elaborada quase que exclusivamente para justificar e legitimar o status de nações que não podem ser definidas em termos estatais, caso da Eslováquia.

Dessa forma, como uma comunidade de língua, cultura, origem étnica e folclore em comum, a Eslováquia poderia ser taxada tanto de *Kulturnation* – ou seja, nação cultural – como de uma nação do ponto de vista racial. Contudo, abordagens desse tipo não expressam adequadamente a dinâmica e a evolução da sociedade nacional no decorrer do século XIX. Então, podemos nos referir às distinções entre nação como comunidade natural, cultural e política (FELS *apud* HROCH, 1971), e àquelas entre *national group*, *nationality* e *nation* (JOSEPH *apud* SNYDER, 1964), segundo ambas as quais a Eslováquia ainda não seria uma nação plena (com relações políticas e institucionais consolidadas), podendo ser enquadrada em um estágio intermediário – justamente o cultural. Neste sentido, para garantir a evolução entre esses estágios, é importante ressaltar o papel do nacionalismo de um lado, e do contexto histórico de outro.

O nacionalismo eslovaco do século XIX (em especial o “positivo”, que defende a nação sem o fazer em detrimento dos direitos de outras nações) pode ser identificado com a agitação cada vez mais empreendida pelos integrantes do movimento nacional, na esperança de difundir uma consciência eslovaca (baseada, primordialmente, em elementos linguísticos, históricos e culturais). A gradual ampliação do movimento e das possibilidades de conscientização cresciam na medida em que, especialmente graças às influências da revolução burguesa, aumentavam os níveis de mobilidade e comunicação social nos meios da nação (DEUTSCH *apud* HROCH, 1986). Neste sentido, o surgimento da nação eslovaca poderia ser enquadrado na transição do sistema feudal ao capitalista. Esta transição, ocorrendo por intermédio das revoluções burguesa e industrial, nos leva às abordagens de cunho marxista, calcadas no surgimento da nação em conjunto com essas revoluções (ou em resposta às mesmas).

Do ponto de vista de Marx e Engels, assim como de seus primeiros seguidores como Kautsky e de grande parte dos intelectuais liberais ocidentais do século XIX, a Eslováquia não poderia ser taxada como nação. Por maiores que fossem os esforços dos ativistas nacionais neste sentido, a “historicidade” da nação eslovaca (ou seja, sua tradição de independência política) era continuamente posta em questão pelo movimento magiar. Contando com apenas um milhão e meio de supostos integrantes, a nação carecia de uma estruturação de classes capitalista (não tendo a própria burguesia e muito menos outras camadas ou classes dominantes) e, portanto, não estava apta a formar um mercado nacional. Dessa forma, por esses e outros motivos, a Eslováquia não passava pelo “critério do ponto crítico”, fadada a se transformar em *relicts of peoples* (ENGELS *apud* HROCH, 1971), cujas expressões culturais se tornariam velhas peças herdadas de mobília familiar, tratadas com veneração, mas sem uso prático (KAUTSKY *apud* HOBSBAWM, 2005, p. 48).

Por sua vez, a falta de uma base industrial própria e de relações de classe capitalistas a esta associadas no período em questão enquadraria a nação eslovaca nos primórdios da fase um do desenvolvimento nacional, como caracterizada por Lenin. Foi nesta fase que se consolidavam os resultados da revolução burguesa e se deu uma maior democratização da sociedade, adquirindo o movimento um caráter de massas. Como vimos, porém, tanto essa massificação, como o posterior “aburguesamento” do movimento (já na fase dois) não

tiveram início até os primórdios do século XX na Eslováquia. De forma geral, essa carência econômica e industrial impediria uma análise mais profunda da realidade nacional eslovaca do século XIX nos meios marxistas do começo do século XX (especialmente Stalin), sendo que uma exceção pode ser feita no caso de Bauer, pela sua concepção cultural de nação.

As perspectivas analíticas aumentam à medida que nos referimos a autores marxistas mais contemporâneos. Porém, no caso de Gellner (1983), por exemplo, seu enfoque no papel da industrialização na formação nacional e da necessidade de fins estatais restringe a utilidade de sua abordagem somente ao período a partir de meados do século XIX. Contudo, mesmo neste âmbito, aponta a importância das tradições para a “invenção” de uma alta cultura que permite a mobilização em torno do nacionalismo e da idéia de nação. Invenção esta destacada também por Hobsbawm (2005), servindo de base para podermos explicar a forma pela qual se deu a apropriação da cultura popular e do folclore eslovaco para constituir o sustentáculo da vida nacional no século XIX. No demais, tanto Hobsbawm (2004) como Anderson (1983) enfatizam o papel de determinados elementos e relações anteriores à formação do movimento nacional (protonacionalismos populares para um, e origens culturais da nação para outro, respectivamente) como relações linguísticas, territoriais, políticas, culturais e religiosas, que foram de particular importância no caso eslovaco. Em especial, algumas teorias de Anderson (1983) mostram-se de fundamental relevância ao caso eslovaco (necessidade de codificação da língua e de torná-la língua de imprensa; “peregrinações” no âmbito da administração húngara; nacionalismo oficial, entre outras), como foi visto anteriormente; todavia, apenas de forma intermediada, já que ele se concentra mais nas chamadas “nações grandes” de Hroch (1985). Por sua vez, tendo sido construída justamente para explicar o desenvolvimento das nações “pequenas” no século XIX, a teoria de Hroch (1971) é a que mais se aplica ao movimento nacional eslovaco neste período. De fato, a importância das relações objetivas para a criação de uma consciência nacional, que se dissemina cada vez mais no âmbito das respectivas fases A, B e C do processo de formação da nação, pode ser averiguada no decorrer do presente trabalho.

De forma geral, as abordagens revisadas até o presente momento serviriam, de uma forma ou de outra, para analisar a formação da nação eslovaca apenas no século XIX, com as raras mas insuficientes exceções de Hobsbawm (2005) e Anderson (1983). Mesmo as

abordagens propostas por estes dois autores, porém, não contemplam a evolução de uma nação eslovaca como proposta no presente trabalho, desde seus primórdios, centrando-se na nação como um fenômeno exclusivamente moderno, surgido graças às revoluções burguesa e industrial.

Um enfoque mais adequado ao estudo das origens da nação eslovaca é o de Liah Greenfeld (1991), pelo qual podemos averiguar seus elementos constitutivos e as principais motivações de seus defensores. Assim, a formação nacional eslovaca se daria quase que exclusivamente a partir de elementos étnicos, que formariam a base dos sentimentos de pertença de seus integrantes. No caso, os setores originalmente imbuídos desse sentimento identitário o desenvolveriam por razões primordialmente culturais (opressão da língua e cultura eslovacas pela nação magiar dominante) e psicológicos (ressentimento frente à falta de oportunidades) e, somente mais tarde, estruturais. Assim, a nação eslovaca se configuraria como um típico exemplo de nação étnica. Todavia, mesmo apresentando os fatores que levaram à constituição primeira de um sentimento ativo de pertença nacional, Greenfeld (1991) não contempla as origens da nação em sua integridade (origens culturais, especialmente), sendo que pressupõe uma existência anterior de uma estrutura político-social específica, possível somente na Inglaterra a partir do século XVI.

Ao que parece, entre as abordagens teóricas que melhor explicam a forma pela qual se deu a evolução da nação eslovaca desde seus primórdios étnicos é a de Smith (2004), uma vez que estabelece uma continuidade entre a nação latente como vista no presente trabalho e suas origens – notadamente culturais e mitológicas – com a nação moderna, que passa a se formar no século XIX. Assim, poderíamos, de fato, traçar um contínuo entre os principais elementos formadores da nação eslovaca desde seus primórdios até o século XIX com base em elementos territoriais, etno-linguísticos e culturais, como apontado no decorrer do trabalho. Do mesmo modo, Smith (2004) dá ênfase particular à questão do nacionalismo, da agitação nacional, que transforma os elementos e laços étnicos (politizando e secularizando-os), acelerando o processo de formação nacional. Como vimos no decorrer do trabalho, os elementos constitutivos da identidade nacional eslovaca foram recorrentemente transformados devido à ampla variedade de seus “portadores” e a seus diversos propósitos e contextos históricos.

Por fim, antes de concluir com considerações acerca da identidade nacional eslovaca na atualidade, é necessário tecer alguns comentários acerca da real utilidade do esquema metodológico proposto e utilizado no presente trabalho. De fato, podemos asseverar que a busca pelos elementos formadores de uma identidade em comum desde os primórdios da nação eslovaca mostrou-se assaz produtiva. Dessa forma, fomos capazes de compreender a evolução dessa nação de forma dinâmica, acompanhando as principais mudanças em sua estruturação. Visando continuamente responder as questões acerca de quem, por quê, para quem e a partir de que elementos se constrói ou se tem o interesse em construir a dita identidade nacional que, em última instância, são os principais fatores que formam essa estrutura, foi possível averiguar que a nação não é um todo fixo e imutável, mas um contínuo processo de transformações identitárias. Essas transformações se deveram a uma série de fatores no decorrer do processo histórico, tanto internos quanto externos à própria comunidade nacional, sendo possível apontar uma série de continuidades e descontinuidades em relação aos elementos particulares que formaram a identidade nacional nos diferentes contextos. Dessa forma, é possível asseverar também que a nação eslovaca não surgiu apenas com o aparecimento de seus primeiros defensores no final do século XVIII, mas tem sua existência firmemente calcada em elementos constitutivos significativamente mais antigos.

Pelo que vimos no decorrer do presente trabalho, o processo de desenvolvimento da nação eslovaca até o começo do XX foi marcado, de fato, por uma série de continuidades e descontinuidades, ambas de notável importância para compreendermos a questão nacional na atualidade. Por mais que a estabilização do programa nacional em torno das reivindicações de autonomia política e a contínua preponderância das classes médias no movimento nacional sejam relevantes ao analisarmos a dinâmica do desenvolvimento da nação desde a sua consolidação como uma identidade em comum, referimo-nos especialmente aos elementos constitutivos da nação e às noções de pertencimento à mesma. De fato, é possível averiguar uma particular persistência destes dois últimos na formação da nação eslovaca atual, enquanto os seus principais propagadores e defensores, assim como seus respectivos fins mudavam com relativa frequência.

O particularismo étnico da nação eslovaca persistiu não somente no decorrer do século XIX¹, mas perpassou todo o século XX² e manteve sua posição também no começo do XXI. A noção de que o pertencimento à nação se deve exclusivamente à origem étnica e, especialmente, à língua falada por seus membros, de fato, continua em voga entre os principais defensores da nação eslovaca na atualidade. É notável que, frente ao aumento massivo dos movimentos migratórios decorrente da acelerada globalização no último quarto de século, esse particularismo (visto como resistência ao que se vê como uma ameaça à tradicional identidade cultural coletiva da nação) se transfigura cada vez mais em atitudes e posições radicalmente xenófobas (HOBSBAWM, 2007). Por outro lado, a contínua defesa e propagação dessas atitudes por parte de partidos e movimentos de extrema direita (a exemplo de grupos neo-nazistas) tem causado significativa repercussão de posições mais “cívicas” frente à questão do pertencimento nacional na sociedade³. É possível fazer aqui um paralelo com o elemento político/estatal constitutivo da identidade nacional, ao afirmarmos que nem todos aqueles que são oficialmente cidadãos do Estado eslovaco necessariamente fazem parte também da nação eslovaca. De fato, ao menos na maioria dos casos, um tom de pele mais escuro (no caso dos ciganos) ou o sotaque (no caso da minoria magiar) dizem muito mais sobre a nacionalidade do que a cidadania eslovaca inscrita no passaporte.

Neste sentido, podemos averiguar a importância crucial do elemento linguístico à identificação nacional. A língua literária criada por Štúr em meados do século XIX continua em vigor e, apesar de algumas adaptações conjunturais, tem sido privada de modificações drásticas, o que somente reforça seu valor simbólico como fator identitário. Em conjunto com a língua, a cultura se consolidou como um dos principais, se não o principal elemento formador da identidade eslovaca atual. Tradições e costumes cujas origens podem ser traçadas aos primórdios pagãos da etnia antes do século IX e que passaram por uma gradual assimilação cristã, constituem as bases da cultura popular que formam essa identidade. O

¹ Não abrindo espaço para uma acepção cívica de nação, baseada na aceitação de uma série de deveres e direitos, mesmo durante a revolução burguesa de 1848.

² Apesar de, como já foi frisado, incluir continuamente a população de origem tcheca e passar 40 anos sob a influência de um regime comunista, *a priori* internacionalista e avesso às expressões do “nacionalismo burguês” (SLOVENSKÝ ARCHÍV SOCIÁLNYCH DÁT, www.sasd.konzum.sk)

³ 84% da população considera o conhecimento da língua eslovaca como principal indicador da nacionalidade, 51% o fato de ter ascendência exclusivamente eslovaca, enquanto 63% vê este indicador na aceitação das instituições políticas e leis eslovacas (SLOVENSKÝ ARCHÍV SOCIÁLNYCH DÁT, www.sasd.konzum.sk)

modo de vida dos camponeses, pastores e pequenos artesãos (tidos como os exemplos mais puros da nação eslovaca já pelos ativistas nacionais do século XIX), baseado nos ciclos da vida (nascimento, ritos de passagem, morte), do trabalho cotidiano (plantar, arar, colher) e dos dias santos (Natal, Quaresma, Páscoa) e, fundamentalmente no folclore, forma a base dessa cultura popular. Como já foi citado no caso dos valáquios, tratava-se de camadas da população viventes fora dos centros urbanos e das regiões mais influenciadas pela gradual modernização e homogeneização (e assimilação) dos costumes sendo, de fato, capazes de manter vivas e perpetuar essas expressões tradicionais.

Como o único setor da sociedade que manteve relativa autonomia nos últimos 100 anos, tanto frente aos avanços magiarizadores, como no âmbito do unitarismo centralizador da primeira República Tchecoslovaca e do regime socialista⁴, a cultura (não somente a popular) se manteve, de fato, como o principal repositório de uma identidade eslovaca. Dessa forma, expressões tradicionais e folclóricas como a arquitetura, produtos artesanais, comidas e bebidas, canções, histórias e o próprio modo de vida propagado por todas estas (e várias outras) desde cedo marcou e continua marcando uma identificação nacional eslovaca. Enquanto isso, elementos políticos e econômicos estavam continuamente subordinados a estruturas *a priori* adversas à propagação dessa identificação e, portanto, não tiveram relevância significativa (no máximo, serviam de fatores de aglutinação dentro das reivindicações nacionais, como exemplos de elementos constitutivos que a nação ainda carecia).

A gradual disseminação dessa forma de cultura popular, principalmente devido à obrigatoriedade de uso oficial da língua eslovaca coincide de forma estrita com a circunscrição territorial do país⁵ (apesar da permissão de uso do magiar em escolas nas regiões habitadas por essa minoria nacional e da cessão de outros direitos linguísticos e culturais). O elemento geográfico natural, especialmente em conjunto com os ditos

⁴ Apesar de seu caráter totalitário e a propagação de uma “cultura oficial”, tomava por base (apesar de, por vezes deturpando-a) os elementos culturais anteriores para manter a legitimidade.

⁵ Neste sentido, é notável a contribuição do regime socialista que, buscando a legitimação popular, difundia determinados elementos culturais por todo o país, mesmo em regiões completamente alheias a esse tipo de expressão anteriormente (a exemplo da construção de habitações típicas de pastores de ovelhas das áreas montanhosas na região sul da Eslováquia).

elementos culturais e fatores históricos⁶, mantém-se de crucial importância, estando a necessidade de resguardo da integridade territorial eslovaca entre as marcas da identidade nacional⁷.

Todavia, a identidade nacional configurada dessa maneira, com base em elementos culturais, linguísticos e territoriais (aos quais os históricos e mitológicos são imprescindíveis), continua mais próxima de uma identidade em comum e, portanto, referente a uma nação latente e não a uma nação plena. Os problemas da mobilização da nação como um todo, de sua conscientização e da inculcação de laços de solidariedade (formadores de uma identidade coletiva) em seu âmago, sempre estiveram entre os mais prementes que os ativistas nacionais eslovacos tiveram de enfrentar. Já no século XIX, principalmente após o acirramento dos esforços magiarizadores em 1867, um apoio em massa ao movimento mostrava-se cada vez mais distante. Em decorrência da deformação social e cultural (para não dizer política e econômica) da nação no último quarto deste século, instaurou-se nos meios populares um peculiar sentimento de insignificância, que mostraria ser o principal obstáculo à instauração dos ditos laços de solidariedade e da mobilização da população como um todo. Apesar de significativos esforços (e alguns poucos avanços) por parte dos ativistas nacionais, este sentimento se transfiguraria em uma apatia quase que completa, perpetuada no decorrer do século XX⁸. Neste sentido, é notável a influência do regime socialista instaurado em 1948, especialmente o período após a Primavera de Praga. A instituição de um Estado paternalista, que envolvia a população do nascimento à morte (ou melhor, da creche à aposentadoria) apenas incentivou a dita apatia.

O vácuo entre Estado e sociedade que se instaurou após a queda em do regime em 1989 foi preenchido por ideologias de tendências autoritárias, que se diziam capazes de unir e orientar a sociedade em crise. É justamente neste âmbito que podemos encaixar o que é geralmente tido como o “ressurgimento do nacionalismo” neste período, na tentativa de encontrar um substituto funcional à ideologia comunista na identificação nacional. Esta conjuntura pode ser avaliada também como uma busca de novas formas de legitimação do

⁶ No caso, as contínuas contendas com os magiares acerca de partes do território sul da Eslováquia marcam a importância do fator geográfico.

⁷ De fato, 62% da população têm o nascimento em território eslovaco como importante à identidade nacional eslovaca (SLOVENSKÝ ARCHÍV SOCIÁLNYCH DÁT, www.sasd.konzum.sk).

⁸ Com raras exceções, como o citado Levante Popular Eslovaco e a Revolução de Veludo em 1989.

poder estatal, tanto por parte das velhas elites burocráticas (desejosas de manter o seu status), como das novas elites ascendentes (dissidentes do regime comunista ou não).

A tentativa de construção de uma identidade nacional neste contexto se centrou na recriação de um passado coletivo e na invenção de tradições e rituais *à la* Hobsbawm, com base fundamentalmente no movimento nacional do século XIX (especialmente no grupo de Štúr) e nas tradições culturais e religiosas reprimidas durante o socialismo real. O propósito dos principais ativistas nacionais mudara drasticamente. Não estamos mais defronte a uma identidade nacional reativa, visando a emancipação e o resguardo de sua própria existência, mas sim de uma identidade legitimadora, buscando a aceitação e legitimação de um poder estatal por meio da imputação de uma nacionalidade ao povo (a grosso modo, como no caso do nacionalismo oficial de Anderson).

A mobilização da população neste sentido mostrou-se infrutífera, especialmente pela ênfase dos “novos nacionalistas” na reinvenção de tradições e rituais, em vez de centrar seus esforços numa maior conscientização, na construção de uma reciprocidade prática e de laços coletivos de solidariedade por meio da integração social. Neste sentido, os laços de solidariedade pré-existentes foram desmantelados no decorrer dos processos de transformação social e transição político-econômica vividos pelo país no período. Ao mesmo tempo, as decorrentes dificuldades existenciais levaram inúmeros grupos sociais a se sentirem excluídos em vez de imbuídos de um sentimento de pertencimento coletivo. De qualquer forma, a ênfase na questão ritualística trouxe à tona um espécie de receio, quando não temor, frente a qualquer forma de identidade coletiva, não somente a nacional⁹. Este receio se deveu, em grande parte, a ameaças à liberdade e soberania individuais (ainda recentes) que o apoio a esse tipo de identidade coletiva parecia implicar. Esta posição não mudou mesmo com a efetiva independência “nacional” da Eslováquia frente à República Tcheca em 1993, sendo que mesmo nos dias de hoje, enquanto 40% da população baseia sua identidade individual nas relações familiares e 14% no seu emprego, apenas 4% do eslovacos

⁹ Aqui entra em voga a advertência de Alain Touraine, referente a regimes e movimentos do mundo atual, que propagam um sentimento coletivo de identidade como parte de um projeto de modernização e desenvolvimento. No caso, as ameaças de eliminação das liberdades individuais não adviriam apenas das incontroláveis forças econômicas da globalização, mas também de grupos de potencial totalitário emergentes, que visam a homogeneidade e pureza da sociedade – tidas como ameaças ainda maiores à liberdade individual (TOURAINTE, *apud* MARUŠIAK e FERENCOVÁ).

o fazem com base no pertencimento nacional (SLOVENSKÝ ARCHÍV SOCIÁLNYCH DÁT, www.sasd.konzum.sk).

Uma peculiar exceção a esse receio frente a identidades coletivas pode ser apontada no caso da Igreja Católica Romana e na identidade religiosa que esta passou a impor à sociedade eslovaca após 1989. A característica central dessa identidade foi a martirização dos clérigos católicos pela perseguição que sofreram durante o regime socialista real e a descrição da batalha épica contra a ateização da sociedade que efetuavam. A partir desses elementos se desenvolveu uma identidade calcada num anticomunismo implacável e moralizador. Seus partidários, imbuídos de sentimentos de superioridade de sofrimento moral, fazendo referência a injúrias históricas, passaram então a defender não a igualdade entre todas as opiniões, crenças e religiões e sua mútua tolerância, mas sim uma supremacia completa da religião católica romana, com a justificativa de sua maior representação na sociedade¹⁰. Parte integrante dessa identidade, como resultado do já citado sentimento de superioridade moral, foi também a imposição de ideais conservadores à sociedade, principalmente no que tange a problemas de reprodução e sexualidade humana. Do mesmo modo, foram (e são) recorrentes as tentativas de reabilitação do regime autoritário–nazista da República Eslovaca durante a 2ª Guerra Mundial e de seu presidente (ao mesmo tempo que padre católico) Jozef Tiso, assim como diluir a responsabilidade política e moral da Igreja Católica (ou melhor, de alguns de seus setores) pelo holocausto dos judeus eslovacos. Vista dessa forma, a identidade religiosa católica se aproxima das posições de alguns setores radicais de ativistas nacionais. Partem dos mesmos elementos constitutivos da nação eslovaca e visam, *a priori*, os mesmos fins. Contudo, isso não implica dizer que todos os partidários desse tipo de identificação religiosa sejam também ativistas nacionais, sendo que, em última instância, as duas identidades – nacional e religiosa – são distintas.

Uma crescente importância da nação como fator de aglutinação e formação de laços de solidariedade na vida da coletividade eslovaca no contexto atual, pode advir da contínua integração do país em termos continentais e globais. A admissão da Eslováquia à OTAN e à

¹⁰ De fato, 66% da população diz ser católica (SLOVENSKÝ ARCHÍV SOCIÁLNYCH DÁT, www.sasd.konzum.sk).

União Europeia em 2004 e, no âmbito desta última, ao Acordo de Schengen¹¹ em 2008, tem causado significativa repercussão, especialmente nos termos das reações xenófobas citadas anteriormente, mas também num receio generalizado de perda de competências e prerrogativas por parte do Estado eslovaco. O mesmo sentimento de receio frente ao estrangeiro e apego ao tradicional (por mais novo que este seja de fato) pode ser averiguado também na posição ambígua da população eslovaca frente à implantação do euro como moeda corrente no país, prevista para 2009. Assim, a questão nacional na Eslováquia não está sendo mais pautada exclusivamente por alguns grupos radicais de extrema direita. De fato, com a inclusão do Partido Nacional da Eslováquia à coalizão governante a partir eleições de 2006¹², e frente ao contexto de receio particularista descrito acima, questões referentes à problemática nacional ganham cada vez mais ênfase nos diversos setores.

Por outro lado, essa dicotomia entre a nação tida como “último refúgio das paixões do mundo antigo” e fatores transnacionais vistos como a expressão do “ultraliberalismo do novo mundo” se explicita também na acepção ambivalente de alguns dos principais elementos constitutivos da nação eslovaca. Ao mesmo tempo que se conscientiza a nação sobre seu novo papel num mundo cada vez mais globalizado, inserida dentro de estruturas governamentais, econômicas e militares em escala continental e global, sente-se também uma crescente necessidade de reforçar as bases da coletividade e mobilizar a nação com o intuito de legitimar as ações do Estado neste sentido. Ou seja, ao mesmo tempo que se enaltece a particularidade e independência da nação eslovaca (especialmente com base em fatores históricos e culturais¹³), defende-se a integração do país em estruturas cada vez mais globais, potencial e efetivamente desintegradoras dessa mesma nação. É interessante notar que elementos históricos de, *a priori*, alto potencial de mobilização nacional¹⁴ são frequentemente abandonados e abertamente repudiados em prol da legitimação da nação eslovaca frente à comunidade liberal-democrática internacional. Assim, por mais que o repúdio a dado fator

¹¹ Convenção entre países europeus, instaurando uma política de livre circulação de pessoas no espaço geográfico da Europa.

¹² Angariando o apoio de 11% dos eleitores e sendo o terceiro partido mais votado. Curiosamente, para a revolta do Clube dos Partidos Social-democratas europeu, a coalizão foi formada justamente com o partido social-democrata SMER (SLOVENSKÝ ARCHÍV SOCIÁLNYCH DÁT, www.sasd.konzum.sk).

¹³ Que apesar de acrescidos de alguns acontecimentos notáveis do século XX, como a formação do primeiro Estado Eslovaco em 1939 e as lutas contra este mesmo Estado e os nazistas no Levante Nacional Eslovaco de 1944, pouco mudaram desde o século XIX.

¹⁴ Independência estatal sob domínio nazista, regime comunista, entre outros.

também possa gerar uma maior atividade e mobilização popular, raramente o faz em um sentido nacional (quando muito, apenas social).

Independentemente de todos os receios frente a uma identidade coletiva de cunho nacional, ou de todas as complexas relações entre o local e o global no mundo atual, um elemento que invariavelmente acarreta alguma reação nacional mais “ativa” por parte da população eslovaca, é a relação com a nação magiar. Tendo em vista o fato de a identidade nacional eslovaca em si ter evoluído em resposta às tentativas de assimilação magiar no século XIX e, apesar de ambos os países atualmente integrarem a União Européia como Estados democráticos e liberais, as contendas de fundo nacional entre os dois são recorrentes. Estas não se dão não apenas entre os mais radicais defensores da nação dos dois lados¹⁵, mas também num âmbito institucional, de contínuas exigências e contra-exigências entre os respectivos governos (visando a compensação tanto de males históricos como mais recentes). Neste sentido, a identidade nacional continua reativa, mobilizando-se frente a um “inimigo externo”, apesar de não conseguir apoio suficiente para garantir uma mobilização contínua da nação eslovaca como um todo.

Por fim, frente ao que foi apresentado até o presente momento, é possível constatar que a Eslováquia é uma nação? Acredito que sim. Por mais que seu status de “nação plena”, dotada de laços de solidariedade entre seus membros, que se identificam permanentemente com seu passado e seus propósitos futuros seja assaz discutível, de forma alguma podemos afirmar que a Eslováquia é uma nação apenas devido à sua existência como um Estado-nação independente, como foi sugerido no início do trabalho. De fato, em vez de perguntar “se” a Eslováquia é uma nação, uma questão mais apropriada seria a “em que sentido” ela é uma nação. A etnia, ou nação latente eslovaca existe desde praticamente o século X, baseada em elementos territoriais/geográficos, histórico-mitológicos e, especialmente, etno-linguísticos. Estes elementos se perpetuaram e consolidaram no decorrer dos séculos, servindo aos mais variados defensores e aos mais diversos propósitos da nação. Após passar por várias fases de maior ou menor mobilização de seus integrantes, a nação eslovaca adentra o século XXI com

¹⁵ De fato, são preocupantes os recorrentes conflitos entre grupos de extrema-direita de ambos os países. De um lado, eslovacos imbuídos de um ideário de cunho nazista baseado no Estado Eslovaco de 1939 defendem a manutenção da “pureza étnica” da Eslováquia e, de outro, magiares resgatam a noção de unicidade húngara do século XIX e exigem a revisão das fronteiras entre ambos os países.

poucos defensores ativos de sua existência, mas fortemente calcada em seus elementos constitutivos mais básicos. A necessidade de proteção destes elementos frente a “ameaças externas” cada vez mais presentes no mundo translocal de hoje, por sua vez, garantirá sua contínua existência e, quiçá, uma crescente relação de solidariedade entre seus integrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism.** London: Verso, 1983.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BLACKBURN, Robin. **Depois da queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** 13ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Volume 2: O Poder da Identidade.** 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ČAPLOVIČ, Ján. **O Slovensku a Slovákoch.** Bratislava: Tatran, 1976.

DVOŘÁK, Pavel. **Stopy Dávnej Minulosti.** Budmerice: Rak, 2005

ELEY, Geoff; SUNY, Ronald Grigor. **Becoming national: A reader.** New York: Oxford Univ Press, 1996.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism.** Ithaca: Cornell University Press, 1983.

_____. **Nacionalismo e Democracia.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GREENFELD, Liah. **Nationalism and Democracy: The Nature of the Relationship and the Cases of England, France and Russia.** Harvard University, 1991.

Nationalism: Five roads to modernity. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

HAJKO, Vladimír, *et alii*. **Malá Encyclopédia Slovenska.** Bratislava: Veda, 1987.

HITLER, Adolf. **Minha Luta.** São Paulo: Centauro, 2001

HOBSBAWM, E. J. **Era dos impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

Nações e e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade. 4^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Era do capital: 1848-1875. 11^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991. 2^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A era das revoluções: Europa 1789-1848. 21^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Globalização, Democracia e Terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, E. J. ; RANGER, T. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HROCH, Miroslav. **Obrození malých evropských národů: 1. Národy severní a východní Evropy.** Praha: Universita Karlova, 1971

Evropská Národní Hnutí v 19. Století: Společenské předpoklady vzniku novodobých národů. Praha: Nakladatelství Svoboda, 1986.

HROCH, Miroslav, org. **Historické Události – Evropa: Datová Příručka**. Praha: Mladá Fronta, 1977.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda: A democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

JOHNSON, Paul. **Dějiny Dvacátého Století**. Praha: Rozmluvy, 1993.

KOHN, Hans. **A Era do Nacionalismo**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

KOVÁČ, D. **Dejiny Slovenska**. Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 1998.

KYMLICKA, Will. **Multicultural citizenship: A liberal theory of minority rights**. Oxford: Clarendon, 1998.

KUBÍN, L. **Rola politických elít pri zmene režimu na Slovensku**. Bratislava: VEDA, 2002.

LENIN, V.I. **Spisy: Zväzok 20**. Bratislava: Slovenské Vydavateľstvo Politickej Literatúry, 1956.

LINZ, Juan, STEPAN, Alfred. **A Transição e Consolidação da democracia: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARUŠIAK, J. ; FERENCOVÁ, M. **Teoretické prístupy k identitám a ich praktické aplikácie**. Bratislava: VEDA, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MINÁČ, Vladimír. **Dúchanie do Pahrieb**. Bratislava:Slovenský Spisovateľ, 1989.

_____ **Odkiaľ a kam Slováci?** Bratislava:Remedium, 1993.

MISTRÍK, Jozef. **Moderná Slovenčina**. Bratislava: Slovenské Pedagogické Nakladateľstvo 1984.

O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about uncertain democracies**. The Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1986.

PAULINY, Eugen. **Dejiny spisovnej slovenčiny**. Bratislava: Slovenské pedagogické nakladateľstvo, 1983.

PEKNÍK, M. **Pohľady na slovenskú politiku**. Bratislava: VEDA, 2000.

PEŠEK, Jan; LETZ, Róbert. **Štruktúry Moci na Slovensku: 1948-1989**. Prešov: Ed. Michal Vašek, 2004.

PEŠEK, Jan; SZOMOLÁNYI, Soňa. **November 1989 na Slovensku: Súvislosti, predpoklady a dôsledky**. Bratislava: Nadácia M. Šimečku – Historický Ústav SAV – Katedra Politológie FFUK, 1999.

ROSENBAUM, Karol. **Encyclopédia Slovenských Spisovateľov**. Bratislava: Obzor, 1984.

SARTORI, Giovanni. **A Política: lógica e método nas ciências sociais**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

ŠKVARNA, Dušan. (org.). **Slovak History: Chronology & Lexikon**. Bratislava: Bolchazy – Carducci – VEDA, 2002.

SMITH, Anthony D. **The Antiquity of Nations**. Cambridge: Polity Press, 2004.

SOPÓCI, Ján. **Záujmové skupiny v slovenskej politike v devatdesiatych rokoch.** Bratislava: VEDA, 2002.

SNYDER, Jack L. **From Voting to Violence: Democratization and Nationalist Conflict.** W. W. Norton & Company, 2000.

SNYDER, Louis L.(org). **The Dynamics of Nationalism.** Princeton: Van Nostrand, 1964.

STALIN, Iosif Vissarionovich Dzhugashvili. **O Marxismo e o problema nacional e colonial.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

STOLIČNÁ-MIKOLAJOVÁ, R. **Jedlo ako kľúč ku kultúre.** Žilina: Matica Slovenská, 2004.

SZOMOLÁNYI, Soňa (org). **Spoločnosť a politika na Slovensku. Cesty k Stabilitě 1989 – 2004.** Bratislava: Univerzita Komenského, 2005.

ŠPIESZ, Anton. **Dejiny Slovenska.** Bratislava: Perfekt, 1992.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

WHEATON, Bernard, KAVAN, Zdeněk. **The Velvet Revolution: Czechoslovakia, 1988-1991.** Colorado: Westview Press, 1992.

Periódicos online e material eletrônico:

NIELSEN, Kai. **Cultural nationalism, neither ethnic nor civic;** *in* The Philosophical Forum, Volume XXVIII, Nos. 1 – 2, Fall-Winter 1996 – 1997.

SLOVENSKÝ ARCHÍV SOCIÁLNYCH DÁT. Arquivo eslovaco de dados sociais. Disponível em: <http://www.sasd.konzum.sk> Acesso em 11/12/2007

HISTORICKÉ DOKUMENTY SLOVENSKA. Disponível em:
<http://cs.wikisource.org/wiki/U%C5%BEivatel:Joseliani>. Acesso em 25/08/2007